PHILIPPE CONTAMINE

La guerra de los Cien Años

RIALP

ÍNDICE

TAMPA INTERNA
CRÉDITOS
ÍNDICE
INTRODUÇÃO
1. AS ORIGENS
    A reclamação da Guyena
    O problema dinástico
    Inglaterra
    França
2. OS SUCESSOS DE EDWARD III (1338-1360)
    As primeiras campanhas
    A guerra da sucessão britânica
    Crécy e Calais
    João, o Bom: o início do reinado
    Étienne Marcel, o Navarro, o Jacques
    A paz
3. A RETOMA DA GUERRA E A RECONQUISTA (1360-1389)
    A aplicação do tratado de paz
    A ruptura
    A reconquista
    A sucessão de gerações: Ricardo II e Carlos VI
4. O TEMPO DAS LONGAS TÉRGUAS (1389-1411)
    A paz frustrada (1389-1403)
    Da guerra civil à intervenção inglesa: 1404-1411
5. A EMPRESA DE LANCASTER (1411-1435)
    O Tratado de Troyes e a união das duas coroas
    Joana D'arc
    A paz de Arras
6. O FIM DO CONFLITO (1435-1453)
    Da paz de Arras às tréguas de Tours
    A conquista da Normandia e da Guiana
CARACTERÍSTICAS DE CONCLUSÃO E CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DOS CEM ANOS
FONTES
BIBLIOGRAFIA

PHILIPPE CONTAMINA

A GUERRA DOS CEM ANOS

EDICIONES RIALP, SA
MADRI

Título Original: *The Cent Ans War*

© 1968 e 2010 *por* Presses Universitaires de France. Paris.
© 2014 da versão em espanhol, feita por M IGUEL M ARTÍN na 9ª ed. Francês atualizado, *por* EDICIONES RIALP, SA Alcalá 290 - 28027 Madrid (www.rialp.com)

Pré-impressão: produccioneditorial.com
ISBN: 978-84-321-4444-8

A reprodução total ou parcial deste livro, nem o seu processamento informático, nem a transmissão sob qualquer forma ou por qualquer meio, seja eletrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros métodos, não é permitida sem autorização prévia por escrito dos *detentores dos direitos de autor*. Entre em contato com o CEDRO (Centro Espanhol de Direitos Reprográficos, www.cedro.org) se precisar reproduzir, fotocopiar ou digitalizar algum fragmento desta obra.

ÍNDICE

PRIMEIRA PÁGINA
TAMPA INTERNA
CRÉDITOS
INTRODUÇÃO
1. AS ORIGENS
- A reclamação da Guyena
- O problema dinástico
- Inglaterra
- França

2. OS SUCESSOS DE EDWARD III (1338-1360)
- As primeiras campanhas
- A guerra da sucessão britânica
- Crécy e Calais
- João, o Bom: o início do reinado
- Étienne Marcel, o Navarro, o Jacques
- A paz

3. A RETOMA DA GUERRA E A RECONQUISTA (1360-1389)
- A aplicação do tratado de paz
- A ruptura
- A reconquista
- A sucessão de gerações: Ricardo II e Carlos VI

4. O TEMPO DAS LONGAS TÉRGUAS (1389-1411)
- A paz frustrada (1389-1403)
- Da guerra civil à intervenção inglesa: 1404-1411

5. A EMPRESA DE LANCASTER (1411-1435)
- O Tratado de Troyes e a união das duas coroas
- Joana D'arc
- A paz de Arras

6. O FIM DO CONFLITO (1435-1453)
Da paz de Arras às tréguas de Tours
A conquista da Normandia e da Guiana
CARACTERÍSTICAS DE CONCLUSÃO E CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DOS CEM ANOS
FONTES
BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A expressão “Guerra dos Cem Anos” é uma criação bastante recente dos historiadores. Não aparece antes do s. XIX , quando foi introduzido na França para fins pedagógicos nos livros didáticos. Aos poucos foi encontrando seu lugar na historiografia inglesa e francesa, e é de uso comum desde meados do século [1] .

Mas a duração excepcional do conflito não passou despercebida há muito tempo: em 1744, o presidente Hénault datou 1336 como "o início da guerra entre a França e a Inglaterra, que durou em várias fases durante mais de cem anos". Talvez ele estivesse repetindo uma observação que fez no início do século XX. XVI , J. Meyer na sua *Commentaria sive Annales Rerum Flandicarum* : «A guerra inglesa... foi a mais longa de todas e a mais cruel; com seus intervalos, ultrapassou cem anos. Mas mesmo os contemporâneos viam esta guerra como um confronto único e duradouro. No final do séc. XIV – já que parece que estes versos são de 1389 – Eustache Deschamps escreveu:

"As! Qui verrait puis cinquante-deux ans
Le peuple mort, la grande occisão
"Des chevaliers, des femmes, des enfants!" [2]

Quando as hostilidades recomeçaram em 1415, as atas da chancelaria de Carlos VI descreveram os ingleses como “antigos inimigos e adversários” [3] . Em 1436, Hughes de Lannoy, para explicar a situação atual ao seu senhor, o duque da Borgonha Filipe, o Bom, voltou ao tempo "das guerras entre o rei da França e o rei da Inglaterra pela coroa da França". Uma certa memória social sobreviveu ao passar das gerações, não só entre os líderes, influenciados por toda uma tradição escrita, mas também na consciência popular. Nesta medida, apesar das aparências, a Guerra dos Cem Anos não é apenas uma criação *a posteriori* de historiadores modernos que manipulam o passado para responder às exigências da *Periodisierung* (periodificação da história).

As páginas que se seguem não procuram evocar, nos seus múltiplos aspectos, a história da França e da Inglaterra dentro dos limites cronológicos habitualmente atribuídos à Guerra dos Cem Anos: 1337-1453; mas sim apresentar as causas do conflito, o seu carácter, o seu desenvolvimento, as suas consequências e situá-lo na história geral, incomparavelmente mais rica e complexa, dos dois países.

[1] Encontramos pela primeira vez o termo "Guerra dos Cem Anos" no *Tableau chronologique de L'Histoire du Moyen Âge,* de C. Desmichels, Paris 1823, p. 130. A mesma expressão é repetida por M. Boreau em seu livro *Histoire de la France,* Paris 1839, t.II, p. 9. O primeiro livro intitulado *La Guerre de Cent Ans* é o de Th Bachelet, Rouen 1852. Quando Jean de Serres, em seu *Inventaire général de l'Histoire de France* (Paris 1600, t.II, p. 303-304) , elogia Carlos VII por ter "alcançado a paz civil, após a guerra destruidora de cem anos", parece referir-se às lutas dentro do reino e não à Guerra Franco-Inglesa.

[2] «Oh, o que vemos depois de cinquenta e dois anos. A cidade morta, um grande massacre de cavaleiros, mulheres e crianças!

[3] Doutor Contamine, «Les Anglais, “anciens et mortels ennemis” des rois de France, de leur royaume et des Français pendente la guerre de Cent Ans», in *Revista de História das Ideias,* 30 (2009), p. 201-218.

1. AS ORIGENS

No início da Guerra dos Cem Anos, após o eclipse do Império Romano Germânico, os reinos da França e da Inglaterra eram considerados os dois estados mais poderosos do Ocidente cristão. Mas o casamento de Henrique II, o primeiro governante Plantageneta, com Leonor da Aquitânia resultou nos reis da Inglaterra, seus sucessores, tornando-se duques da Aquitânia ou da Guiana ao mesmo tempo. Suas possessões já foram mais extensas, mas o primeiro dos grandes reis capetianos, Filipe Augusto, conquistou a maioria delas. No entanto, os vencidos não desistiram das províncias perdidas e os vencedores esperavam um dia expulsar os seus adversários do reino. Para alcançar uma paz duradoura, reconhecida por ambas as partes, São Luís, no Tratado de Paris de 1259, cedeu alguns territórios a Henrique III de Inglaterra, reconheceu a sua posse da Guiana, mas exigiu em troca que este principado se tornasse um feudo, e. que seu possuidor forneceu vassalagem ao rei da França.

A reclamação da Guyena

Durante os oitenta anos seguintes, o Tratado de Paris foi o instrumento diplomático fundamental ao qual os agentes vassalos e senhores se referiam quando surgiam conflitos. Contudo, os reis da Inglaterra acabaram por querer transformar o seu feudo continental num domínio próprio, livre e independente; Pelo contrário, os reis de França tentaram ali multiplicar as suas intervenções, exercendo os seus direitos e soberania feudais. Em 1294, Filipe IV, o Belo, confiscou e ocupou a Guiana, mas não quis manter a sua conquista e devolveu-a a Eduardo I de Inglaterra em 1297. Em 1323, o seu filho, Carlos IV, autorizou a instalação de uma fortaleza ou *bastide* em Saint -Germain. Sardos e o senescal inglês da Guyenne julgaram que ele estava abusando dos seus direitos e mandaram queimar a nova construção. Carlos IV respondeu decretando um segundo confisco da Guiana e com a adição de Ponthieu, um pequeno feudo no norte da França, que os reis da Inglaterra possuíam desde o início do século XX. XIV . Em 1327, foi alcançado um acordo entre os dois soberanos, segundo o qual o rei da França deveria renunciar às suas anexações. No ano seguinte, Carlos IV morreu, e seu sucessor, Filipe VI de Valois, obteve com algumas dificuldades a vassalagem de Eduardo III à Guiana. Apesar destes compromissos, a monarquia francesa preservou os Agenais e os Bazadais: a partir de agora, a Guyenne foi reduzida a uma estreita faixa de terra, ao longo do Atlântico, que incluía Saintonge, Bordéus e os Bordelais, a diocese de Dax e Bayonne. No entanto, a região era bem povoada e rica, intimamente relacionada com a Inglaterra através do comércio de vinho; Nos melhores anos, uma ou duas frotas carregadas com 800.000 hl de vinho partiam de Bordéus, e talvez um

terço fosse consumido do outro lado do Canal da Mancha. Quanto aos gascões, em geral adaptaram-se bem à dominação inglesa.

Eduardo III não admitiu as últimas usurpações que o seu ducado sofrera: em 1330, uma convenção com Filipe VI previu negociações sobre o assunto. Comissões de inquérito sucederam-se, sem sucesso. Em 1336, o *impasse* era total. Pelo menos o rei da Inglaterra tivera tempo de preparar a defesa da Guiana, cuja invasão considerava iminente.

Este pequeno território tinha menos de 400.000 habitantes, e não ultrapassava a superfície de dois atuais departamentos franceses, mas foi a primeira causa, aparentemente medíocre, de um conflito interminável, ruinoso e dramático. Tecnicamente, a disputa da Guiana era de tipo feudal, mas escondia um problema mais sério: à medida que a noção de Estado foi progressivamente transformada e desenvolvida, as relações entre o rei de França e os seus vassalos mudaram; Estes tiveram que suportar uma tutela cada vez mais rígida. Se esta evolução já era insuportável para os mais importantes deles, o era ainda *mais* para o duque de Guyenne, rei da Inglaterra. Além disso, o rei de França tendia a abordar as divergências com o seu adversário, quaisquer que fossem, como disputas entre um vassalo e o seu senhor, e aí ele necessariamente se considerava o único juiz. O soberano inglês viu assim reduzida a sua liberdade de acção: não poderia, por exemplo, aliar-se aos inimigos do rei de França sem se tornar culpado, como duque da Guiana, de um crime contra o seu senhor. Logicamente, ele precisava alcançar a independência total de seu principado e, como o tratado de 1259 a proibia formalmente, ele declararia Filipe VI de Valois um usurpador e reivindicaria a coroa da França em seu lugar.

O problema dinástico ofereceu-lhe a oportunidade [1] .

O problema dinástico

Durante mais de trezentos anos, desde o final do século X até ao início do século XIV , a sorte quis que cada rei de França tivesse um filho homem disposto a sucedê-lo quando morresse. A regra da herança masculina foi cumprida, geração após geração, não pela lei, mas pelos factos. Contudo, o reino era considerado um bem como qualquer outro, também transmissível a uma filha. Havia apenas dois poderes que deveriam ser atribuídos aos homens, e ambos eram eletivos: o Império e o Papado.

Mas em 1316, Luís X, que sucedeu a seu pai Filipe, o Belo, dois anos antes, morreu sem deixar herdeiro homem. A coroa deveria ir para sua filha Juana; mas sua esposa estava grávida; Se ele tivesse um filho, ele se tornaria rei. Enquanto esperava, foi necessária uma regência. Foi ocupada pelo mais velho dos irmãos de Luís X. A rainha teve um filho, João, que morreu cinco dias depois. O regente silenciou os apoiadores de Juana e tornou-se rei com o nome de Filipe V. Para consolidar seu poder, convocou uma assembleia de prelados, barões, burgueses e médicos da Universidade de Paris que aprovaram sua conduta e declararam que as mulheres não poderiam herdar o reino da França.

Em 1322, Filipe V morreu, deixando também apenas filhas. Imediatamente, seu último irmão, Carlos IV, conquistou a coroa. Desta vez ninguém protestou. Ao morrer, em 1328, ele também não deixou nenhum herdeiro homem, mas sua esposa estava grávida. Foi a mesma situação de doze anos antes: tivemos que recorrer à regência. Os três possíveis candidatos eram: Filipe de Évreux, neto de Filipe III, primo-irmão dos três últimos reis e marido de Joana, filha de Luís X; Eduardo III, rei da Inglaterra por alguns meses, neto de Filipe IV através de sua mãe, Elizabeth; e finalmente Filipe de Valois, neto de Filipe III e também primo-irmão dos últimos três reis. O

primeiro, filho de um segundo filho, carecia de personalidade e ambição; O segundo, muito jovem, vivia noutro país e sobretudo parecia sujeito à tutela de uma mãe, cujos costumes ou carácter os barões franceses não apreciavam. Filipe de Valois venceu, em parte devido à memória deixada por seu pai, Carlos, que até sua morte em 1325 esteve na vanguarda da política capetiana.

A viúva de Carlos IV tinha uma filha e Filipe não encontrou dificuldades em converter a sua regência em reinado. Em todo o caso, a alegada lei sálica não foi mencionada: só se tornou um argumento muito mais tarde, sob Carlos VI. Apenas foi tido em conta o precedente de 1316, a relativa experiência do rei - já tinha 35 anos -, de que os Grandes o conheciam melhor que os seus concorrentes e, por fim, o que poderíamos chamar, não sem certo anacronismo, de seu nacionalidade: Como diz um cronista inglês da época, "Filipe de Valois foi coroado porque nasceu no reino" [2] (Tabela I).

Mas já antes da coroação de Filipe VI em Reims, Eduardo III tinha enviado uma embaixada a França, encarregada de apresentar os seus direitos à coroa. Segundo ele, embora sua mãe não tenha recebido pessoalmente a herança de Filipe, o Belo, ela poderia transmiti-la legitimamente a ele. A sua tese, que não era desprovida de fundamento, conseguiu convencer alguns doutores do direito civil ou canónico, mas naquela época era um manifesto bastante platónico e, devido à vassalagem prestada em 1329 pela Guyena, Eduardo III reconheceu expressamente o novo soberano.

Tabela I

A sucessão do reino da França

(As datas entre parênteses correspondem ao nascimento dos personagens mencionados)

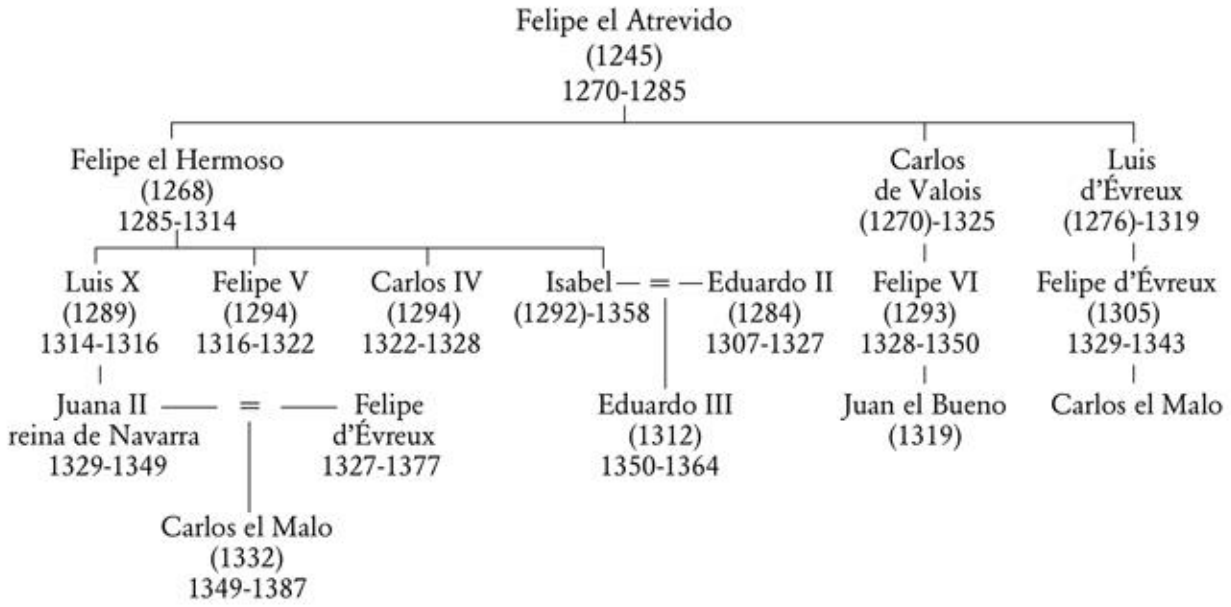
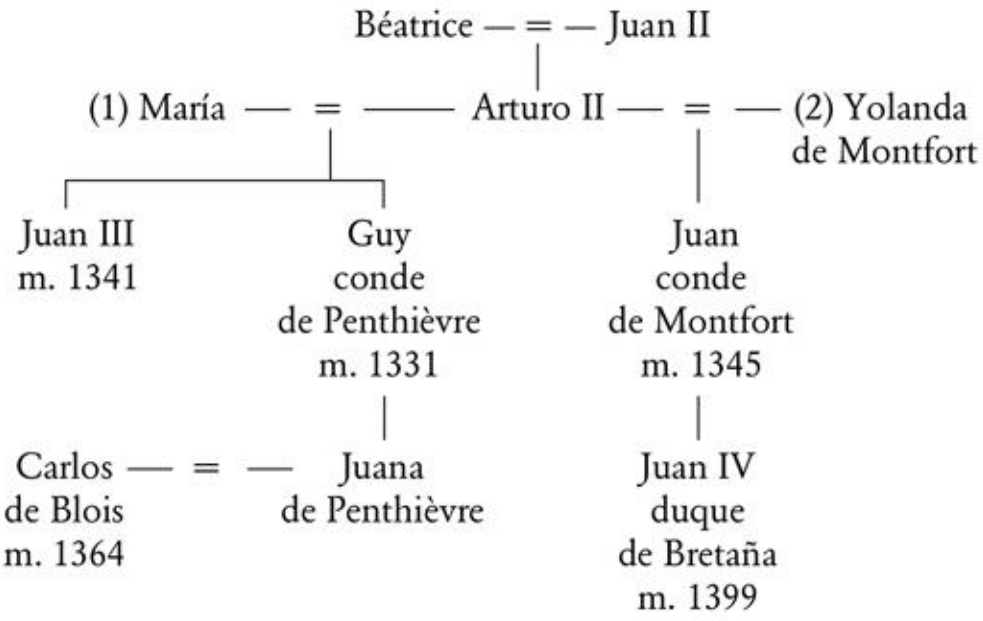


Tabela II

A sucessão da Bretanha


Béatrice — = — Juan II
(1) María — = —— Arturo II — = — (2) Yolanda de Montfort
Juan III m. 1341
Guy conde de Penthièvre m. 1331
Juan conde de Montfort m. 1345
Carlos de Blois m. 1364
Juana de Penthièvre
Juan IV duque de Bretaña m. 1399

Para explicar as pretensões posteriores do rei de Inglaterra, os contemporâneos atribuem um papel preponderante a Robert d'Artois. Alguns anos antes, Robert reivindicara em vão o condado de Artois, que, segundo o costume local, passara para as mãos de sua tia Mahaut. Ele não ficou satisfeito com o condado de Beaumont-le-Roger, concedido como indenização, e em 1330 tentou reabrir seu julgamento por meio de falsidades. A fraude logo foi descoberta, Felipe VI confiscou seus bens e quis prendê-lo. Robert d'Artois finalmente encontrou refúgio com Eduardo III. É provável que tenha encorajado os pensamentos do seu convidado em relação à coroa de França e, sobretudo, que lhe tenha comentado como a relutância de alguns grandes senhores em relação à nova dinastia poderia favorecer um plano aparentemente excessivo.

Durante muito tempo, os historiadores pensaram que a Guerra dos Cem Anos teve origem na rivalidade entre as duas dinastias. Mais tarde, um estudo cuidadoso dos documentos revelou a maior importância da questão da Guiana. Considerou-se então que Eduardo III tentava acima de tudo defender ou mesmo ampliar o seu ducado. A sua reivindicação à coroa de França começou a ser considerada uma tática útil mas secundária, que abandonou assim que pôde em troca de concessões territoriais. Há já alguns anos que surge uma opinião contrária: Eduardo III não só reivindicou de boa fé o reino de França, mas toda a sua estratégia, tanto política como militar, foi dirigida para esse objectivo supremo, que quase não conseguiu alcançar várias vezes. Seja como for, a monarquia Valois, fingindo manter a calma, apressou-se em convencer os seus súditos de que esse era o perigo. A luta desde então adquiriu um caráter mais dramático e acirrado.

Outros antagonismos colocaram as duas monarquias uma contra a outra. Um dos mais vívidos veio do problema escocês. Desde o final do século XIII, os reis da Inglaterra, após subjugarem o país de Gales, procuraram dominar, ou seja, conquistar, o reino da Escócia. Mas sua tentativa encontrou resistência inesperada. Após a derrota de Bannockburn (1314), a Inglaterra teve que reconhecer a independência da Escócia através dos tratados de Edimburgo e Northampton (1328). Mas esse foi apenas o primeiro ato: em 1329, o vencedor de Bannockburn, o rei Robert Bruce, morreu deixando um filho, David, de 5 anos. Eduardo III aproveitou a ocasião para apoiar a causa de seu rival, Eduardo de Balliol, que se proclamou rei da Escócia sob o nome de Eduardo

I. David pediu ajuda à França. Para obter a submissão dos seus últimos apoiantes, os dois Eduardos empreenderam diversas campanhas, mas a resistência foi prolongada, apoiada diplomaticamente, e depois militarmente, por Filipe VI. Ao trazer a guerra para o continente, Eduardo III esperava acabar com a ameaça aos condados do norte da Inglaterra.

Nas palavras de um memorando diplomático francês do final do século XIV , "por volta do ano de 1336, por falsas e más induções de alguns rebeldes ao rei [da França], ou por qualquer motivo, o rei da Inglaterra rebelou-se.", concluiu alianças ocultas com Flandres, em Hainaut e outras partes e iniciou a guerra contra o rei Filipe" [3] . Durante anos, Filipe rejeitou qualquer ideia de ruptura: ainda em 1335, pensava em liderar uma cruzada, como o Papa Bento XII lhe havia insinuado. Mas a atitude de alguém que insistia em considerar-se um dos seus vassalos em rebelião decidiu-o, em 24 de maio de 1337, a decretar o terceiro confisco da Guiana. Eduardo III respondeu chamando seu adversário, nas atas de sua chancelaria, pelo nome de "Filipe, que afirma ser rei da França". Então, em 7 de outubro, em Westminster, reivindicou publicamente o reino da França e renunciou à vassalagem que havia dado a Guyena e Ponthieu. No final do ano, de acordo com o código de relações internacionais, fez com que o bispo de Lincoln levasse o seu desafio a Paris, ordenando ao seu adversário que renunciasse a um reino adquirido indevidamente: a ruptura foi oficial, começou a guerra aberta.

Inglaterra

Com alguns anos de diferença, o conflito entre a França e a Inglaterra eclodiu no final de um período de vários séculos de desenvolvimento demográfico e económico do Ocidente cristão como um todo. Confrontou duas potências relativamente prósperas e povoadas, que participavam numa civilização idêntica: partilhavam os mesmos ideais e os mesmos preconceitos, tinham atingido um nível técnico comparável, apresentavam formas semelhantes de organização social, governo e administração.

Mas embora a Guerra dos Cem Anos inicialmente tenha colocado rivais que tinham muitos pontos em comum, também houve diferenças qualitativas e quantitativas nos recursos à sua disposição.

O próprio reino da Inglaterra tinha cerca de 5 milhões de habitantes: um país com uma economia principalmente agrícola, onde abundavam terrenos baldios, charnecas e florestas, mas também muitas terras eram bem cultivadas, para a época, por uma aristocracia leiga e eclesiástica cuidadosa de uma gestão eficaz. . O cultivo de cereais e de ovinos garantiu uma prosperidade superior à de muitas regiões francesas. No entanto, havia uma certa superpopulação relativa da qual sofria uma parte importante dos trabalhadores. Os camponeses livres eram raros; A massa da população rural continuou sujeita às pesadas obrigações do *vilanismo*. Além disso, a Inglaterra era muito pouco urbanizada. A única cidade de importância internacional, Londres, tinha cerca de 70 mil habitantes. O estanho, a lã e os produtos agrícolas eram exportados para o continente, mas o comércio, tal como o dinheiro, estava maioritariamente nas mãos de estrangeiros, protegidos pelos poderes públicos, invejados pela população: italianos, gascões, flamengos, alemães do norte e do Reno, que beneficiou dos privilégios da Hansa germânica.

Se, devido à sua economia semicolonial, bem como ao seu desenvolvimento artístico, literário e universitário, a Inglaterra ficou atrás de outros países ocidentais, as suas estruturas administrativas e governamentais, pelo contrário, estavam entre as mais avançadas. O rei, supremo responsável pela ordem, paz e justiça, esteve à frente de um reino unificado durante

vários séculos, dentro do qual a mesma lei, a *lei comum, foi aplicada* . Ele tinha toda uma rede de administradores locais, como *xerifes* , que transmitiam suas ordens ou *instruções.* A nível central, a instituição mais viva era o Parlamento, que reunia em torno do rei e dos seus grandes oficiais algumas dezenas de barões e prelados, convocados individualmente em razão da sua posição e que participavam nas deliberações, mas também simples cavaleiros e burgueses. , que representava a *pequena nobreza* e as cidades, elementos mais passivos, raramente consultados e ainda assim considerados apoiadores das decisões tomadas. Só mais tarde os barões e prelados, por um lado, e os cavaleiros e burgueses, por outro, formaram as duas Câmaras dos Lordes e dos Comuns. Mas, desde o início do século XIV , a competência dos Parlamentos, que ocorria anualmente ou de dois em dois anos, era muito diversificada: intervinham na justiça, na administração, na política geral, nas finanças públicas. Dependendo do caso, a instituição poderia ser um sério obstáculo, ou um poderoso auxiliar do soberano: se ele fosse fraco, discutido, joguete de alguns favoritos, o Parlamento tinha meios para se opor eficazmente aos seus projetos e decisões. Se, por outro lado, o rei soube impor-se e obter o apoio dos grandes barões, o Parlamento deu à sua política uma dimensão nacional.

Tal foi o caso sob Eduardo III. Este rei foi considerado modelo por mais de um cronista de sua época; Em reacção, os historiadores modernos censuraram-no pela sua falta de escrúpulos e pela duplicidade da sua conduta. Mas embora não tenha sido um grande legislador nem um reformador profético, nem estivesse à frente do seu tempo, que foi o do fim da cavalaria e do declínio do feudalismo, até os seus defeitos - vaidade, desejo preponderante da própria glória, gosto pela pompa e prazeres - estavam entre os mais facilmente perdoados aos príncipes. Depois de obter retumbantes sucessos na juventude e na maturidade, prestigiando durante muito tempo a reputação militar do seu povo, Eduardo III conheceu fracassos na sua longa velhice, mas a sua autoridade nunca esteve em perigo e o apoio quase constante dos seus barões ao seu continente continental a política era para ele um dom precioso, que os Valois não tinham em casa.

Os rendimentos de um domínio real muito extenso, e mais ainda os impostos sobre a lã e outros produtos exportados para o continente, a tributação direta, os empréstimos, permitiram ao rei da Inglaterra manter o seu exército, por ele pago quando entrava em campanha. Em 1337, o exército foi recrutado em grande parte através de contratos escritos que vinculavam capitães e chefes de guerra ao poder. Cada um desses documentos, denominados *endentures de guerre* , era composto por duas cópias idênticas separadas por um corte em dente de serra. Cada parte manteve sua cópia, selada pela outra parte contratante. As atas estabeleciam a duração do serviço - muitas vezes um ano para expedições continentais -, o número de soldados, as tropas comprometidas e, às vezes, a distribuição de saques e resgates. O rei teve assim assegurado um certo número de voluntários, por um certo tempo. Mas as campanhas mais importantes necessitaram do complemento de taxas selectivas impostas em cada concelho. Equipados pelas comunidades e depois assumidos pelo poder, estes recrutas não lutaram apenas na sua ilha: durante os primeiros anos da guerra foram enviados para o continente; a maioria serviu de boa vontade, atraída por um salário regular substancial e pelo desejo de experimentar aventuras na "doce e cortês região da França" (Froissart). No total, graças à requisição de navios de pesca e comércio, Eduardo III conseguiu transportar rapidamente para o outro lado do Canal da Mancha, em vários carregamentos, entre 10.000 e 15.000 combatentes: cavaleiros e senhores, a cavalo, que serviam sob um comando pessoal que levava os nomes da grandeza do reino, mas também arqueiros a pé ou a cavalo, de origem popular, que usavam com precisão e rapidez o grande arco feito de madeira de teixo, familiar aos ingleses desde as guerras galesas do final. século 13 .

Eduardo III também poderia contar com outros apoios. Embora a Irlanda, da qual ele era senhor titular, mas na verdade controlava apenas uma pequena área ao redor de Dublin, pudesse ser de pouca utilidade, embora o País de Gales permanecesse mais ou menos hostil, ele tinha a simpatia da nobreza Gascon, que em grande parte o preferia ao rei. da França. Mas acima de tudo, conseguiu, em 1337 e 1338, chegar a acordo sobre numerosas alianças nos Países Baixos e na Alemanha. Certamente, os seus esforços falharam com Louis de Nevers, conde da Flandres, que permaneceu fiel a Filipe VI, que, pela vitória de Cassel sobre as milícias revoltadas da Flandres (1328), devolveu a posse do seu feudo; Pelo contrário, a diplomacia activa e dispendiosa do Bispo de Lincoln e dos Condes de Salisbury e Huntingdon conquistou para a sua causa os Condes de Hainaut, de Berg, de Gueldre e de Cleves, o Conde Palatino do Reno, o Margrave de Juliers , bem como o duque de Brabante e Limburgo. Além disso: durante o verão de 1337, aliou-se ao imperador Luís IV, que se comprometeu, pela soma de 300.000 florins, a ajudá-lo durante dois meses com 2.000 combatentes. No ano seguinte, o próprio Luís IV nomeou-o vigário imperial para a margem esquerda do Reno. Através desta coligação, a monarquia francesa, que deu tanta importância à sua extensão para leste, em detrimento do império, como à sua extensão. a penetração no sudoeste, às custas do rei da Inglaterra, viu-se ameaçada por ambos os lados ao mesmo tempo.

França

É verdade que Filipe VI reinou sobre um reino três ou quatro vezes maior e mais populoso que o de Eduardo III. A sua economia agrícola era geralmente menos desenvolvida, mas mais diversificada. Até mesmo algumas províncias — Île de France, Normandia, Flandres — podiam rivalizar com a prosperidade rural da Inglaterra.

As zonas rurais francesas sofreram os mesmos problemas que as do outro lado do Canal da Mancha: esgotamento de alguns solos, falta de fertilizantes, relativa sobrepopulação. Mas, ao contrário da Inglaterra, os nobres estavam menos interessados na exploração das suas terras, preferindo cada vez mais ser simples rentistas da terra. Esta atitude favoreceu sem dúvida a emancipação do campesinato, que quase desapareceu em muitas regiões. As grandes cidades, especialmente no sudoeste e no norte, eram menos raras do que na Inglaterra. Paris, com seus 250 mil habitantes, era um centro político, intelectual, artesanal e comercial que ultrapassava as maiores cidades da Itália. Flandres e Artois tinham alguns dos centros têxteis mais importantes da Europa. A circulação monetária foi mais ativa do que na Inglaterra; a cunhagem de ouro, com o brasão de São Luís, havia sido retomada recentemente; Os fluxos comerciais eram mais complexos e variados, uma vez que a França estava localizada mais perto do coração económico do Ocidente. Em todo o caso, tal como em Inglaterra, grande parte da actividade comercial e bancária era controlada por estrangeiros: aqui especialmente italianos, colectivamente chamados lombardos. Além disso, desde finais do século XIII , o grande eixo comercial do Ocidente afastou-se das feiras de Champagne, onde durante várias gerações os produtos do norte foram trocados com os do sul e do Oriente para chegar ao vale do Reno, por um lado, e a rota atlântica, por outro, que desde 1227 ligava diretamente Bruges e Flandres aos portos italianos. Em suma, embora a civilização francesa tenha mantido a sua importância, embora a instalação do papado nas margens do Ródano a partir do início do século XX. XIV reforçara a influência da França no governo da Igreja Católica, outros centros de cultura, arte e pensamento - especialmente na Itália - brilhavam com esplendor crescente.

Durante muito tempo, os reis de França exerceram uma autoridade bastante limitada no seu reino, mas desde o final do século XIII , o seu poder cresceu rapidamente e em 1337, Filipe VI controlou — política, militarmente, financeiramente, administrativamente —, judicialmente — bastante cerca de dois terços da França, tanto diretamente aqueles de seu próprio domínio, quanto através de senhorios eclesiásticos ou pequenos vassalos. Além disso, a sua influência era preponderante nas partes do domínio real concedidas a outros membros da sua família (*apanágios*), que ainda existiam nessa data. Mas a sua autoridade direta parou em grande parte nos limites dos feudos de alguns grandes senhores do sul - como os condes de Foix ou Armagnac - bem como nos dos quatro principados territoriais: o condado de Flandres e os ducados da Bretanha, Borgonha e Guyenne. .

No entanto, quando começou a luta contra Eduardo III, Filipe VI mantinha boas relações com o duque da Borgonha, que, pessoalmente ou através dos seus protegidos, desempenhava um papel de liderança nos Conselhos da monarquia. Ele também teve um entendimento cordial com o conde de Flandres e o duque da Bretanha. Conseguira mesmo, à custa de grandes sacrifícios financeiros, garantir o apoio dos condes de Foix e Armagnac. Aparentemente, quase todo o reino, exceto Guyena, estava do seu lado. É claro que no seu governo teve que levar em conta a opinião dos grandes senhores e altos prelados, sem cuja aprovação corria o risco de ver as suas decisões paralisadas; Teve que contemporizar com as reclamações dos Estados, reunindo clérigos, nobres e burgueses das cidades, que a monarquia adquirira o hábito de convocar e consultar, sobretudo para arrecadar subsídios excepcionais. Mas a nobreza francesa, como um todo, era mais dócil que a inglesa, e a prerrogativa do soberano era menos contestada; Quanto aos Estados - o equivalente aos Parlamentos do outro lado do Canal da Mancha - reuniam-se com menos frequência, tinham uma tradição menos estabelecida e, sobretudo, representavam quase sempre apenas uma fracção do reino: tal província, o norte de França ou o Languedoïl , sul da França ou Languedoc.

Todo um conjunto de rendimentos - rendimentos de domínios, lucros de moeda, impostos sobre transacções, dízimos sobre lucros eclesiásticos, empréstimos, doações forçadas, confiscos - asseguravam-lhe recursos tão irregulares como os de Eduardo III, mas claramente superiores. Ao mesmo tempo, poderia formar um exército maior, composto por voluntários franceses ou estrangeiros, tinha sobretudo todos os nobres do reino, vinculados pela lei feudal, bem como contingentes mais ou menos importantes das *comunas* (populações não sujeitas ao jugo feudal) recrutados em recrutamentos forçados. Tal como o seu adversário, Filipe de Valois contou, no início da Guerra dos Cem Anos, com a ajuda prometida pelos seus aliados: os bispos de Liège e Metz, o duque de Lorena, o conde de Sabóia, desde que pagassem por ela. .a república de Génova, o rei boémio João do Luxemburgo... A sua administração militar já contava com uma longa experiência: desde finais do século XIII , os seus antecessores reuniram forças imponentes. Embora a cavalaria francesa tivesse visto o seu prestígio comprometido pela derrota em Courtrai, em 1302, vingou-se em Mons-en-Pévèle, em 1304, e em Cassel, em 1328. Mas, por um lado, as tropas reunidas por Filipe VI Situavam-se, pela sua própria dimensão, no limite das possibilidades em termos de financiamento, gestão e controlo, disciplina e abastecimento: estava portanto fora de questão tirar partido da sua superioridade numérica. Por outro lado, os sargentos de infantaria, soldados de infantaria e besteiros franceses não podiam competir com os arqueiros ingleses. Quanto valeram as curtas expedições realizadas pelos franceses, em apenas uma geração, em comparação com a experiência adquirida pelos ingleses na longa guerra contra os galeses e os escoceses? Em suma, as forças centrífugas e particularistas que deram origem às

ligas nobres de 1315 estavam longe de ter desaparecido: um fracasso da monarquia, uma acção política ou bélica vinda do estrangeiro, poderiam despertá-las.

[1] P. Chaplais, "Règlement des conflitos internacionais franco-anglais au XIVeme siècle (1293-1377)", *Le Moyen Âge*, 1951.

[2] Citado por B. Guénée, «État et nation en France au Moyen Âge», *Revue historique* , fasc, 481, janeiro-março de 1967, p. 27.

[3] BN, col. Dupuy, 306, fº 69 vº 13.

2. OS SUCESSOS DE EDWARD III (1338-1360)

As primeiras campanhas

Ao dirigir o seu desafio a Filipe de Valois, Eduardo III pretendia alcançar dois objectivos: a protecção do seu ducado da Guiana e a realização das suas ambições dinásticas. A primeira exigia o envio de reforços ingleses a Bordéus, a fortificação defensiva das fortalezas; a segunda envolvia menos a conquista progressiva do reino do que o esmagamento do seu rival numa batalha decisiva. É por isso que ele fez da Holanda a sua base de operações, tentando ali recrutar o maior número possível de aliados. Como não conseguiu conquistar o conde da Flandres, utilizou uma arma económica para concretizar as suas ambições políticas: em retaliação, prendeu os mercadores flamengos que se encontravam no seu reino e proibiu a exportação de lã inglesa para a Flandres (1336). Privados de grande parte da sua matéria-prima, os tecelões foram obrigados a entrar em greve. Nos centros urbanos, crescia o descontentamento com o conde, incapaz de garantir a prosperidade dos seus súbditos. Emissários ingleses, instalados em Valenciennes, exploraram a situação. Em 1337, um importante burguês de Gante, Jacques Van Artevelde, defendeu uma aliança com a Inglaterra; Seu programa o tornou popular, ele se tornou capitão de sua cidade e atraiu seus

tentativas para Bruges e Ypres. A agitação cresceu tanto que o conde de Flandres teve que refugiar-se com Filipe VI.

Eduardo III estabeleceu-se em Brabante com a sua família, a sua corte e o seu exército. Ele não tentou nenhuma operação militar em 1338 e não decidiu agir até setembro de 1339; Percorreu Cambrésis, Vermandois, Soissonnais e Thiérache, devastando tudo em seu caminho. Filipe VI convocou a sua nobreza, reuniu as suas forças imponentes, mas não ousou aceitar a batalha que o seu adversário lhe apresentava. A sua comitiva convenceu-o da mediocridade do seu instrumento militar e aconselhou-o prudentemente a aguardar com segurança o desânimo de Eduardo III e o esgotamento dos seus recursos financeiros.

Decepcionado, o rei da Inglaterra voltou para Brabante. Mas uma vitória diplomática veio compensar estes resultados dolorosos: pelo tratado de 3 de dezembro de 1339, as cidades flamengas concordaram em ajudá-lo militarmente e em aceitá-lo como o verdadeiro rei da França; Em troca receberam subsídios para se armarem, obtiveram o levantamento do embargo à lã e a promessa de ajuda inglesa em caso de ataque de alguém que para eles nada mais era do que "o rei encontrado". Em janeiro de 1340, Eduardo III, já reconhecido pelos seus súditos na Guiana e na Flandres, assumiu solenemente o título de rei da França em Gante e introduziu a flor-de-lis no seu Grande Selo e no seu brasão. Num manifesto que talvez fosse além da simples propaganda, ele explicou as razões do seu empreendimento: o reino da França lhe fora concedido

pelo mais claro direito; Ele não podia recusar-se a receber o que considerava um dom da graça divina. Não sem habilidade, apresentou-se aos seus súditos franceses como o defensor das leis e costumes justos da época de São Luís. Prometeu não recorrer a câmbios ou impostos ilegais, para preservar as liberdades e privilégios de cada pessoa. Em suma, governaria a França com o conselho de pares, prelados e homens prudentes: face à arbitrariedade dos Valois, apresentou-se como um soberano "constitucional".

Mas a situação financeira era crítica. Deixando a família como penhor aos seus credores, regressou a Inglaterra, extraiu um novo subsídio do Parlamento e conseguiu reunir novas forças. Restava mandá-los para o continente. Porque, durante alguns meses, a frota de Filipe VI esteve muito ativa no Canal da Mancha: dispunha de um poderoso arsenal em Rouen, o *Clos-des-Galées*, que além dos navios normandos, contava com numerosos navios monegascos, castelhanos e, sobretudo, navios todos genoveses. Em 1338, marinheiros franceses lançaram uma série de ataques contra portos na costa sul da Inglaterra. Em junho de 1340, uma frota de 200 navios, com um complemento de 20.000 homens, partiu para a costa da Flandres para evitar o desembarque de Eduardo III. Os ingleses aceitaram o desafio e as duas "marinhas do mar" encontraram-se no dia 24 de junho, perto da foz do porto de Bruges, L'Écluse (em flamengo, Sluys). Desde o início, o contingente genovês retirou-se. Os almirantes franceses Hue Quiéret e Nicolas Béhuchet não conseguiram organizar a defesa nem resistir aos arqueiros ingleses, que dispararam dos seus grandes navios. A derrota foi total para Filipe VI, que perdeu o controle do mar, embora a nobreza francesa pouco se preocupasse, já que quase todos os mortos eram de origem popular.

Eduardo III conseguiu desembarcar seu exército e, durante o verão de 1340, forças consideráveis para a época se enfrentaram. O rei da Inglaterra tinha, incluindo os contingentes flamengos, cerca de 30 mil combatentes; Filipe VI, no início de setembro, estava acompanhado por 20.000 ou 25.000 homens de armas, além de uma multidão de gente comum. Poderia ter sido pensado um jogo decisivo, mas os ingleses, depois de falharem frente a Saint-Omer e Tournai, recuaram. A estação avançava, as provisões eram escassas; Em 25 de setembro de 1340, os dois adversários, exaustos financeiramente, firmaram uma trégua em Esplechin, perto de Tournai, que duraria até 24 de junho de 1342.

Nesta primeira fase da guerra, Felipe VI sofreu uma grave derrota naval; Ele não conseguiu pagar suas tropas, exceto diminuindo significativamente o valor da libra Tournaise; Durante o verão de 1340, as forças imponentes que ele reuniu no sudoeste – até 10.800 homens de armas e 15.000 homens a pé – não conseguiram penetrar profundamente na Guiana, defendida por apenas 3.000 ou 4.000 combatentes. Mas já pensava em obter novos recursos para continuar a guerra, acrescentando aos impostos extraordinários e domésticos um imposto sobre o sal, que foi estendido a todo o reino por portaria de 16 de março de 1341. No mesmo ano, a sua diplomacia convenceu O imperador Luís IV renuncia à aliança inglesa. Devido à rejeição, Eduardo III perdeu seu vicariato imperial e Hainaut e Brabante desertaram. Na Flandres, o prestígio de Artevelde estava em declínio; O Papa Clemente VI excomungou os seus compatriotas por se terem rebelado contra o seu conde. David II da Escócia, aliado de Filipe VI, conseguiu recuperar o seu reino e voltar à guerra na fronteira contra a Inglaterra. Finalmente, as dificuldades financeiras da Plantagenêt foram ainda mais graves que as dos Valois: incapaz de pagar as suas dívidas, levou à falência os seus credores, entre os quais estavam duas das mais importantes empresas italianas, os Bardi e os Peruzzi (1343). A política contemporizadora de Felipe VI finalmente produziu os seus frutos.

A guerra da sucessão britânica

Um novo assunto fez com que o conflito se agravasse novamente. Ao regressar da campanha de 1340, na qual serviu o seu soberano, o duque da Bretanha, João III, adoeceu e morreu sem deixar herdeiro direto (abril de 1341). Dois candidatos buscaram a sucessão: seu meio-irmão, Jean, conde de Montfort-l'Amaury, e sua sobrinha, Jeanne de Penthièvre, casada com Charles de Blois, sobrinho de Filipe VI. Os dois concorrentes pediram ao rei que arbitrasse as suas diferenças, mas sem esperar pela sua opinião, Jean de Montfort - pressionado pela sua esposa, Jeanne de Flandres, que segundo um cronista "tinha coração de homem e de leão" - tomou posse de Nantes, capital do ducado e foi para Eduardo III, que lhe deu seu apoio e lhe concedeu o condado de Richmond. Jean de Montfort proclamou-se então duque da Bretanha e reconheceu o Plantagenêt como rei da França. Filipe VI declarou-se a favor de Carlos de Blois (*arrêt* de Conflans, 7 de setembro de 1341), que imediatamente lhe emprestou vassalagem para o seu novo feudo. Cada um dos duques tinha seus apoiadores: Jean era apoiado pela maioria das cidades e pela Bretanha bretã; Carlos pelo clero, a maior parte da nobreza e a Bretanha francófona (tabela II).

Assim começou, além do conflito franco-inglês, uma guerra de vinte e três anos, com múltiplos e confusos incidentes. No final de 1341, o filho mais velho de Filipe VI, Jean, duque da Normandia, capturou Nantes e prendeu Jean de Montfort; mas na primavera seguinte, quando Carlos de Blois quis tomar posse de seu ducado, encontrou a resistência de Joana de Flandres que se tornou forte em Hennebont, recebeu ajuda inglesa e Carlos teve que levantar o cerco no final de junho. Charles tentou tomar Brest: mais uma vez Jeanne o interrompeu. Ele conseguiu capturar Vannes, mas quando a trégua de Esplechin expirou, Eduardo III desembarcou na Bretanha e sitiou-a. Felipe VI reuniu um exército em seu auxílio; estavam prestes a se confrontar quando os legados do Papa Clemente VI convenceram os dois adversários a aceitar uma trégua: ela foi assinada em Malestroit em 19 de janeiro de 1343 e duraria até o dia de São Miguel em 1346. No entanto, embora o papado tivesse conseguiu interromper as hostilidades, não conseguiu fazer a paz, apesar das negociações que ocorreram em Avinhão em 1344. Na Bretanha então, onde deixou guarnições mantidas pelas populações locais através de impostos (chamados *rançons* ou *patis*), Eduardo III encontrou um ponto de apoio no continente.

Crécy e Calais

Com o caso bretão interrompido, o Plantagenêt pôde levar a cabo os seus outros planos. Em 1345, enviou o conde de Derby e Sir Walter Manny para Guyenne que afrouxou o domínio francês, tomou Bergerac, La Réole, Aiguillon e até Angoulème, a mais de 100 km de Bordéus. No mesmo ano, Jacques Van Artevelde propôs o condado de Flandres ao seu filho mais velho, o futuro Príncipe de Gales. Mas ele foi longe demais: Gante se revoltou contra ele e ele foi assassinado. Em 1346, Eduardo III encarregou um de seus tenentes, Hugh Hastings, de assumir o comando de seus aliados flamengos e então preparou uma nova expedição. Depois de hesitar entre o norte e a Guiana, decidiu desembarcar na Normandia, seguindo o conselho de um senhor desta província refugiado na Inglaterra chamado Geoffroy d'Harcourt, que se ofereceu para guiá-lo nesta região fértil, intacta e completamente despreparada. região para a guerra.

Ele deixou a Ilha de Wight com um exército de 15.000 combatentes e chegou no dia seguinte a Saint-Vaast-la-Hougue. Começou então a primeira das grandes cavalgadas inglesas da Guerra

dos Cem Anos: apesar dos avanços posteriores, as principais características deste tipo de guerra já podem ser vistas aqui. Dividido em várias colunas avançando paralelamente, com vários quilómetros de largura, o exército inglês passou sem dificuldade por Valognes, Carentan, Saint-Lô. O saque foi enorme. Em Caen, cidade importante embora não fortificada, a resistência foi um pouco mais viva, mas na mesma tarde do ataque Raoul d'Eu, condestável da França, e o conde de Tancarville se renderam. Eduardo III continuou sua marcha através de Lisieux e Louviers e chegou ao Sena, onde encontrou as pontes destruídas. Ele mandou consertar o de Poissy, cruzou o rio em 16 de agosto e rumou para o norte. Em um mês, ele percorreu mais de 350 km.

Felipe VI convocou sua nobreza e expôs o assunto. Mas ele não se atreveu a agir. Talvez ele estivesse esperando a conclusão da arrecadação, o que levou várias semanas, dado o tamanho do reino. Ou então planejou, fiel às suas táticas anteriores, deixar seu adversário retornar tranquilamente à Inglaterra. Ou ainda, como afirmam vários cronistas, temia sabe-se lá que traições. Mas uma parte do seu ambiente, toda a cavalaria, condenou esta passividade. Sob a pressão da opinião, ele partiu em busca de Eduardo III. Apressou a marcha para evitar os golpes de um inimigo mais numeroso; Ele atravessou o Somme através do vau de Blanchetaque, a jusante de Abbeville, evitando os destacamentos franceses que deveriam detê-lo. Então, considerando impossível distanciar-se dos seus perseguidores, decidiu esperá-los em posição defensiva, perto de Crécy-en-Ponthieu. Ele dividiu sua cavalaria em três corpos ou *batalhas* , ordenou que lutassem a pé até a perseguição final e organizou seus arqueiros "em um ancinho". Ao saber da posição do inimigo por meio de seus batedores, Filipe VI deixou Abbeville na manhã de 26 de agosto para chegar a Crécy, a 19 km de distância. A excitação e a indisciplina eram tão grandes entre as suas tropas que ele não conseguiu contê-las ou organizá-las. O combate começou no início da tarde. Os besteiros italianos a serviço dos Valois dispararam alguns tiros, mas logo os homens de armas franceses os separaram para enfrentar o adversário. Os arqueiros ingleses pararam o seu avanço, a *confusão* transformou-se em confusão, nenhuma das repetidas investidas conseguiu quebrar a linha defensiva de Eduardo III. Ao anoitecer, a derrota foi completa. No interior da França, o rei da Boêmia, o conde de Flandres, Charles d'Alençon, irmão de Filipe VI, havia morrido. O rei, embora ferido, conseguiu fugir e escapar do massacre.

Eduardo III continuou seu caminho. Em 4 de setembro chegou sob as muralhas de Calais, um reduto de 7.000 habitantes, defendido por uma importante guarnição francesa. O cerco começou: duraria onze meses, de setembro de 1346 a agosto de 1347. Para se protegerem, os ingleses construíram um assentamento real com madeira ao redor da cidade, chamado Villeneuve-le-Hardi. Os flamengos forneciam suprimentos, tinham mercado duas vezes por semana. Numa época em que a artilharia de pólvora estava apenas começando, os sitiados levavam vantagem. Além disso, durante alguns meses, receberam suprimentos por via marítima. Mas Eduardo III completou o bloqueio. A última esperança estava em um exército de socorro. Filipe VI, com vista a uma ação combinada com David da Escócia, reuniu algumas tropas em torno de Compiègne em outubro de 1346, mas dispensou-as pouco depois e permaneceu inativo durante todo o inverno. Quando o verão começou, ele reuniu um exército e aproximou-se lentamente de Calais. Em 27 de julho de 1347, ele se estabeleceu na colina Sangatte. A cidade acreditou-se salva, mas não se atreveu a atacar a coligação de ingleses e flamengos, e retirou-se uma semana depois. Calais teve que se render: é conhecido o episódio dos seis burgueses da cidade, que concorda demasiado com a mentalidade cavalheiresca da época - uma mistura de paixão e

cortesia, de clemência e crueldade - para que possa ser duvidada. Tal foi o ponto de partida de um mito com inúmeras vicissitudes.

Grande parte da população teve que deixar a cidade e foi substituída por colonos ingleses. Calais tornou-se a base de uma "patrulha marítima" que garantiu o controle do estreito. Uma forte guarnição foi estabelecida permanentemente; Novas fortificações completaram o recinto primitivo. Calais passou a ser considerado quase inexpugnável, se não por surpresa ou traição; Durante dois séculos permaneceu um pedacinho da Inglaterra no continente, ligado, do ponto de vista religioso, ao Arcebispado de Cantuária. Além disso, quando, a partir de 1363, ali se instalou uma estação de lã, ali se concentrou grande parte do tráfego comercial, e a cidade sucedeu a Bruges como principal local de mercadores ingleses.

Em outras frentes, alguns sucessos foram somados às vitórias de Eduardo III. Em 1346, depois de ter recuperado Angoulème, o duque da Normandia iniciou o cerco de Aiguillon, que teve de levantar em breve para se juntar ao seu pai. Derby aproveitou a sua saída para empreender uma nova corrida durante a qual capturou Saint-Jean-d'Angély, Niort e Saint-Maixent. No mesmo ano, na Bretanha, os ingleses ocuparam La Roche-Derrien. Em junho de 1347, Charles de Blois quis recuperar a praça, mas foi derrotado e feito prisioneiro, tal como tinha sido, no ano anterior, em Neville's Cross, pelo rei David da Escócia.

Como resultado destes reveses, a posição diplomática e militar de Filipe VI deteriorou-se e a sua autoridade sobre os seus súbditos foi ressentida. Em 1343, para fazer face às ameaças que pesavam sobre a Bretanha, convocou os Estados do Languedoïl, que concordaram sem entusiasmo em manter os impostos. Nova reunião dos Estados em 1346, alguns meses antes de Crécy, e novamente em novembro de 1347, após a queda de Calais. Desta vez as censuras foram contundentes: foram responsabilizados os conselheiros do rei, acusados de o terem induzido a comportamentos desonrosos. Durante estes dois anos, a monarquia passou por uma grave crise interna: certamente não houve motins, massacres ou banditismo, como aconteceria dez anos depois, mas sim uma revolução palaciana em torno do rei, cujos altos funcionários foram presos. Ainda a certa altura, seu filho mais velho foi afastado dos assuntos de Estado, ou seja, da sucessão ao trono. Não é que o poder real tenha sido posto em causa: pelo contrário, os Valois foram censurados por não o exercerem, por se submeterem facilmente às influências do seu ambiente.

Nem Calais nem Crécy resolveram o conflito entre os Valois e os Plantagenêt. Uma nova mediação dos legados papais levou à conclusão de uma trégua em 28 de setembro de 1347. Prolongada várias vezes e nunca totalmente respeitada, durou em princípio até 1355. Sem dúvida teria sido quebrada mais cedo por um campo ou outro se um evento à parte do conflito não teria ocorrido: a Peste Negra.

Vinda das profundezas da Ásia, a epidemia, depois de chegar à Itália, atingiu o vale do Ródano no final de 1347; A partir daí, espalhou-se por toda a França, onde se manifestou com particular intensidade durante o verão de 1348. No ano seguinte, a sua ação fez-se sentir na Inglaterra. Na ausência de qualquer terapia eficaz – o único remédio era a fuga – a peste, na sua dupla forma, pulmonar e bubónica, causou enormes perdas humanas. Apenas algumas regiões dispersas foram salvas: Béarn e uma parte dos Países Baixos.

Na Inglaterra, o declínio populacional é estimado em 30%. Os seus efeitos foram ainda mais graves porque outras “pestilências e mortalidades”, quase tão graves, ocorreram em 1357-1362, 1369-1372, 1379-1380 e 1399-1402.

A Peste Negra teve consequências a todos os níveis: económico, social, psicológico. No curto prazo, perturbou a produção, perturbou o comércio, aterrorizou os sobreviventes, provocou o massacre de judeus; As principais operações militares foram paralisadas, mas o conflito recomeçou com força antes que os seus efeitos desaparecessem. Desencadeada numa época de pletora demográfica, a Guerra dos Cem Anos continuou através de uma fase de subpopulação que parece ter tido pouca influência no seu desenvolvimento: as tropas eram geralmente em número menor do que no início, mas tanto quanto a falta de homens , esta diminuição é atribuível à depressão económica, ao cansaço das populações e à mudança na conduta e concepção da guerra.

Filipe VI morreu em 26 de agosto de 1350. O equilíbrio do seu reinado não é favorável. No entanto, conseguiu adquirir Montpellier e Dauphiné. Por outro lado, o novo conde da Flandres, Louis de Male, feito prisioneiro em Crécy, escapou no ano seguinte e obteve, em 1349, a submissão das cidades flamengas: Eduardo III perdeu apoios que nunca recuperaria.

João, o Bom: o início do reinado

O novo rei da França, João, o Bom, tinha 31 anos quando subiu ao trono. Seu pai, Filipe VI, desde muito cedo lhe confiou tarefas importantes, nas quais ele teve um desempenho medíocre. Seu gosto pela pompa, pelo exercício físico, pelos feitos e pelas celebrações da cavalaria não são suficientes para caracterizá-lo, já que esses traços são encontrados na maioria dos príncipes de sua época. Froissart o descreve como "fácil de informar, caloroso e repentino, mas difícil de mudar de ideia depois de decidido". Os historiadores modernos têm geralmente confirmado este julgamento, mas serão os defeitos deste homem medíocre suficientes para explicar a magnitude dos seus fracassos? A sua decisão com as mais graves consequências ultrapassa em muito as fragilidades da sua personalidade: na batalha de Poitiers, em 1356, preferiu a prisão à fuga. Terá ele lucidamente escolhido uma atitude que preservasse e reforçasse a mística da realeza ou, com um golpe heróico de loucura, arrastou a sua dinastia para uma crise em que estava à beira da extinção? Tal é o debate essencial em que é preferível ouvir os contemporâneos, para quem “é melhor perder uma batalha do que um rei, pois perder o rei pode ser a perda do reino” [1] .

Uma das tarefas do novo rei era melhorar o seu exército. A lição de Crécy não passou despercebida: junto com os homens de armas, ele recrutou uma nova categoria de combatentes, os *homens a cavalo com armas mais leves* , entre os quais estavam os *bandidos* , de origem italiana ou provençal, besteiros e até alguns arqueiros. Ele estava preocupado em popularizar o uso de armas de arremesso. Formou unidades de cavalaria pesada mais coerentes e de dimensões comparáveis. Para combater fraudes e deserções, ordenou um controle mais rigoroso e frequente das tropas. A soldadesca aumentou, embora de forma insuficiente dado o enfraquecimento da moeda (portarias de 1351 e 1355). Ele até tentou reacender o ardor guerreiro da cavalaria estabelecendo – três anos após a fundação da ordem da Jarreteira por Eduardo III – a ordem da Estrela, cujos 500 membros deveriam servir sob as mesmas bandeiras, jurando nunca fugir em batalha e se reúnem uma vez por ano, na véspera da Assunção, para falar sobre suas façanhas. Há um conjunto de questões colocadas a esta irmandade de armas por um autêntico líder guerreiro, Geoffroy de Charny, que era guardião da oriflamme de França e morreu em Poitiers: não se referem apenas a questões de ética cavalheiresca, mas também a problemas relacionado à disciplina militar que se pretende exaltar.

O futuro iria demonstrar a trágica insuficiência destas medidas. No entanto, entre 1350 e o regresso oficial das hostilidades em 1355, a sorte das armas foi por vezes favorável a João, o Bom, e aos seus aliados. A guerra continuou na Bretanha (vitória anglo-bretã em Mauron em 1352, vitória franco-bretã em Montmuran em 1354); no Languedoc, o conde Jean d'Armagnac, tenente do rei da França, conteve efetivamente o adversário; no centro-oeste, os franceses recuperaram Saint-Jean-d'Angély e Lusignan, mas foram derrotados em Comborn, perto de Saintes (1353); Finalmente, com a captura de Guînes, os ingleses consolidaram as suas posições em torno de Calais.

Mas durante este período, o maior sucesso de Eduardo III foi diplomático, quando ganhou um novo aliado importante na própria França. Neto de Luís de João, o Bom, teve os condados de Mortain e Évreux, vários senhorios no país de Caux e algumas cidades nos vales do Sena e do Eure. O condado de Champagne, incorporado ao domínio real, também lhe corresponderia por herança materna. Em compensação, foi-lhe prometido o concelho de Angoulême, ou a cidade de Pontoise. Mas ele não conseguiu nem um nem outro. Casado com a filha do rei da França, não recebeu o dote dela. Alimentado por essas queixas contra as suas reivindicações legítimas, a sua raiva explodiu quando viu que o condado de Angoulême foi concedido ao favorito de João, o Bom, Carlos de Espanha, condestável de França, segundo no comando da família real de Castela. Com a ajuda de seus irmãos e de vários nobres normandos, ele o assassinou (8 de janeiro de 1354) e depois assumiu arrogantemente a responsabilidade por esse crime. Quando o rei quis puni-lo, este homenzinho inteligente e sem escrúpulos, eloquente e culto, sedutor, capaz de conquistar uma lealdade duradoura, não só fez com que vários membros da família real e até o papa interviessem em seu nome, mas escreveu a Eduardo III e Henrique de Lencastre, seu tenente na França, convidando-os a invadir o reino. João, o Bom, não se atreveu a puni-lo e, em troca da sua submissão, Carlos de Navarra obteve, pelo tratado de Mantes de fevereiro de 1354, o condado de Beaumont-le-Roger e a maior parte de Contentin. Isso fez dele o dono de metade da Normandia.

Tal foi o ponto de partida de vinte e cinco anos de intrigas, conspirações e aparentes reconciliações, entre as quais é difícil distinguir uma linha política contínua. A história dos navarros foi uma espécie de oportunidades perdidas. Para além do interesse em expandir as suas possessões no reino, o seu desígnio era alcançar o triunfo da causa inglesa, ou suplantar os Valois, devido aos direitos dinásticos herdados da sua mãe? O mais provável é que estivesse a tentar negociar entre os dois adversários para consolidar a sua posição. Em seu apoio formou-se todo um partido, com nobres que eram ou não seus vassalos, clérigos e burgueses que eram ou não seus súditos; Ambos, indispostos pelos abusos da administração monárquica, viam sem dúvida em Carlos, o Mau, um contrapeso útil à onipotência dos órgãos do governo Valois: a Chancelaria, o Parlamento, a Câmara de Contas.

Ao mesmo tempo, decorriam em Guînes negociações de paz entre diplomatas ingleses e franceses; Em abril de 1354, foi elaborado um projeto de tratado: a Aquitânia e as províncias do Loire (Poitou, Touraine, Anjou e Maine) permaneceriam sob a soberania de Eduardo III, que em troca renunciaria ao trono da França. Não se falava da Bretanha, onde os ingleses estavam solidamente estabelecidos. Estas concessões francesas, de amplitude inexplicável, tiveram de ser ratificadas em Avinhão. Mas, quando chegou a hora, João, o Bom, recuou. Ele rejeitou qualquer cessão de soberania e, portanto, viu-se confrontado com a guerra.

Nas conferências de Avinhão, Carlos, o Mau, que ali estava, conspirou novamente com Henrique de Lancaster: reconheceria Eduardo III como rei da França e receberia diversas

províncias; Os ingleses desembarcariam em suas terras de Contentin e marchariam contra Paris. Antecipando-se, os navarros dirigiram-se ao seu próprio reino para recrutar tropas e regressaram a Cherbourg para receber o apoio prometido. A sua espera foi em vão e ele resignou-se a um novo acordo com João Bom (10 de setembro de 1355).

Algumas semanas depois, Eduardo III trocou Calais pelo Artois. Os Valois reuniram vários milhares de homens em torno de Amiens, mas os dois exércitos evitaram-se e o invasor regressou à sua base. Esta expedição fútil foi compensada por uma extensa acção inglesa no sul de França: em Setembro de 1355, o filho mais velho de Eduardo III, Eduardo, Príncipe de Gales – o Príncipe Negro da história, como foi chamado pela primeira vez numa crónica inglesa do século XVI [2] —, desembarcou em Bordéus com algumas tropas. Este jovem de 25 anos já se tinha destacado em Crécy, à frente de um corpo de cavalaria. Mais tarde, suas vitórias em Poitiers e Nájera lhe renderam uma reputação maior que a de seu pai. Magnífico e pródigo como ele, era mais rude e severo: uma crônica da época o descreve "tão altivo e de tão grande porte". Aos seus talentos militares combinou habilidades administrativas inquestionáveis. Ao seu redor, uma equipe valiosa, que incluía Jean Chandos, um dos melhores homens de guerra da época. Aumentado pelos contingentes gascões, o exército inglês embarcou numa frutífera viagem de dois meses através do Languedoc, até Narbonne e Carcassonne. Em dezembro regressou a Bordéus, sem ser incomodado pelo conde de Armagnac, que se mantinha na defensiva.

Antecipando-se aos acontecimentos militares que não deixariam de ocorrer, João o Bom convocou os Estados de Languedoïl em Paris em novembro de 1355: concederam-lhe um subsídio que lhe permitiu, em teoria, manter 30.000 homens armados durante um ano, um número enorme, correspondente à soma de 5.400.000 libras Tournaise, e os Estados exigiram o controle do recrutamento e do emprego; Em cada diocese, alguns *escolhidos* recolheriam os impostos, o total seria imediatamente entregue ao povo beligerante por nove *generais eleitos* , três deles nobres, outros três prelados e três burgueses (portaria de 28 de dezembro de 1355). Poucos meses depois, os Estados do Languedoc, por sua vez, tomaram medidas semelhantes (março de 1356). A monarquia havia perdido a livre disposição dos fundos públicos.

Um incidente aumentou ainda mais as dificuldades em que João, o Bom, se debatia. No ano anterior, ele havia confiado o governo da Normandia a seu filho, o delfim Carlos. O rei de Navarra aproximou-se dele, na esperança de colocá-lo contra seu pai. O pai estava convencido de que os dois jovens procuravam destroná-lo. Em 5 de abril de 1356, João, o Bom, invadiu uma sala do Castelo de Rouen, onde seu filho recebia os navarros e seus fiéis. Ele mandou decapitar quatro deles na hora e colocou seu chefe na prisão. Imediatamente, o irmão do cativo, Filipe de Navarra, procurou a ajuda de Henrique de Lancaster, que em uma rápida viagem capturou Pont-Audemer, Verneuil e Argentan. João, o Bom, depois de tomar Évreux, deteve-se no cerco de outra localidade navarra, Breteuil, que só capitulou em agosto.

Poucos dias antes, o Príncipe de Gales, acompanhado por um exército anglo-gascão, tinha partido de Bordéus para uma nova cavalgada, desta vez rumo ao norte. Avançou para Romorantin, desviou para Tours, atravessou brevemente o Loire e imediatamente voltou para escapar das forças reunidas por João, o Bom. Isto o alcançou e o forçou a lutar perto de Maupertuis, 8 km ao sul de Poitiers. Aplicando a mesma tática de Crécy, o Príncipe Negro, embora numericamente inferior, obteve uma vitória ainda mais completa, pois desta vez o rei da França estava entre os prisioneiros (19 de setembro de 1356).

Étienne Marcel, o Navarro, o Jacques

Após a crise monárquica de 1346-1347, as reivindicações dos Estados em novembro de 1355 indicam que, mesmo antes da Batalha de Poitiers, a política, se não a autoridade real, era contestada. A notícia do desastre aumentou a indignação, fazendo explodir o ódio até então silencioso. Toda a nobreza foi acusada de covardia e incompetência. Panfletos em latim e francês denunciavam sua conduta. Um testemunho entre outros: Jean, senhor de La-Ferté-Frênel, feito prisioneiro em outubro de 1356 pelos navarros, posteriormente libertado provisoriamente para receber o resgate, voltava para casa quando, passando por uma aldeia da Normandia, foi atacado por camponeses que o insultaram: “Ele é um dos traidores que fugiu do inimigo por causa de sua maldade”. A autoridade reprimiu expressões sediciosas: um camponês da Borgonha, "por ter amaldiçoado o rei e a sua companhia, estando no exército em que foi feito prisioneiro antes de Poitiers", foi marcado com ferro em brasa na testa e nas bochechas, por ordem da dança

Mas junto com esse descontentamento esporádico, o poder, representado na ausência do rei pelo delfim, então com 18 anos, teve que enfrentar uma oposição organizada, muito mais perigosa. A primeira coisa que Carlos fez foi reunir os Estados do Languedoïl em Paris, em outubro de 1356: uma assembleia tumultuada e violenta, dominada por dois personagens: Robert le Coq, bispo de Laon, um orador habilidoso que se tornara cliente do rei de Navarra por alguns meses, e o reitor dos mercadores de Paris, Étienne Marcel, de uma rica família de comerciantes de tecidos. O primeiro queria obter a libertação do seu protetor e nomeá-lo árbitro. O desígnio do segundo era mais amplo e desinteressado: empreender, como se dizia na época, a *reforma* do Estado, afastar o seu pessoal corrupto e pouco qualificado, estabelecer o controle sobre a monarquia que seria exercido pelos representantes das três ordens através de um conselho "com poderes absolutos para trazer ordem ao reino e ao rei". Uma vez submetido às directivas dos “governadores dos três Estados”, o poder, menos independente na aparência mas mais forte na realidade, poderia retomar a guerra. Para o efeito, foi concedido um subsídio destinado a equipar 30.000 homens de armas para um novo ano. Antes e depois de Poitiers, o objectivo dos Estados era o mesmo: consentir num imenso esforço financeiro e militar durante alguns meses, para afastar de uma vez por todas a ameaça. Por isso denunciaram a política de tréguas, de moratórias, isto é, de negociações, nas quais não viam mais do que um desperdício de recursos fiscais.

Todas estas exigências eram contrárias às tradições da monarquia francesa. Mas o golfinho não se acreditava suficientemente forte para rejeitá-los abertamente. Ele dispensou os Estados, adiando sua resposta para uma futura convocação. Os Estados do Languedoc, reunidos ao mesmo tempo, foram menos exigentes e pediram apenas a livre disposição dos subsídios que concederam para a defesa das suas províncias. Carlos foi para Metz com seu tio, o imperador Carlos IV: deu-lhe vassalagem ao Delfim, mas não conseguiu obter ajuda. Ele retornou a Paris em janeiro de 1357. Em fevereiro, os Estados se reuniram novamente. O delfim cedeu às suas exigências, que ratificou no grande decreto de março de 1357. A mais importante das suas cláusulas previa a inclusão no Conselho Real de vários delegados dos Estados.

Ao saber desta missão, Juan el Bueno, de seu cativeiro dourado, rejeitou seu pedido e repudiou seu filho. Mas a indignação foi tanta em Paris que o delfim teve que anular as ordens do rei e convocar novamente os Estados (30 de abril de 1357).

A tensão política diminuiu durante alguns meses, mas no final do ano o rei de Navarra foi libertado pelos seus amigos e o delfim foi forçado a devolver todos os seus domínios. As exigências dos Estados redobraram; Reunidos em fevereiro de 1358, procuraram proibir todas as

assembleias locais e estabelecer uma assembleia única para todo o Languedoïl. Porque, enquanto os Estados Gerais - que expressavam sobretudo a posição da burguesia parisiense - procuravam submeter a monarquia à sua tutela, os Estados provinciais, mais tímidos, procuravam sobretudo controlar a arrecadação e o destino dos subsídios, sem se preocuparem muito. da política geral, que de bom grado deixaram nas mãos do poder real. Suprimi-los era, portanto, privar a realeza de um possível apoio. Para fazer ceder o delfim, Étienne Marcel organizou um motim no dia 22 de fevereiro: os dois marechais da Normandia e de Champagne foram executados na presença do delfim que, aterrorizado, aprovou o crime. Um mês depois, tendo mudado o seu título de tenente do rei para o título superior de regente do reino, deixou a capital, obteve o apoio das assembleias locais e depois de alguns novos Estados do Languedoïl, reunindo-se em Compiègne sem a presença dos delegados parisienses (4 de maio). A situação estava se tornando contrária para Étienne Marcel, que agora só contava com o capital.

Depois houve a revolta dos camponeses ou, segundo o termo da época, dos Jacques. A história é conhecida pelas crónicas e pelas cartas de perdão concedidas pela chancelaria real: a acreditar nestas fontes, opostas aos rebeldes, foi uma "comoção e sedição dos não-nobres contra os nobres", de "horrores", de "rebeliões e assembleias" provocadas por "gente má", "vilões do Estado comum" com vista a destruir "todos os nobres e senhores do mundo para que não nascessem mais". Alguns textos afirmam que os Jacques queriam dar-se um rei, mas na verdade são vistos lutando sob bandeiras marcadas com flores-de-lis. Deixando de lado os senhores eclesiásticos, a Jacquerie voltou-se contra os nobres, acusados de oprimir aqueles que deveriam ter defendido. Começou em Beauvaisis, no final de maio de 1358, depois se espalhou de forma desigual na Picardia, no norte da Île de France e até Champagne. Talvez os Jacques esperassem apoio externo. Mas Étienne Marcel só os ajudou por um momento e Carlos, o Mau, imediatamente assumiu o comando da repressão. Ele esmagou os mais organizados deles em 10 de junho e depois deixou a nobreza como um todo, desta vez unida, para terminar a tarefa. No final do mês, a ordem social foi restaurada.

Graças aos recursos que lhe foram concedidos pelos Estados de Compiègne, o regente dispunha de muitos homens de armas. Ele avançou para Paris. Étienne Marcel pediu ajuda às cidades flamengas, apresentando a sua luta como a dos não-nobres - burgueses, comerciantes e agricultores - contra os nobres, que queriam a "destruição universal das pessoas das cidades e do país plano". Ele não recebeu nada. Com o rei de Navarra, ele levou soldados ingleses para Paris. Desta vez, os reflexos nacionais dos habitantes jogaram contra ele, a sua popularidade diminuiu e ele foi assassinado em 31 de julho. O rei de Navarra abandonou o jogo: deixou o regente entrar na cidade e perseguir os rebeldes mais comprometidos (2 de agosto). A monarquia triunfou por duas razões: não só a revolução parisiense fracassou, mas a facção navarra perdeu a oportunidade de prevalecer.

O fracasso de Étienne Marcel não se explica apenas pela falta de jeito do seu comportamento. A falta de coesão nacional, o particularismo das províncias, que tantas vezes impediu a acção da monarquia, desta vez jogaram contra a burguesia parisiense e o seu líder. Além disso, os conflitos desta época assumiram um aspecto de luta de classes que não podia deixar de assustar os privilegiados e aderi-los ao poder real, o único capaz, aos seus olhos, de alcançar a reconciliação social. Acrescentemos que os Estados Gerais sobrestimaram as possibilidades financeiras e militares da França: embora tivessem colocado a mão no aparelho de Estado, encontrariam quase as mesmas dificuldades de antes, que a monarquia já conhecia bem há anos.

A paz

Restava resolver o principal problema: o conflito com a Inglaterra. Depois de Poitiers, o Príncipe de Gales levou João, o Bom, para Bordéus. Ali foi concluída uma trégua em 23 de março de 1357, válida até 9 de abril de 1359. Em seguida, o rei foi transferido para Londres. As negociações foram realizadas na presença de diplomatas ingleses, conselheiros de João, o Bom, enviados do Delfim e vários cardeais. Foi preparado um primeiro projeto que concedeu a Eduardo III a soberania completa no sudoeste do reino, incluindo Poitou, bem como a vassalagem da Bretanha; O resgate de D. João foi fixado em 4 milhões de escudos. Nada foi dito que o Plantagenêt deveria renunciar à coroa da França (primeiro tratado de Londres: maio de 1358).

Na situação quase desesperadora em que se encontrava, o golfinho aceitou o projeto, menos difícil do que temia. Mas depois de pensar nisso, Eduardo III acreditou que poderia obter ainda mais vantagens: um segundo projeto aumentou as concessões territoriais, João o Bom também abriu mão, em plena soberania, de Touraine, Anjou, Maine e Normandia; o resgate teve de ser pago mais rapidamente; em troca, Eduardo III abandonou o título de rei da França (2º tratado de Londres: março de 1359). João Bom, desejoso sobretudo de recuperar a liberdade, consentiu em tudo. Mas desta vez o regente estava numa posição melhor: os Estados, por ele convocados, declararam o tratado "nem aceitável nem viável e, portanto, ordenaram uma boa guerra contra os ingleses". Ao mesmo tempo, o rei de Navarra fez as pazes, recuperou os seus bens e declarou-se um "bom francês".

Eduardo III esperava alcançar a decisão com um novo passeio. Ele contava, sem dúvida, com a tomada de Reims, e ali ser consagrado e coroado. Mas a cidade suspeitou e teve tempo de se fortalecer. Assim, ao sair de Calais chegou às suas muralhas em 4 de dezembro de 1359, não aguentou. Um mês depois, ele levantou o cerco e rumou para a Borgonha. Para salvar o seu domínio, o novo duque, Filipe de Rouvre, prometeu-lhe 200.000 escudos e reconhecê-lo como rei da França quando fosse coroado. O rei da Inglaterra desviou-se para Paris, na esperança de derrotar os franceses na batalha ou tomar a capital por traição. Mas o regente criou um vácuo à sua volta e Páris não se mexeu. Eduardo III chegou a Beauce, onde seu exército, segundo as crônicas, sofreu uma terrível tempestade. Ele viu o sinal de seu fracasso na ira do céu? [3] Em 1º de maio de 1360, as negociações começaram em Brétigny com os enviados franceses e concluíram, oito dias depois, uma trégua de dezoito meses. Eduardo III retornou a Londres, enquanto seu exército recuava lentamente em direção a Calais. Poucos dias após a conclusão da trégua, o regente e o príncipe de Gales aceitaram as preliminares de paz, que os seus pais tiveram de ratificar posteriormente. Eduardo III recebeu em completa soberania uma grande Aquitânia, que ia do Loire ao Maciço Central e aos Pirenéus, Calais e suas marcas, Ponthieu, o condado de Guînes: cerca de um terço do reino. O resgate do seu adversário ascendia a 3 milhões de escudos, o que representava ainda dois anos do rendimento total da monarquia: 600 mil escudos tinham de ser pagos em quatro meses, o restante em seis anuidades iguais. Juan el Bueno seria libertado após pagar a primeira parcela. Quanto a Eduardo III, renunciou à coroa da França e comprometeu-se a abandonar as fortalezas ocupadas pelas suas tropas na parte Valois do reino. Conforme planejado, essas cláusulas foram confirmadas meses depois em Calais, com uma diferença: os artigos sobre a renúncia de João, o Bom, aos seus direitos de soberania sobre os territórios cedidos, bem como aqueles relativos à renúncia de Eduardo III ao título de rei da França foram separados do resto do tratado, e ficou estabelecido que essas renúncias seriam

trocadas assim que a transferência dos territórios fosse realizada e antes de 30 de novembro de 1361. Na época em que a paz foi feita entre os dois soberanos, Eduardo III Ele foi reconciliou-se com Luís de Male, conde de Flandres, e João, o Bom, com Carlos de Navarra. Em suma, os dois partidos comprometeram-se a regular a questão da Bretanha. Poderíamos então pensar numa pacificação duradoura do Ocidente.

[1] [1.] BN, frag. 5241, fº 6-7. Interpretação mais favorável do homem e do reinado em R. Gazelles, *Société politique, noblesse et couronne sous Jean le Bon et Charles V,* Genebra e Paris 1982.

[2] *Chronique d'Angleterre* de Grafton (1569). Seus contemporâneos o chamavam de Eduardo de Woodstock, ou "príncipe da Inglaterra", às vezes até, em antecipação, Eduardo IV (P. Shaw, The Black Prince, *History* , 1939, vol. XXIII).

[3] Ph. Contamine, Entre Montlhéry et Gallardon. L'orage du «lundi noir» (13 de abril de 1360) aux origines de la paix de Brétigny?, em *L'Homme face aux calamités naturelles dans l'Antiquité et au Moyen Âge,* ed. J. Jouanna, J. Leclant e M. Zink, Paris, De Boccard, 2006, p. 249-263.

3. A RETOMA DA GUERRA E A RECONQUISTA (1360-1389)

A aplicação do tratado de paz

A Paz de Calais não foi um sucesso total para Eduardo III. Ele apenas se resignou para evitar um desastre militar, que parecia iminente [1] . Pelo menos ele teria de extrair todas as vantagens possíveis do tratado. Em princípio, Eduardo III teria de garantir que todas as fortalezas ocupadas pelas suas tropas fossem evacuadas, mas limitou-se a rejeitá-las e deixou a João, o Bom, libertado em outubro de 1360, a tarefa de comprar a sua retirada. Apesar dos protestos e da relutância franceses, a transferência de territórios foi concluída muito em breve. Porém, ainda não estava concluído quando, segundo o calendário estabelecido em Calais, os enviados de João Bom chegaram à Inglaterra, em novembro de 1361, para receber as demissões de Eduardo III. Poderia ser-lhes dito que não se renderiam, uma vez que algumas áreas ainda não tinham passado sob o domínio inglês. Na realidade, por trás deste motivo, escondia-se um motivo mais de peso: nesta data, o rei de Inglaterra considerava insuficientes os resultados obtidos em Calais e reservava a possibilidade de retomar posteriormente as suas pretensões dinásticas. Ao mesmo tempo, Juan el Bueno também não ratificou as suas demissões: preservou implicitamente os seus direitos de soberania e jurisdição nas províncias perdidas.

O resgate do senhor era um dos casos de imposto especial previsto pelos costumes. Sem ter de consultar os Estados, o rei de França estabeleceu um conjunto de impostos que permaneceriam em vigor até ao último pagamento do resgate. Mas os valores arrecadados foram insuficientes, uma parcela foi destinada a outras despesas, atrasos nos prazos acumularam-se. Graças aos reféns, Eduardo III manteve um meio de exercer pressão. Ele manteve em particular seis príncipes da flor-de-lis: irmão, filhos ou parentes do rei. Seu cativeiro, embora bastante brando, tornou-se pesado; Para acelerar a sua libertação, concluíram um tratado em novembro de 1362 que previa, além de um pagamento imediato de 200.000 escudos, a cessão de alguns territórios disputados. O acordo não foi executado, mas conseguiram sua transferência para Calais. Uma vez lá, um deles, o duque de Anjou, escapou de seus guardas (setembro de 1363). A indignação foi grande na corte da Inglaterra, e João, o Bom, considerou-se moralmente obrigado a tornar-se novamente prisioneiro: regressou a Londres em janeiro de 1364, com o duplo propósito de tentar resgatá-lo e obter o apoio inglês para a cruzada. que planejou realizar a pedido do Papa Urbano V. Morreu durante este segundo cativeiro (8 de abril de 1364).

Nos últimos meses do seu reinado, as relações voltaram a deteriorar-se com o rei de Navarra, que enfrentava uma nova disputa com João, o Bom. Em 21 de novembro de 1361, Philip de Rouvre, duque da Borgonha, morreu sem deixar herdeiro direto. Dois candidatos poderiam reivindicar o ducado: Carlos, o Mau e João, o Bom, respectivamente neto e filho de tias-avós do

falecido duque. O Valois era juiz e partido: decidiu a seu favor e logo fez de sua nova aquisição um feudo que entregou a seu filho Filipe. Pressentindo um ataque dos navarros, que rejeitaram todas as propostas de arbitragem, o delfim Carlos assumiu a liderança e transferiu tropas para um cavaleiro bretão cuja bravura apreciara, alguns anos antes, no cerco de Melun: Bertrand du Guesclin. Ele capturou Mantes e Meulan, depois desafiou o exército de Carlos, o Mau, em Cocherel, perto de Vernon, comandado por Jean de Grailly, *capital* (chefe de guerra) de Buch (16 de maio de 1364): vitória modesta, mas ocorrendo às vésperas da entronização de o delfim – Carlos V – em Reims, teve grande ressonância. A guerra continuou com menos sorte para os franceses, que falharam contra Évreux. Um tratado foi concluído em março de 1365, onde o rei de Navarra recebeu o co-senhorio de Montpellier e se retirou de todos os lugares do baixo Sena, a jusante de Paris: a capital podia respirar.

Depois da Paz de Calais, a luta continuou na Bretanha entre os partidários de João de Montfort - filho do primeiro João de Montfort e Joana de Flandres -, sempre apoiados pela Inglaterra, e os de Carlos de Blois, libertado no final. um longo cativeiro pelo Tratado de Westminster, de agosto de 1356. As negociações foram realizadas sem sucesso. Então, em 1362, John de Montfort desembarcou na Bretanha. Auxiliado pelos contingentes ingleses de Robert Knowles e Jean Chandos, ele sitiou Auray. Carlos de Blois veio em socorro da praça, lutou, foi derrotado e morreu. Du Guesclin, que o ajudou, foi feito prisioneiro (29 de setembro de 1364). Foi necessário fazer negociações: para a Paz de Guérande em 10 de abril de 1365, Carlos V reconheceu Jean de Montfort como duque da Bretanha; em troca, ele lhe emprestaria vassalagem, tornando assim seu feudo dependente do soberano Valois.

O rei de Navarra foi neutralizado e a disputa da Bretanha resolvida; O problema das *Companhias permaneceu.* Com este termo, os contemporâneos designavam grupos armados que frequentemente eram pagos por uma autoridade legítima e que, uma vez exonerados, recusavam-se a dissolver-se e a continuar a guerra por conta própria. As depredações do "povo das Companhias" ultrapassaram em muito o banditismo inerente aos exércitos da época; A sua existência representava não só um perigo económico, mas também político, na medida em que constituíam uma reserva militar, pronta a servir todas as ambições.

As Companhias surgiram quando o prolongamento do conflito transformou povos de guerra em pessoas desenraizadas que não queriam ou não podiam regressar aos seus locais de origem, nem retomar a sua posição na sociedade. O fenómeno está em parte ligado à oposição entre uma guerra que não termina e uma organização militar que proporcionou, entre duas tréguas de jure ou de facto, apenas alguns meses de campanha, no final dos quais os combatentes foram despedidos, excepto uma minoria, retida para proteger as fronteiras.

É também o resultado de perturbações sociais e crises económicas. Militarmente explica-se pela existência de uma densa rede de fortalezas e castelos; Se alguns deles caíssem nas mãos das Empresas, seria longo e caro despejá-los. Além disso, a fragmentação política do reino dificultava qualquer acção conjunta: cada província estava interessada apenas na sua própria segurança, e via com indiferença, uma vez conseguida a sua saída, a propagação dos "saques" às regiões vizinhas. Cada onda de anarquia política deu origem à formação de novas Companhias: no início do século XV , quando eclodiu a guerra civil, muitos documentos denunciam a existência destes grupos de guerreiros sem senhores, que se formaram, "como Companhias" , com desprezo pelas proibições reais.

Todas estas condições ocorreram conjuntamente entre 1360 e 1370: é então que as Companhias vêm à luz nos relatos dos cronistas. O mais comum era que se espalhassem por um

grande número de “rotas” que atravessavam o país em busca de saques, ou se instalassem num reduto e impusessem a sua lei; Exigiram então pagamentos quase regulares às populações vizinhas, sob o nome de *patis* ou *sofrimentos*, em dinheiro ou em espécie, como única garantia de uma paz mais ou menos precária. Fontes às vezes falam das Companhias como formações "sem cabeça" (*sine capite, acephalica*): ao contrário dos exércitos regulares, nenhum líder exercia autoridade legítima ou autoridade reconhecida pelos poderes oficiais; Mas cada rota era dominada pela personalidade de um chefe todo-poderoso, eleito pelos seus companheiros, que impunha a sua disciplina, distribuía os salários, dividia o saque e fazia com que os seus escriturários elaborassem recibos de impostos e salvo-condutos. Muitos deles eram nobres ou bastardos de nobres. O recrutamento geográfico das Companhias era muito variado, mas as populações aterrorizadas costumavam chamá-las pelo termo genérico do inglês. Alguns destes bandidos, os mais ambiciosos, esperavam estabelecer-se de forma estável e, graças à desordem, obter autênticos senhorios: foi o caso, no final do século XIV , de Godfrey, o Cabeça Negra, que se autodenominava Duque de Ventadour e Conde de Limousin, senhor e soberano de todos os capitães de Auvergne, Rouerge e Limousin; Teve o castelo de Ventadour, chamado Froissart, "como sua boa propriedade" e fez reinar a ordem em torno dele: "Todo o povo trabalhava em paz". Mortalmente ferido, obrigou seus companheiros a sucedê-lo a dois de seus parentes, "bons homens de armas e de (seu) sangue". Mas a “dinastia” Blackhead falhou: as condições já não eram as dos primeiros dias do feudalismo.

Em diversas ocasiões, entre 1360 e 1368, tanto depois da Paz de Calais como depois do Tratado de Guérande ou da expedição do Príncipe Negro a Espanha, as Companhias reuniram-se para dar origem a verdadeiros exércitos: tais foram as "Grandes Companhias". Em dezembro de 1360, um deles tomou Pont-Saint-Esprit e ameaçou o Papa Inocêncio VI em Avinhão. Em 6 de abril de 1362, outro desafio em Brignais, numa batalha organizada, pelos nobres contingentes liderados por Jacques de Bourbon. As excomunhões realizadas pela Igreja não surtiram efeito. Também não foi respeitado que o poder temporal as decretasse fora da lei. Restava uma solução: levar as Companhias o mais longe possível do reino. Em 1364, planejou-se enviá-los à Hungria para conter o avanço dos turcos. Em 1365, a pedido do papa e do imperador germânico, Arnaud de Cervole, denominado Arcipreste, reuniu na Lorena várias Companhias com as quais chegou à Alsácia; mas ele se recusou a cruzar o Reno e voltou para o sul através do vale do Saône. Outra possibilidade se apresentou: Espanha.

século XIV , a Península Ibérica incluía quatro reinos cristãos: Portugal, Navarra, Aragão, cujo governante era então Pedro IV, o Cerimonioso, um administrador hábil e brutal, e Castela, cujo governante, Pedro, o Cruel, era detestado por um boa parte de seus assuntos. Seu meio-irmão, Enrique de Trastámara, um dos bastardos de seu pai, Alfonso XI, quis aproveitar esse descontentamento para destroná-lo. Generoso, empreendedor, também muito vingativo, obteve o apoio de Pedro, o Cerimonioso e de Carlos V de França; Este último foi levado a esta aliança pelo seu irmão mais novo, Luís de Anjou, um príncipe inquieto e ambicioso. Foi acordado que Henrique levaria as Companhias consigo para a conquista de Castela. Eles receberam um líder, Du Guesclin, muito adequado para entendê-los e comandá-los, que chegou ao sul da França e depois a Aragão no inverno de 1365-1366. A expedição foi fácil: Enrique tornou-se rei e tomou a capital, Burgos. As Empresas foram pagas e exoneradas, e a maioria regressou a França; Apenas alguns, com Du Guesclin, permaneceram na Espanha.

Mas a vitória não foi completa. Pedro, o Cruel, depois de fugir para Sevilha, atravessou Portugal, chegou à Galiza e negociou com o Príncipe Negro, que lhe prometeu ajuda. Foi

recrutado um exército, que incluía as Companhias e desta vez serviram do lado anglo-castelhano. Enrique de Trastámara, apesar da sua inferioridade numérica, concordou em entrar em combate em Nájera, em 3 de abril de 1367; Ele foi derrotado e escapou; Du Guesclin, que o acompanhava, foi feito prisioneiro.

Pedro, o Cruel, restaurado ao trono, não pagou o soldado prometido às tropas inglesas. Decepcionado, o Príncipe Negro voltou para a Guiana. Enrique de Trastámara não se considerou derrotado: regressou a Espanha, reconquistou Burgos em 8 de outubro de 1367 e depois, com a ajuda de Du Guesclin, libertado da prisão pelo generoso resgate de Carlos V, derrotou o seu rival em Montiel. em 14 de maio de 1369. Houve uma entrevista, durante a qual Henrique teria matado Pedro com suas próprias mãos. Este fratricídio resolveu o problema dinástico. Du Guesclin foi nomeado duque de Molina; Quanto a Carlos V, obteve o apoio duradouro de Castela no assunto, cujas galeras poderiam ameaçar a rota marítima do vinho entre o Gironda e a Inglaterra.

No decorrer das campanhas, a força das Companhias diminuiu, mas outros elementos vieram juntar-se a elas. Para se livrar deles, o Príncipe de Gales empurrou-os para o reino da França. Impedidos por toda uma massa de não combatentes, homens e mulheres, chegaram a Champagne via Auvergne e Borgonha, depois desceram para Gâtinais, onde se separaram: os ingleses foram para a Normandia e Maine, os gascões para Touraine e depois para o sudoeste (1367 - 1368). Quando a guerra aberta recomeçou, preservaram a sua coesão, passando ao serviço de um ou outro dos beligerantes, à parte das tropas regulares. Mas o seu campo de acção foi progressivamente restringido: em 1388-1390, alguns foram lutar em Itália com o conde de Armagnac; Outros instalaram-se nos castelos de Auvergne, de onde aos poucos, através de ameaças ou promessas, foram sendo expulsos. Nos últimos anos do século, os que sobreviveram não passaram de um incômodo local.

Uma última questão poderia ter representado um perigo para Carlos V: a sucessão do condado de Flandres. Embora seu pai sempre tenha sido a favor dos Valois, seu sucessor, Louis de Male, considerou aproximar-se de Eduardo III depois de 1360. Ele viu na amizade inglesa uma garantia de suprimentos regulares de lã, prosperidade para seu condado e fidelidade por parte de seus súditos. . Sua única herdeira, Margaret, casou-se com o duque da Borgonha, Philip de Rouvre, de quem ficou viúva em 1361. Os condados de Flandres, Artois, Nevers, Rethel e Borgonha um dia pertenceriam a ela. Em 1363, o rei da Inglaterra propôs a um de seus filhos, Edmond, duque de York, a quem herdaria Calais, Guînes e Ponthieu. A França seria assim ameaçada por uma segunda Guiana, na fronteira norte.

Luís de Male concordou em princípio, mas a diplomacia de Carlos V conseguiu desfazer o projecto, com a ajuda do Papa Urbano V, que negou as dispensas canónicas necessárias devido à consanguinidade. Melhor ainda, em 1369, Filipe, o Temerário, duque da Borgonha, casou-se com Margarida de Flandres; Louis de Male, relutante por um tempo, finalmente deu o seu consentimento transferindo os castelos de Lille, Douai e Orchies. Embora a união da Flandres e da Borgonha se revelasse mais tarde perigosa para a França, ninguém o poderia ter previsto na altura: de momento, representava um apoio decisivo aos Valois, que acabavam de retomar a luta contra a Inglaterra.

O período que se seguiu à Paz de Calais abriu o horizonte para a monarquia francesa. Mas nem João Bom nem Carlos V ainda pensavam na separação. Nenhuma preparação militar ou diplomática a levou a assumir. O pagamento do resgate continuou a um ritmo quase satisfatório: em 1367, cerca de metade do montante total tinha sido pago, a maioria dos reféns tinha sido

libertada; apenas alguns pequenos pontos de disputa permaneceram. A revanche ainda era um sonho distante.

A ruptura

As circunstâncias decidiram o contrário.

Concluída a transferência de territórios, Eduardo III reagrupou todas as suas possessões do sudoeste num vasto principado da Aquitânia, que confiou ao seu filho mais velho, o Príncipe de Gales (19 de julho de 1362). O príncipe desembarcou em La Rochelle em julho de 1363, visitou suas novas províncias e recebeu centenas de homenagens de seus vassalos. Sua administração foi eficaz, exata e rigorosa. Apesar de alguma relutância e inevitável descontentamento, a sua posição teria permanecido sólida não fosse a expedição a Espanha, que desorganizou completamente as finanças do principado e obrigou-o, no início de 1368, a estabelecer um imposto de 10 *soldos* por agregado familiar. . por cinco anos. Então surgiram protestos. Os mais violentos vieram do Conde de Armagnac, que não permitiu a cobrança do imposto em seus domínios. Ele apelou da decisão do Príncipe Negro para Eduardo III, seu soberano. Ordenou uma investigação, mas, sem esperar o resultado, o impaciente vassalo recorreu a Carlos V pedindo arbitragem: na verdade, agiu como se o principado da Aquitânia ainda dependesse da coroa da França. Com que base jurídica o soberano Valois poderia receber este recurso?

É verdade que Eduardo III deixou de se comportar como rei da França. Seu escudo, seu selo, não trazia mais flores de lis. Mas ele atuou como senhor soberano do principado da Aquitânia, recebendo um grande número de apelos dos gascões, que se dirigiram a ele *ut ad superiorem dominum dominii Aquitanie* (como senhor supremo do domínio da Aquitânia). Desde 1361, utilizava um selo de soberania e competência em Ponthieu. Atos contrários à letra do Tratado de Calais, que previa que, até a troca de renúncias, o Rei da França manteria a soberania e a jurisdição sobre os territórios cedidos, sem poder fazer uso deles, e que o Rei da Inglaterra , como contrapartida, não poderia intervir ali como soberano. As renúncias não ocorreram: mas Carlos V permitiu que acontecesse, estabeleceu-se um novo costume, que teria dado aos reis da Inglaterra, de alguma forma por prescrição, soberania e competência. Para o rei de França, a questão de direito era a seguinte: não estava ele liberto do compromisso que tinha assumido de não agir como um soberano competente, uma vez que Eduardo III não tinha respeitado o seu [2] ?

Carlos V – o “procurador real”, como João de Lancaster o apelidou – tinha espírito jurídico: questionou o seu Conselho, consultou os juristas de Bolonha, Toulouse e Montpellier. Todos concordaram com ele. Seus escrúpulos legalistas poderiam ser apaziguados. Por outro lado, foram alegadas outras queixas, nomeadamente o apoio dado pelos ingleses às Companhias. Em 30 de junho de 1368, em conselho solene, Carlos V aceitou o apelo do conde de Armagnac, com quem também concluiu uma aliança secreta. Em 8 de setembro, outro senhor gascão, Arnaud-Amanieu, senhor de Albret, por sua vez recorreu da decisão do Príncipe Negro. Em 30 de dezembro, uma nova assembleia aprovou a conduta de Carlos V, apresentando como seu dever admitir recursos no seu Parlamento, sob pena de incorrer em denegação de justiça. Em janeiro de 1369, o Príncipe Negro foi convocado para comparecer. Froissart nos informou sua resposta, cheia de ironia e arrogância: “Teremos o prazer de ir a Paris quando nos convocarem, porque é isso que o rei da França ordena, mas será com o capacete na cabeça, na companhia de sessenta mil homens." Entretanto, os apelos multiplicaram-se, chegando a várias centenas, e pressagiavam

uma reconquista fácil. Em 2 de maio, os recorrentes compareceram perante o tribunal do Parlamento, que declarou o Príncipe de Gales contumaz. No dia 9 de maio, foi apoiado pelos três Estados do reino, reunidos em Paris. Talvez um desafio fosse então enviado ao rei da Inglaterra. No dia 3 de junho, em Westminster, o inglês retomou o título de rei da França. Finalmente, em 30 de novembro, Carlos V decretou o confisco da Aquitânia. Mas nessa data as hostilidades já tinham recomeçado há vários meses.

Assim, ao contrário dos seus dois antecessores, soberanos de reputação belicosa e cavalheiresca mas que, na realidade, nunca tomaram a iniciativa na guerra, Carlos V, o "rei prudente", cuja saúde não lhe permitia fazer campanha pessoalmente, perseguiu intencionalmente uma política, em 1368-1369, que só poderia levar a uma ruptura com a Inglaterra. Porque na altura em que começou nem o problema castelhano nem o do flamenco estavam resolvidos. Em todo caso, teve um reino cortado em um terço, afetado material e psicologicamente pela derrota; Ele só podia contar com poucos aliados. Mas Eduardo III envelhecera, o seu filho mais velho estava doente, a opinião inglesa menos inclinada a entusiasmar-se com as aventuras continentais e a população da Aquitânia aparentemente disposta a passar para o lado francês. Nestas condições, o apelo dos gascões foi uma ocasião inesperada, talvez única. Além disso, a partir de 1369, Carlos V contou com a amizade da frota de Enrique de Trastámara e a neutralidade bretã e flamenga. A sua moeda estava estabilizada há alguns anos, graças ao franco-ouro de 20 *sous* tourneses. Um sistema fiscal, quase regular desde 1363, reforçado em 1369, rendeu-lhe, em ano bom ou mau, cerca de 2 milhões de francos. Metade desse valor estava disponível para as tropas. Estes, sob o comando de líderes sem génio mas eficazes - Du Guesclin, regressou de Espanha e tornou-se condestável de França em 1370, Louis de Sancerre e Mouton de Blainville, marechais de França, almirante Jean de Vienne, Olivier de Clisson, sem esquecer o os duques de Berri, Anjou e Borgonha, irmãos do rei, eram poucos, mesmo em períodos críticos, mas corajosos; Eram compostos principalmente por voluntários – homens de armas franceses e besteiros italianos – geralmente pagos regularmente, organizados em companhias ou rotas, e alguns deles mantidos permanentemente.

Este instrumento militar adaptava-se bem à estratégia que o próprio Carlos V desenvolvera entre 1358-1359, no quadro de uma guerra defensiva e que retomou em 1369, adaptando-a às necessidades da reconquista: uma campanha de cinco ou seis meses . Segundo Froissart, o rei teria mesmo ordenado aos seus capitães que não aceitassem o combate se não tivessem uma superioridade numérica de cinco contra dois. O slogan era: “Um país saqueado é melhor do que uma terra perdida”. Levada a este extremo, esta táctica, que assentava numa soberba indiferença pelos sofrimentos dos seus súbditos, não foi aprovada por todos e permanecem sinais de descontentamento em alguns círculos militares. Mas Carlos V, que não tolerava a indisciplina, conseguiu controlar de perto as ações dos seus tenentes, graças a uma rede de cavaleiros e mensageiros que estabeleceram a comunicação entre as zonas de combate e as suas residências na região parisiense. Apenas o seu irmão Luís de Anjou, responsável pelo Languedoc desde 1364, gozava de maior autonomia devido à distância.

A reconquista

As operações começaram no início de 1369. No final do ano, quase toda Rouergue e Quercy haviam se submetido ao duque de Anjou, que também progredia em Agenais e Périgord. Ponthieu se recuperou rapidamente. Em vez disso, o grande projecto de desembarque em

Inglaterra foi abandonado, e o duque de Lancaster liderou uma cavalgada ao longo da costa, de Calais ao país de Caux: incapaz de tomar Hartfleur, regressou à sua base inicial.

Em 1370, o avanço dirigiu-se principalmente para Bordéus. Mas Limoges, ocupado por um momento, passou novamente para o Príncipe de Gales, que puniu impiedosamente a sua deserção. Em julho, uma cavalgada inglesa, sob o comando de Robert Knowles, deixou Calais, cercou Noyon, Reims, Troyes e Paris e rumou para oeste para chegar à Bretanha: foi então que Du Guesclin subjugou uma parte das forças inglesas em Pontvallain, e depois em Bressuire.

Desde o reinício da guerra, Carlos, o Mau, recuperou o seu papel de eterno agitador. Saindo da aposentadoria em Navarra, retornou a Contentin, tentou negociar com Carlos V, depois com Eduardo III, que rejeitou suas propostas. Retornou para Carlos V, com quem concluiu a paz em março de 1371: havia concordado em ceder alguns lugares normandos, mas seus capitães recusaram-se a abandoná-los, e foi necessária uma longa luta para reduzi-los.

No ano seguinte, as galeras do rei de Castela destruíram uma frota inglesa ao largo de La Rochelle encarregada de trazer reforços ao continente. Este importante sucesso permitiu aos franceses empreender uma campanha de seis meses em Poitou, Saintonge e Angoumois, no final da qual a reconquista destas três províncias avançou muito.

Abriu-se então uma nova frente: em 19 de julho de 1372, pondo fim à sua política de compromisso, João IV da Bretanha fechou uma aliança militar com Eduardo III. As tropas inglesas desembarcaram em Pointe-Saint-Mathieu e depois em Saint-Malo (março de 1373). Carlos V respondeu com força: durante o verão ocupou todo o ducado, com exceção de alguns lugares como Brest, Auray e Bécherel. Em junho, uma nova cavalgada inglesa liderada por João de Lancaster, que seguiu a rota habitual, assumiu o controle de Tulle e Brive, mas não entrou em contato com o inimigo. Os ingleses chegaram a Bordéus no final do ano, em estado de completa exaustão; Foi concluída uma trégua parcial com Du Guesclin, que expiraria em 21 de maio de 1374. As operações de limpeza foram então retomadas, sem grande sucesso.

Em 1375, um último esforço de Eduardo III para recuperar a Grã-Bretanha falhou; No mesmo ano, com a queda de Cognac, terminou a reconquista do centro-oeste, e a tomada de Saint-Sauveur-le-Vicomte permitiu a Carlos V acompanhar mais de perto o rei de Navarra, sempre proprietário de Cherbourg.

Mesmo antes da rendição desses dois lugares, já haviam sido decididas tréguas gerais entre a França e a Inglaterra: duraram dois anos (julho de 1375 - junho de 1377). Esta interrupção da guerra permitiu a abertura de longas negociações, que decorreram em Bruges, na presença dos enviados do Papa Gregório XI.

Desde o início, a oposição de pontos de vista foi manifesta. Para Eduardo III, Carlos V violou o Tratado de Calais e era legítimo para ele recuperar os seus direitos dinásticos. Nenhuma reconciliação seria possível se a coroa da França não lhe fosse dada primeiro; A rigor, só se poderia pensar num regresso ao acordo de 1360. Para os Valois, os ingleses não tinham respeitado a paz, o confisco da Aquitânia era justificado; Antes de qualquer discussão, Eduardo III teve que abandonar os territórios que ainda detinha dentro dos antigos limites do reino.

Poderia haver duas soluções: ou o rei de Inglaterra procuraria compensação noutro lugar - por exemplo, na Escócia - ou um dos seus filhos permaneceria na Aquitânia para estabelecer ali uma nova dinastia feudal, independente da Inglaterra e sujeita à coroa de França.

Numa segunda fase, os diplomatas franceses propuseram uma divisão tripartida da Aquitânia: os territórios ao sul da Dordonha seriam mantidos em completa soberania pelo rei da Inglaterra; Do outro lado do rio seria criado um feudo, dependente da França, mas em benefício de um

príncipe inglês; o resto corresponderia a Carlos V. A delegação inglesa, por sua vez, aceitou a ideia de uma distribuição, mas não quis atribuir nada aos Valois e quis ampliar a parte de Eduardo III. Os dois projetos foram apresentados a Carlos V: este os rejeitou pelo abandono da soberania que implicavam.

No final de 1375, desanimados, os núncios papais contentaram-se com uma trégua de quarenta anos e a manutenção do *status quo* . Também nisso fracassou: os ingleses não se resignaram a abandonar durante tanto tempo João IV, cujo ducado estava ocupado quase inteiramente por guarnições francesas; Quanto aos franceses, queriam incluir Castela no armistício, o que teria forçado João de Lencastre a renunciar às reivindicações dinásticas que tinha naquele trono após o assassinato de Pedro, o Cruel.

Numa quarta fase (julho de 1376), a divisão da Aquitânia foi novamente mencionada, mas Carlos V não aceitou o abandono da soberania ali até a morte de Eduardo III, então com sessenta anos. Pouco antes de a guerra recomeçar, em maio de 1377, o rei de França fez uma última oferta: das suas conquistas recentes, manteria Ponthieu, Poitou, Saintonge, Angoumois, Limousin, Périgord e, eventualmente, Rouergue; As possessões inglesas, reagrupadas ao sul da Dordonha, seriam ampliadas pela restituição de Agenais, Bazadais, Bigorre e até Quercy, se pelo menos devolvessem Calais. Por outro lado, nenhum abandono da soberania foi permitido [3] .

A proposta era puramente estereotipada. Carlos V sentiu-se ainda mais forte porque ao mesmo tempo Eduardo III desapareceu, poucos meses depois do Príncipe Negro, deixando a coroa para o seu neto, Ricardo II, de 10 anos. No entanto, no final de 1377, embora as províncias perdidas dezassete anos antes estivessem quase totalmente recuperadas, os ingleses detinham solidamente Calais, Brest, Bordéus e Bayonne, que eram para eles tanto "barbicanas" que protegiam o seu país como "portas" que iriam permitir um dia retomar a invasão da França.

Em março de 1378, a prisão de um parente do rei de Navarra revelou seus planos de envenenar Carlos V. Suas intrigas com o rei da Inglaterra e o duque da Bretanha foram expostas. Imediatamente, um exército foi reunido sob o comando do duque da Borgonha, que assumiu o controle das fortalezas de Carlos, o Mau, sem encontrar quase nenhuma resistência. Apenas um escapou deles: Cherbourg. Os ingleses estabeleceram-se ali e repeliram o cerco de Du Guesclin. Desta vez, o perigo navarro foi eliminado, mas com Cherbourg, os ingleses - em linha com a sua estratégia - adquiriram uma posição preciosa entre Brest e Calais.

João IV da Bretanha, expulso do seu ducado, refugiou-se na Inglaterra. Carlos V decidiu confiscar seu feudo e anexá-lo ao domínio real (18 de dezembro de 1378). Mal aconselhado, ele pensou em uma aquisição fácil. Isso foi ignorar o vigor da identidade bretã: quando João IV desembarcou em Saint-Servan, em 3 de agosto de 1379, os seus súbditos receberam-no com entusiasmo. O duque de Anjou foi enviado às pressas para restaurar uma situação muito comprometida. Ele não pôde impedir que os ingleses reforçassem sua guarnição em Brest, nem que João IV continuasse a dominar o oeste da Bretanha.

Em parte para expulsar os últimos franceses do ducado, a expedição do conde de Buckingham foi decidida: um passeio clássico, que partiu de Calais em julho de 1380, passou perto de Paris em direção ao Vale do Loire, para retornar em direção à Bretanha e ao Atlântico. Du Guesclin morrera poucos dias antes: cabia mais uma vez ao duque de Borgonha vigiar os ingleses e conter o seu avanço. A notícia da morte de Carlos V, ocorrida em 16 de setembro, não deteve Buckingham. Ele continuou sua rota imperturbável, chegando a Nantes no dia 4 de novembro, mas não conseguiu aproveitá-la. À força, teve de recuar para Rennes, depois para Brest, para regressar a Inglaterra na primavera de 1381. Ao mesmo tempo, a reaproximação franco-bretã,

iniciada vários meses antes, encontrou a sua confirmação no segundo tratado de Guérande que devolveu João IV seu ducado (4 de abril de 1381).

Na altura em que Carlos V desapareceu – tinha 42 anos – as consequências da Paz de Calais mal existiam: foi o maior sucesso, embora permanecessem alguns elementos de fraqueza. Os ingleses não dominaram apenas Calais, Cherbourg, Brest, Bordeaux e Bayonne; Eles ainda controlavam um grande número de fortalezas, especialmente em Quercy, Rouergue, Velay e Gévaudan. O estilo de guerra adoptado por Carlos V revelou-se eficaz, mas os franceses continuaram a evitar um confronto directo, em campo aberto, com o adversário, que poderia então atravessar o reino de uma parte a outra impunemente. Antes de morrer, Carlos V ainda pôde ver no horizonte os "luminares" das aldeias da Île-de-France incendiadas por Buckingham: não foi apenas uma ferida na auto-estima da majestade real, mas também a sinal de que nenhuma derrota do adversário o fez desistir do sonho da aventura continental. A qualquer momento, a invasão poderia recomeçar. A partir de 1378, o cisma papal privou a França de uma arbitragem que, no seu conjunto, lhe tinha sido favorável. Ao mesmo tempo, Carlos V acumulava falhas políticas. Finalmente, as exigências fiscais, essenciais para levar a cabo a guerra, suscitaram um descontentamento violento em toda a parte, mas especialmente no Languedoc. Cedendo ao remorso, o rei, pouco antes de desaparecer, decidiu abolir os impostos domésticos (*fouages*): ao fazê-lo privou o seu sucessor de boa parte dos seus recursos; No curto prazo, este ato tornou inevitável uma crise de poder.

Carlos V retomou a guerra, mas qualquer que tenha sido o seu sucesso, não conseguiu chegar à paz com o seu adversário; No final do seu reinado, em vão mostrou-se mais conciliador a nível diplomático, propondo ceder toda a Aquitânia ao sul da Dordonha e dar a sua filha Catarina em casamento a Ricardo II, tendo como dote o condado de Angoulême. : o Conselho da Inglaterra recusou sua proposta (1380).

A sucessão de gerações: Ricardo II e Carlos VI

A morte de Eduardo III e Carlos V com três anos de diferença, o advento de dois reis muito jovens, quase contemporâneos, Ricardo II e Carlos VI, criaram novas condições para o desenvolvimento do conflito.

Durante os últimos anos da vida de Eduardo III, seu segundo filho, John, duque de Lancaster (também chamado, devido ao local de seu nascimento em 1340, John de Gaunt), desempenhou um papel importante. Alguém poderia pensar que ele assumiria o poder durante a minoria de seu sobrinho. Mas uma coligação de barões e prelados obrigou-o a renunciar ao seu cargo e a deixar o poder a um conselho eleito, do qual não fazia parte.

Para cobrir os custos da guerra, o novo governo decidiu em diversas ocasiões aumentar os impostos chamados *poll-taxes* . Quando somado a outros já existentes, o *poll tax* de 1380-1381, um imposto particularmente elevado, gerou hostilidade por parte da população. Houve uma evasão fiscal massiva. Comparado com 1.377, o número de contribuintes foi um terço menor. Em maio de 1381, eclodiram revoltas rurais em Essex contra os agentes do Tesouro, e então a agitação chegou a Kent. Mansões e mosteiros foram saqueados. Os rebeldes de Kent escolheram um líder, Wat Tyler, um soldado dissolvido, sem dúvida pertencente a uma família notável da região, que lhes impôs uma certa disciplina. Marcharam contra Canterbury, ocuparam a catedral e libertaram um padre excomungado, John Bail, que se tornou seu profeta. Seguiram então para Londres, onde conseguiram penetrar e obter o apoio das classes populares urbanas.

Durante este período, os camponeses de Essex chegaram a Mile End, a nordeste da capital. O jovem Ricardo II e sua corte, presos na Torre de Londres, foram ameaçados por dois lados ao mesmo tempo. O rei decidiu primeiro encontrar os rebeldes em Mile End. Eles apresentaram-lhe uma petição, exigindo a abolição do *vilanismo* e dos serviços obrigatórios aos senhores. Ele aceitou e os camponeses de Essex começaram a dispersar-se.

Mas a guarnição da Torre, composta por 600 homens de armas e 600 arqueiros, capitulou; Os amotinados entraram na fortaleza, massacrando vários conselheiros da coroa, incluindo o Arcebispo de Canterbury. Ricardo II confrontou então os homens de Wat Tyler em Smithfield, a noroeste de Londres. Apresentaram novas exigências: apenas um senhor, o rei, deveria permanecer; todos os outros homens seriam iguais; As propriedades da Igreja seriam confiscadas e distribuídas entre os leigos; Todos os bispados seriam suprimidos, exceto um. O rei ainda consentiu com tudo. Mas ocorreu uma briga, durante a qual Wat Tyler foi morto. Fortemente apoiado por William Walworth, prefeito de Londres, Ricardo II prevaleceu sobre a multidão, que se retirou (15 de junho de 1381). O jogo foi ganho. Começou uma repressão de várias semanas, que atingiu todas as regiões do país onde ocorreram os motins. As concessões foram revogadas. A uma delegação de Essex que exigia sua confirmação, o próprio Ricardo II respondeu: "Vocês são vilões, continuarão a ser vilões."

Ainda mais perigosa do que a *Jacquerie francesa* de 1358, a revolta dos camponeses ingleses de 1381 deveu-se a queixas políticas no seu início: foi contra um governo fraco, cujas exigências fiscais eram fortes. Mas também procurou destruir o estatuto jurídico do *vilanismo* : é por isso que os rebeldes queimaram os arquivos notariais, atacaram os homens da lei, guardiões da ordem estabelecida. Foi revelada a existência de amplas solidariedades rurais, para além do quadro dos senhores, ao nível do concelho. Em suma, conduziu à utopia de um comunismo vago, de base cristã, hostil ao poder, aos privilégios do clero e dos nobres, que sonhava com o estabelecimento de uma democracia igualitária sob a autoridade direta do rei.

Na França, Carlos V havia previsto que se deixasse um filho menor, a regência caberia ao mais velho de seus irmãos, Luís de Anjou, a tutela aos outros dois, João de Berri e Filipe de Borgonha, auxiliados por Luís de Bourbon , seu cunhado, e o governo, em suma, ficariam nas mãos de um conselho de cinquenta membros. A sua vontade não foi respeitada: ao morrer, o duque de Anjou assumiu o primeiro lugar e concordou com os outros tios do jovem Carlos VI em exercerem conjuntamente o poder. Os conselheiros do reino foram removidos. Olivier Clisson, proposto pelo duque de Anjou, tornou-se condestável da França. Devido à pressão popular, a cobrança de todos os impostos teve de ser suspensa e um subsídio provisório foi discutido com os Estados do Languedoïl. A guerra parou por um tempo. As conferências entre diplomatas ingleses e franceses ocorreram em Leulinghen, nas fronteiras de Calésis e Boulonnais, de maio a agosto de 1381. Depois, de dezembro de 1381 a março de 1382. A conclusão da obra de Carlos V foi abandonada; Cada um dos tios seguiu sua política pessoal: Berri queria fazer fortuna graças ao seu lugar-tenente do Languedoc, obtido em novembro de 1380, a Borgonha sonhava com Flandres e Anjou com o reino de Nápoles.

Para tentar a sorte, este deixou a França em janeiro de 1382. Ele precisava de ajuda financeira. Os impostos foram restaurados e trouxeram consigo motins populares, desta vez urbanos, em Rouen (a "Harelle"), em Paris, onde a multidão usou marretas de chumbo para repelir os agentes fiscais (revolta dos "Maillotins"), e depois em outros cidades do Languedoïl. Ao mesmo tempo, o Languedoc sofria com o banditismo dos *tuchins* ou "bandidos da floresta", mais ou menos favorecidos por uma parte da nobreza local, aos quais se somavam as maldades das

"Companhias" ou dos "Ingleses". Houve combates abertos entre os condes de Foix e Armagnac. O duque de Berri, ausente, não teve o cuidado de pôr fim a esta anarquia. Finalmente, passados alguns meses, a agitação chegou à cidade de Gante, que a pedido de Philip Van Artevelde, filho do político da década de 1340, exigiu uma aliança económica e militar com a Inglaterra.

Para o governo dos tios, a revolta flamenga, que levou a uma nova invasão da França, foi a mais perigosa. Eles reuniram um forte exército, que esmagou as milícias de Gante em Roosebeke em 27 de novembro de 1382. Ao retornar vitoriosos a Paris, puniram os "mallotins", desarmaram a população e conseguiram pôr fim às demais insurreições urbanas.

Mas Ghent continuou a resistir, à espera do apoio da Inglaterra, onde uma forte corrente belicista que reunia os antigos conselheiros do Príncipe Negro, prelados, barões, a burguesia mercantil de Londres e Calais, sonhava com uma nova grande cavalgada. Com a ajuda do cisma, a expedição teria um ar religioso: em 6 de dezembro de 1382, Ricardo II havia publicado as bulas do Papa Urbano VI, que encarregavam o bispo de Norwich, Henri Despenser, de organizar uma cruzada contra os partidários do o Papa de Avinhão, Clemente VII. Sob as ordens do prelado guerreiro, alguns milhares de combatentes desembarcaram em Calais em maio de 1383, tomaram toda a costa flamenga até L'Écluse, tomaram vários centros no interior e iniciaram o cerco de Ypres. A resposta francesa não demorou a chegar. A nobreza e os contingentes das cidades foram convocados e um exército de 16 mil homens de armas, além de pessoas comuns, reuniu-se no mês de agosto. Os ingleses ficaram com medo, abandonaram uma a uma todas as suas conquistas e conseguiram recuar. Ao mesmo tempo, a grande viagem planejada, da qual a expedição de Depenser foi o prelúdio, foi cancelada. Era hora de negociações novamente; conferências foram realizadas em Leulinghen, o que levou à conclusão de uma trégua de quinze meses (26 de janeiro de 1384 – 1º de maio de 1385).

A vitória em Roosebeke, a retirada inglesa de 1383, devolveu aos franceses uma certa vontade de ofensiva, encorajada por Carlos VI, que demonstrou gosto pela guerra. Tal como nos tempos de Filipe VI, em 1339 e 1347, como nos tempos de Carlos V, em 1369, sonhavam em levar as hostilidades para o outro lado do Canal da Mancha. Em 1385, dois exércitos estavam preparados para sair de L'Écluse: um, sob o comando de Clisson, desembarcaria perto do Tâmisa e tentaria a sorte em direção a Londres; o outro, com o almirante Jean de Vienne, iria juntar-se aos escoceses e descer com eles para o condado de Durham. Mas Flandres não foi completamente subjugada e Clisson permaneceu lá, contentando-se em sitiar Damme. Quanto a Jean de Vienne, foi mal recebido pelos seus aliados e limitou-se a uma tímida entrada em território inglês. Ricardo II, por sua vez, reuniu importantes contingentes feudais, que tomaram Edimburgo e retornaram. De ambos os lados, os resultados foram medíocres. No mesmo ano, Louis de Bourbon alcançou alguns sucessos mais duradouros em Saintonge: a captura de Taillebourg e Bourg-Charente. Finalmente, em dezembro, Filipe, o Temerário, que no ano anterior se tornara conde de Flandres, após a morte do sogro, tratou dos de Gante: a sua autoridade foi completamente restabelecida nas suas posses "por aqui".

Juan de Lancaster reivindicou o trono de Castela durante anos. Tendo finalmente obtido o apoio português, rumou para Espanha em maio de 1386 para levar a cabo este projeto. Ele levou consigo uma força expedicionária, o que enfraqueceu a defesa da Inglaterra. O governo dos tios, na França, acreditava que era chegado o momento de empreender, segundo a expressão da época, a “passagem do mar”. Uma frota de várias centenas de navios reuniu-se em L'Écluse, no final do verão de 1386, que deveria transportar 15.000 homens de armas, pessoas a pé e até uma cidade de madeira em pedaços que seria montada e serviria como uma fortificação temporária da terra.

Os preparativos foram longe. O próprio rei teve que participar da expedição. Mas muitos especialistas militares não eram a favor; Encontraram o seu porta-voz na pessoa do duque de Berri, de carácter pacífico. A má temporada chegou antes de eles partirem. O projeto ficou para o ano seguinte; milhões de libras Tournaise foram gastas em vão. Apenas o duque da Borgonha foi beneficiado, pois reforçou a sua presença e poder no seu condado de Flandres.

A questão espanhola permaneceu em aberto. O perigo era grave e a França enviou ajuda importante para o outro lado dos Pirenéus. João de Lencastre teve alguns sucessos, mas o seu exército, exausto pelo calor, desanimou e teve de aceitar um compromisso: a sua filha casaria com o príncipe herdeiro de Castela. Uma segunda "passagem do mar" foi planeada para 1387, numa escala mais modesta. O local escolhido para embarcar desta vez foi Harfleur. Um incidente impediu a realização da expedição: a captura de Olivier de Clisson pelo duque João IV da Bretanha. Quanto a Ricardo II, viu a sua soberania ameaçada pelo partido dos barões, que procurava colocar a monarquia sob a sua tutela. Poderia estourar uma guerra civil, mas o rei submeteu-se por enquanto; O clã belicista recuperou o poder. Em 1388 enviou o conde de Arundel para desembarcar em Aunis: o resultado foi nulo. No mesmo ano, os escoceses esmagaram um exército inglês em Otterburn. Este duplo fracasso desacreditou o novo governo. Foi concluída uma trégua parcial, que entraria em vigor em agosto de 1388. Generalizada em 1389, marcou o início de uma reaproximação duradoura entre a França e a Inglaterra. Sem que os contemporâneos tivessem consciência disso a princípio, uma nova fase do conflito começou. Não foi nada mais do que uma trégua, é claro, mas ninguém poderia ter previsto isso.

[1] J. Le Patourel, O Tratado de Brétigny, 1360, *Transações da Royal Historical Society*, 5ª série, vol. X, 1959. Opinião idêntica à do autor da *Chronique des Quatre Premiers Valois*, ed. SHF, pág. 117.

[2] P. Chaplais, Alguns documentos que ilustram o cumprimento e interpretação do tratado de Brétigny, 1361-1369, *Camden Misc.*, XIX, 1952.

[3] E. Perroy, As Negociações Anglo-Francesas em Bruges, 1374-1377, *Camden Misc*., XIX, 1952.

4. O TEMPO DAS LONGAS TÉRGUAS (1389-1411)

A paz frustrada (1389-1403)

Em junho de 1389, a França e a Inglaterra concordaram com a suspensão das hostilidades. Originalmente planejado para um único ano, foi prorrogado várias vezes até 1395. Depois, em 9 de março de 1396, foram concluídas tréguas gerais em Paris, que deveriam começar na festa de São Miguel de 1398, data de expiração do tréguas anteriores, e permanecerão em vigor até São Miguel, 1426.

Certamente, a cessação das hostilidades estava longe de ser totalmente respeitada. Houve várias vezes "ataques graves às tréguas" de ambos os lados. Houve combates, em 1402 e 1403, na Bretanha e no Canal da Mancha. A luta continuou contra os bandidos estabelecidos no centro da França, que afirmavam ser súditos do rei da Inglaterra. Mas até 1404, nenhum dos dois protagonistas reuniu grandes forças para atacar o adversário. O reino dos Valois viveu uma relativa paz de dezasseis anos, durante os quais as cidades puderam negligenciar a rede das suas fortificações e os senhores castelhanos renunciaram a exigir aos seus súbditos o serviço de "sentinela e guarda". Apenas as fronteiras continuaram a ser guardadas por cerca de 2.000 ou 3.000 combatentes – homens de armas, besteiros e piqueiros – muitas vezes mal pagos e mal equipados, guarnecidos em fortalezas em torno de Guyenne e Calais, bem como na Normandia; Entre 200.000 e 300.000 libras Tournaise por ano – apenas um décimo dos recursos totais da monarquia – eram geralmente suficientes para monitorar os ingleses, que, além disso, abandonaram Cherbourg em 1394 e Brest em 1397.

Contudo, em primeiro lugar, não foi possível chegar a um tratado de paz; Em segundo lugar, a partir de 1404, a tensão renasceu entre os dois reinos: porquê esta reaproximação, e depois a sua precariedade, o seu fracasso?

Durante os últimos anos do século XIV , o partido da guerra manteve-se poderoso em Inglaterra, reunindo um grande número de barões que exerceram uma influência preponderante no Parlamento e se esforçaram por impor a sua política a Ricardo II. Além disso, uma sólida francofobia criou raízes na consciência das massas, de modo que, cheias de orgulho nacional, popularizaram a guerra. Mas, ao mesmo tempo, não se sabia como ou quando relançá-lo. A França parecia menos vulnerável. Ele até parecia temer um desembarque em solo inglês. E, acima de tudo, Ricardo II, o soberano mais lúcido que pensaram que teria em muito tempo, tornou-se o campeão da reconciliação. Admirava a monarquia dos Valois, livre de qualquer controle popular ou senhorial, e sonhava em introduzir um regime semelhante em seu próprio reino; porque, para se livrar da tutela dos barões e do Parlamento, parecia necessário evitar conflitos externos e confiar no adversário da véspera. Ele até aceitou a política francesa que

procurava acabar com o cisma. Por todas estas razões, em 1396, ratificou as tréguas de vinte e oito anos, teve uma entrevista com Carlos VI em Ardres e depois casou com a sua filha, Isabel. A união dinástica veio reforçar os acordos diplomáticos. Na verdade, a reconciliação permaneceu frágil: do lado inglês, baseou-se quase inteiramente na vontade de Ricardo II, que não recebeu a aprovação dos círculos dirigentes, exceto a do velho duque de Lancaster, que agora estava de volta de todos as aventuras. .

A opinião francesa estava dividida entre o desejo de paz e o ódio aos ingleses. As experiências dos anos anteriores mostraram as dificuldades da acção directa em Inglaterra, mesmo com o apoio da Escócia. Tomar Calais ou Guyenne parecia uma tarefa imensa e perigosa que poderia provocar uma resposta vigorosa do inimigo. Boa parte da nobreza francesa continuou a desejar a glória das armas; Eu estava pronto para entrar na campanha; não faltaram recursos financeiros, apesar do esgotamento do país; Mas foram propostos outros projectos, mais sedutores, mais recentes, cuja concretização implicava a trégua com a Inglaterra.

Em novembro de 1388, Carlos VI, então com 20 anos, decidiu acabar com a tutela importuna de seus tios e governar pessoalmente, com a ajuda de seu irmão Luís, duque de Tourena, futuro duque de Orleans, e de ex-assessores de seu pai que, devido às suas origens muitas vezes modestas, recebeu o apelido de “ *saguis* ”. Este novo pessoal dedicou-se primeiro às reformas internas; Em segundo lugar, preparou uma grande expedição à Itália, destinada a expulsar o Papa de Roma e assim acabar com o cisma, e a estabelecer a presença francesa na península. Um acontecimento pôs fim brutal à experiência dos *saguis* : o primeiro ataque de loucura do rei, ocorrido em 1392. A partir de então, a saúde mental de Carlos VI continuou a piorar, os seus momentos de lucidez foram demasiado curtos para que pudesse. exercer ação política continuada. Não era mais que um símbolo. Seus tios recuperaram a posição que acabaram de perder. Mas as relações com a Inglaterra não foram modificadas: Filipe da Borgonha procurou preservar os interesses económicos dos seus súditos flamengos; Pensava sobretudo em ampliar suas possessões ao lado do Império; Luís de Orleans continuou com suas ambições italianas. A cruzada mobilizou as energias da cavalaria francesa: em 1390, Luís, duque de Bourbon, arrastou-os numa expedição inútil à Tunísia; Em 1396, a campanha contra os turcos terminou com o desastre de Nicópolis.

Pode ser surpreendente que, nestas condições, os negociadores ingleses e franceses, tão activos na altura, não tenham conseguido alcançar a paz. Mas, apesar dos bons acordos recíprocos, a disputa era demasiado acirrada e os pontos de vista permaneciam demasiado distantes. Em 1393, porém, acreditou-se que isso foi alcançado: foi formulado um projeto que concedia ao rei da Inglaterra o vasto ducado da Aquitânia, que se estendia a Saintes, Angoulême, Périgueux e Rodez, bem como uma indenização de 1.200.000 francos. Em troca, ele renunciaria ao título de rei da França e forneceria vassalagem estrita aos seus feudos continentais. Mas vários pontos permaneceram em disputa: a situação jurídica de Calais, onde Ricardo II queria manter toda a sua soberania, a posse de La Rochelle, que ele reivindicava, a concessão a seu favor de mais 300.000 francos. Além disso, o ducado da Aquitânia seria transferido pelo rei da Inglaterra para João de Lancaster; Poderia-se prever que ele fundaria uma nova dinastia, independente dos Plantagenêtas. No ato, o rei da França se encontraria com um vassalo como os demais. As concessões francesas foram apenas aparentemente generosas: os ingleses compreenderam-no e, apoiados pelos Bordéus, recusaram-se a ratificar o projecto.

No final do século XIV , a situação era paradoxal: Ricardo II, que nas atas da sua Chancelaria já não chamava Carlos VI de "adversário da França", mas sim de "pai da França", continuava, no

entanto, a suportar o título de rei da França. Contudo, o *status quo* poderia ter sido prolongado indefinidamente, sem solução jurídica, como aconteceu depois de 1453, se um novo acontecimento não tivesse ocorrido: a usurpação de Henrique de Lancaster.

Embora a política externa de Ricardo II não fosse muito popular, a sua política interna encontrou uma oposição ainda mais viva entre os barões. Sua falta de jeito acabou perdendo-o. Em 1398, ele baniu seu primo Henrique de Lancaster e, com a morte de João, seu pai, despojou-o de sua herança. Henrique, que se refugiara em França, regressou a Inglaterra, reuniu forças políticas à sua volta, prendeu Ricardo II, proclamou-se rei com o nome de Henrique IV e fez desaparecer o seu rival (1399-1400).

A corte de França ficou chocada com esta mudança dinástica: o novo rei devia, de facto, boa parte da sua popularidade às suas declarações belicosas. Depois da sua herança inglesa, ele proclamou em voz alta o seu desejo de recuperar também a sua herança francesa. Desde o final de 1399, a França acreditava estar em guerra e foram tomadas medidas para defender o reino. Na realidade, Henrique IV, homem prático e prudente, que não tinha a sua posição consolidada, apressou-se em confirmar as tréguas (18 de maio de 1400). Mais difícil foi a questão da viúva de Ricardo II, em quem ele viu uma preciosa refém, mas acabou por libertá-la, ficando com o seu dote e as suas jóias, uma modesta compensação, segundo ele, pelo que ainda faltava pagar pela resgate do rei.

Mas reinou a desconfiança entre os dois governos em vez do entendimento cordial. Em 1401, Archambaud de Grailly, capital de Bruch, senescal da Guiana pelo rei da Inglaterra, juntou-se ao partido francês. A manobra falhou. Bordéus, liderado pelo seu arcebispo e pelo seu prefeito, permaneceu fiel a Henrique IV. No ano seguinte, foi a vez deste último marcar ponto, casando-se com a viúva do duque da Bretanha João IV; mas o duque de Borgonha evitou o perigo reservando a tutela de seu filho, João V. Enquanto as tréguas eram mantidas, recebendo nova confirmação em junho de 1403, a continuação da guerra já era seriamente considerada do lado francês: era formulou um projeto que previa uma campanha ativa de cinco meses. Uma frota de 50 galeras e outros navios recrutados em Castela e no reino seria reunida com 1.600 homens de armas; dois exércitos de 3.000 homens de armas e 1.000 fuzileiros cada, um na Picardia e outro na Guiana; 300 combatentes protegeriam as outras fronteiras. No total, quase 10 mil combatentes, o que significaria um gasto total de 1.212.500 francos.

Da guerra civil à intervenção inglesa: 1404-1411

Em 1404, a monarquia Valois tomou a iniciativa de retomar as hostilidades. O momento era favorável: Henrique IV enfrentava uma grave revolta no País de Gales. Foi implementado um plano ambicioso que previa uma tripla acção simultânea: em Inglaterra, na Guiana e em redor de Calais. Em julho de 1404, a França concluiu uma aliança com o líder dos rebeldes galeses, Owan Glyn Dwr, que recebeu a promessa de enviar uma força expedicionária de 1.000 homens de armas e 500 besteiros, sob o comando de Jacques de Bourbon, conde de a Marca. Mas o mau tempo impediu a sua partida. Somente em 1405, uma ajuda francesa desembarcou em Milford Haven; Modesto demais para tentar a sorte no interior da Inglaterra, ele não conseguiu nem mesmo impedir que Henrique IV derrotasse os galeses. A sorte não foi melhor na Guiana onde depois de algumas conquistas iniciais as forças do Condestável Charles d'Albret e do Conde de Armagnac logo se juntaram às do Duque de Orleans foram forçadas pelos Bordéus a levantar os cercos de Bourg e Blaye (1406-1407). O duque de Borgonha, por sua vez, não conseguiu mais

nada em torno de Calais, onde empreendeu, com pouca convicção, um esforço militar medíocre. Perdeu-se uma oportunidade excepcional para destruir os bastiões do poder inglês no continente: tanto quanto a energia de Bordéus e das muralhas de Calais, a razão deste fracasso deveu-se às rivalidades que já dividiam e desolavam o reino.

Desde a morte de Filipe, o Temerário, em 1404, a luta clandestina deu lugar à oposição aberta entre o novo duque da Borgonha, João, o Destemido - apelido que lhe foi dado após a sua vitória sobre os de Liège na Batalha de Othée (1408). —e o irmão do rei, Luís de Orleans. De caráter forte e imprevisível, o primeiro, um homenzinho taciturno, duro, enérgico e desagradável; e o segundo, eloqüente, descuidado, amigo dos prazeres e da vida refinada. Os dois, num estilo diferente, perseguiam o mesmo objectivo: ampliar e consolidar as suas possessões, dotá-los de uma sólida organização política, militar e financeira, captar a maior parte possível dos subsídios reais, ocupar o primeiro lugar na o governo da monarquia. Ambos tinham amplos meios; Eles mantinham apoiadores, recrutavam tropas, possuíam fortalezas. Nos conselhos reais, eles se enfrentavam em animadas altercações. No entanto, a esperança de uma reconciliação não foi abandonada, por isso a notícia do assassinato de Luís de Orleães por assassinos a soldo do duque de Borgonha, ocorrido em Paris em 23 de novembro de 1407, foi recebida com espanto.

Após o crime, Juan sin Miedo fugiu para se refugiar em seus Estados. A indignação foi geral. Seu gesto parecia que seria fatal para sua causa. Mas ele logo se recuperou, apresentando um pedido de desculpas pelo crime, no qual pintou o duque de Orleans como um tirano legítimo para derrubar. Ele se apresentou como o campeão da reforma monárquica, proclamando a luta contra o abuso e o peculato. Isto aumentou a sua popularidade, especialmente entre a burguesia parisiense. Voltou à corte, assumiu a liderança do governo, empreendeu um vasto expurgo na Chancelaria, no Parlamento, na Câmara de Contas, entre os grandes funcionários da coroa, e colocou os seus protegidos nos seus lugares.

No entanto, o jogo não foi ganho: os seus adversários, o duque de Berri, o novo duque de Orleans, Charles, o seu sogro, o conde Bernard de Armagnac, o duque Jean de Bourbon, o condestável de Albret, ainda controlavam metade do território. reino. Além disso, a rainha Isabel da Baviera, assim como a infantaria da França - é verdade que ela era muito jovem - inclinaram-se para a facção orleanista, que se tornou a dos Armagnacs desde o casamento de Carlos de Orleans. Juan sin Miedo precisava consolidar e expandir a sua posição: acreditava que conseguiria isso pedindo a intervenção inglesa.

5. A EMPRESA DE LANCASTER (1411-1435)

O Tratado de Troyes e a união das duas coroas

Motivado por razões políticas internas, o duque de Borgonha, que pretendia completar a sua intervenção na monarquia, solicitou ajuda militar a Henrique de Lancaster em julho de 1411. Em troca, ele estava disposto a dar-lhe algumas cidades flamengas e ajudá-lo a conquistar a Normandia. Não se tratava da grande Aquitânia, reivindicada pelos ingleses após as vitórias de Carlos V.

O soberano Lancaster, fiel à política oportunista que sempre praticou em relação à França, respondeu com prudência a esta oferta: não consentiu em lançar a grande cavalgada que o seu novo parceiro pretendia, e apenas colocou à sua disposição algumas tropas que lutaram ao lado dos borgonheses na região de Paris durante o outono de 1411. Mas um empreendimento de maior alcance havia sido planejado para o ano seguinte.

Para evitá-lo, a facção rival entrou em contato com o rei da Inglaterra, a quem prometeram as províncias perdidas desde 1369. No conselho de Henrique IV, os partidários da aliança com os Armagnacs venceram os pró-Borgonhês, e concluiu um acordo em Bourges em maio de 1412: o Lancaster prometeu enviar 1.000 homens de armas e 3.000 arqueiros. Uma imprudência revelou a transação a Juan Sin Miedo que, alegando traição, reuniu um exército, levou consigo Carlos VI como fiador de sua legitimidade e marchou contra os príncipes. Descobertos, denunciaram o pacto, mas já era tarde: as tropas inglesas desembarcaram perto de Cherbourg sob o comando do segundo filho do rei, Thomas, duque de Clarence, chegaram à região de Orleans através de Anjou e Blésois, cruzaram o Loire e depois, sem encontrando apoio ou obstáculo, concordaram em retirar-se para Bordéus pagando uma pesada indenização. Pela primeira vez em trinta e dois anos, uma cavalgada inglesa atravessou o reino impunemente.

Juan Destemido ainda era o mestre. Ele agora precisava empreender o programa de reformas no qual repousava o seu prestígio. Ele convocou os Estados de Languedoïl em Paris em janeiro de 1413 e depois pressionou as massas contra os Armagnacs. Uma vez massacrados, presos, expulsos, os amotinados obtiveram a promulgação de uma grande portaria de 258 artigos posteriormente descrita como *cabochienne* , em homenagem ao nome de seu chefe, o açougueiro Simón Caboche. As medidas planeadas eram moderadas, quase demasiado prudentes e simples; Eles mal reduziram as prerrogativas monárquicas e procuraram, acima de tudo, conter os abusos flagrantes, melhorar a administração e limpar as finanças.

Os tumultos continuaram na capital; Com o pretexto de exterminar os últimos Armagnacs, os ricos foram atacados. A luta partidária tornou-se uma luta de classes. Os notáveis ficaram assustados e reconciliaram-se com o delfim Luís da Guiana. O duque da Borgonha viu-se

isolado. Abruptamente, ele abandonou o jogo. Voltaram os Armagnacs, que aboliram imediatamente a portaria cabochiana (8 de setembro de 1413) e recuperaram todos os lugares perdidos. Contando com os bandos gascões que ocupavam Paris, conseguiram permanecer lá durante cinco anos, apesar da crescente impopularidade.

Em 20 de março de 1413, Henrique IV morreu, deixando o trono para seu filho Henrique V. Aos 25 anos, ele já havia amadurecido de um início tempestuoso. *Aetate juvenis, maturitate senex* (jovem na idade, velho na maturidade), é assim que o seu historiador o retrata. Rompendo com as hesitações paternas, apresentou-se desde o início como o apóstolo da paz, mas de uma paz justa, que implicava não só a restituição das províncias adquiridas pelo tratado de Calais, mas também daquelas indevidamente tiradas a Juan sin Tierra por Felipe Agosto. Ele se proclamou herdeiro de Eduardo III, Henrique II e Guilherme, o Conquistador, e reivindicou o que lhe era devido: nada mais. Se, apesar de tudo, o *caminho do direito* não desse frutos, se os Valois se recusassem a fazer-lhe justiça, ele seria obrigado a recorrer ao *caminho dos factos* . Para alguns historiadores, não é impossível que ele tenha acreditado de boa fé neste argumento implacável, por trás do qual se viam uma ambição e um apetite muito realistas.

Antes de iniciar a guerra, ele precisava lançar uma ofensiva diplomática. Isso é o que seu plano exigia. Dirigiu-se simultaneamente a João, o Destemido - que, assustado com a amplitude das suas exigências, saiu do caminho - e ao governo do momento, exigindo a cessão da Aquitânia, Anjou, Maine, Tourena, Normandia, a vassalagem da Bretanha, a soberania sobre Flandres e Artois, incluindo a Provença, que possuía a casa de Anjou, e finalmente a mão de Catarina, filha de Carlos VI. Com uma boa vontade desarmante, a monarquia Valois - na verdade a facção Armagnac, pronta a tudo para evitar a aliança anglo-borgonhesa - multiplicou as concessões: abandono da Aquitânia, 1.600.000 francos como o restante do resgate do rei João, 2 milhões de dote para Catalina . As negociações continuaram até o fim, mas em abril de 1415, vendo que lhe foi negada a Normandia, essencial em sua opinião, Henrique V decidiu pela guerra.

Depois de confiar o governo da Inglaterra a seu irmão, o duque de Bedford, Henrique V desembarcou em Chef-de-Caux em 14 de agosto de 1415, à frente de um exército de 12.000 homens. Ele sitiou Harfleur, da qual queria fazer uma segunda Calais, conquistou-a e depois rumou para o norte. Desde fevereiro, os Armagnacs e os Borgonheses haviam feito as pazes diante do perigo inglês. Mas a reconciliação foi apenas aparente e Juan sin Miedo deixou ao partido adversário a pesada tarefa de combater o invasor. Um forte exército foi reunido e partiu em perseguição ao inimigo, encontrando-o em Azincourt em 25 de outubro de 1415. A derrota foi esmagadora. Henrique V voltou vitorioso para Calais e depois para a Inglaterra.

Azincourt foi o golpe mais duro para o prestígio militar da nobreza francesa. Suas perdas, considerando os números envolvidos, foram graves. A herança moral que lentamente recuperou após o desastre de Poitiers foi desperdiçada. Mas as consequências políticas imediatas foram limitadas.

Enquanto o novo condestável, Bernard de Armagnac, tentava em vão recuperar Harfleur, a corte da França solicitou a mediação do rei romano Sigismundo. Ele já havia assumido a tarefa de acabar com o grande cisma. A arbitragem pareceu-lhe estar à altura da grandeza da sua missão de chefe temporário da cristandade, conheceu os dois beligerantes e, decidindo-se pelo mais forte, aliou-se a Henrique V pelo tratado de Cantuária de 15 de agosto de 1416. Segunda derrota diplomática em outubro: Juan sin Miedo encontrou-se com Lancaster em Calais e reconheceu-o como aquele que "por direito" deveria ser o rei da França; De qualquer forma,

ficou acordado que o duque da Borgonha não lhe emprestaria vassalagem até que ele tivesse conquistado boa parte do reino.

Fortalecido com este apoio, Henrique V desembarcou novamente na França (agosto de 1417) e empreendeu a conquista da Normandia com 10.000 combatentes. De uma vez por todas, os grandes impulsos devastadores - que, juntamente com boas conquistas, causaram tantos problemas ao comando inglês - foram abandonados e uma progressão metódica foi empreendida para estabelecer uma ocupação contínua. Este tipo de guerra já tinha sido utilizado no século XIV —na Bretanha, por exemplo— mas falhou, em grande parte devido à falta de uma infra-estrutura administrativa sólida. Pelo contrário, na Normandia inglesa, entre 1420 e 1450, os recursos fiscais foram recolhidos regularmente e em abundância suficiente para permitir um estabelecimento militar duradouro e organizado.

Um após outro, Caen, Alençon, Cherbourg, Évreux sucumbiram. Ao mesmo tempo, durante alguns anos, uma frota de guerra de cerca de trinta navios - a maior que a Inglaterra tinha antes do reinado de Henrique VIII - patrulhou o Canal da Mancha, permitindo comunicações seguras entre o reino e o ducado. Em Paris, o governo Armagnac, enfraquecido pelo cativeiro de Carlos de Orleans e João de Bourbon, prisioneiros de Azincourt, e pela morte do duque de Berri, do delfim Luís e de seu irmão João de Tourena, nada fez mais. Apenas o condestável Bernard de Armagnac e o último filho de Carlos VI, o futuro Carlos VII, então com 15 anos, tornou-se delfim em abril de 1417 e depois tenente-general do rei em junho. Cometeram o erro de exilar a Rainha Isabel, que imediatamente se reconciliou com João, o Destemido; Os dois cúmplices formaram um governo rival em Troyes e depois regressaram a Paris (julho de 1418). Escapando ao massacre dos seus apoiantes, o delfim fugiu, tentou em vão reconquistar a capital e acabou por recuar para Berri.

Juan sin Miedo já tinha à sua disposição o rei, a rainha e os órgãos de governo. Ele precisava impedir os avanços de Henrique V, mas faltavam-lhe os meios e a convicção. Ele permitiu que Rouen capitulasse, no final de um cerco heróico, e que a conquista da Normandia fosse consumada. Em 31 de julho de 1419, Pontoise rendeu-se, defendido por uma guarnição da Borgonha. Os ingleses ameaçavam diretamente Paris. A reconciliação com os Armagnacs era urgente: o duque da Borgonha e o delfim encontraram-se primeiro em Corbeil e depois em Montereau. Ali morreu João, o Destemido, assassinado por um fiel delfim, o bretão Tanguy du Châtel (10 de setembro de 1419).

Até então, os Lancastrianos procuraram acima de tudo obter a maior fração possível do reino da França. O crime de Montereau, que impediu durante muito tempo qualquer reaproximação entre o delfim e o novo duque da Borgonha, Filipe, o Bom, abriu-lhe outras perspectivas. Até a coroa estava ao seu alcance. Ele entrou em negociações com Isabel e Borgonha. A rainha, informada das novas ambições do conquistador, ficou horrorizada e tentou a princípio chegar a um acordo com o golfinho. Mas Filipe, o Bom, não sem hesitações e escrúpulos, aderiu ao projecto de Henrique V. Não é que, embora algo mais tenha sido dito, ele tenha procurado na aliança inglesa os meios de adquirir autonomia completa para os seus Estados; Mas precisava manter-se fiel à sua atitude de *vingador* e, acima de tudo, como príncipe francês, aspirava tal como os seus antecessores a desempenhar um grande papel no reino. Incapaz de se tornar ele próprio herdeiro do trono, ele aceitou a união das duas coroas como um mal menor, preferível à anexação total à Inglaterra. Esta solução também lhe permitiu manter influência no governo e impediu um acordo, sempre possível, entre o delfim e Henrique V. Um último elemento interveio na sua decisão: a atitude dos parisienses - chefes da burguesia e conselheiros da coroa -

, que, movidos tanto pelo ódio aos Armagnacs quanto pelo medo de um cerco, foram os primeiros a se inclinar para deserdar o delfim.

Após acordos preliminares (Arras, 2 de dezembro de 1419; Rouen, 25 de dezembro), as negociações levaram ao tratado de Troyes de 21 de maio de 1420: Carlos VI permaneceria rei até a sua morte (o que, em suma, significava reconhecer a legitimidade dinástica de os Valois); Ele deu sua filha Catarina em casamento a Henrique V, que se tornou seu "filho" e "herdeiro da França". Após a morte de seu sogro, o Lancaster teria, portanto, as duas coroas, que permaneceriam unidas para sempre sob seu reinado e o de seus sucessores. União pessoal e não fusão: cada reino devia preservar os seus direitos, as suas liberdades, os seus costumes, as suas leis. Enquanto esperava, Henrique V, investido do título de regente, exerceria o governo em nome de Carlos VI e manteria o ducado da Normandia a título pessoal. O duque da Borgonha ficou em segundo lugar. Quanto ao “que se autodenominava delfim de Viennois”, teve de ser perseguido, condenado pelos seus “crimes e crimes horríveis”, o primeiro dos quais foi o assassinato de Montereau.

Aprovado pelo parecer e pela Universidade de Paris, ratificado pelos Estados do Languedoïl, o Tratado de Troyes parecia pôr fim ao conflito franco-inglês. Não foi assim. O delfim e, mais ainda, os seus apoiantes desafiaram imediatamente a validade do pacto: Carlos VI não podia dispor da coroa como quisesse; ele nada mais era do que o depositário; *a fortiori* , seu estado mental privou sua decisão de qualquer valor. O Delfim ainda possuía o centro e o sul da França, com exceção da Guiana Inglesa. A luta que, segundo o tratado, o regente de França e o duque de Borgonha tiveram de empreender juntos não foi uma simples operação policial contra os bandos de Armagnacs, mas uma guerra contra um governo que tinha os seus recursos financeiros, o seu exército, os seus alianças exteriores, seus mecanismos judiciais e administrativos, seus funcionários. Como o domínio do golfinho não desapareceu repentinamente, foi necessária uma operação de longo alcance.

Henrique V apreendeu primeiro as guarnições inimigas que ainda resistiam no norte da França, depois retornou à Inglaterra, de onde havia partido três anos antes, deixando a continuação das operações para seus tenentes. Um deles, seu irmão, o duque de Clarence, foi derrotado e morto em Baugé em 22 de março de 1421. O delfim colocou-se à frente de um exército e avançou em direção a Paris. Henrique V, regressado a França, dedicou longos meses à recuperação do terreno perdido. No momento em que pensou em prosseguir, adoeceu e faleceu (31 de agosto de 1422). No dia 21 de outubro seguinte, Carlos VI desapareceu por sua vez. Pelo Tratado de Troyes, Henrique, filho de Henrique V e Catarina, já rei da Inglaterra com a morte de seu pai, tornou-se rei da França com a morte de seu avô. O novo soberano tinha apenas alguns meses. Antes de morrer, Henrique V parece ter nomeado seu irmão, o duque de Bedford, como guardião da Normandia. Mas este último tomou para si a regência. Ao mesmo tempo, o delfim proclamou-se rei sob o nome de Carlos VII; Após o cisma papal, começou um verdadeiro cisma.

Para vencer, Bedford precisava do apoio determinado de Filipe, o Bom. Mas ele, pela sua experiência, considerou o Tratado de Troyes menos vantajoso do que supunha. Certamente, só ele administrou Champagne, seus fiéis, em Paris, ocuparam quase todos os cargos; mas as decisões mais importantes sempre terminavam com Henrique V, que, além disso, não apreciava algum comportamento descortês.

A primeira preocupação de Bedford, mais flexível que a do irmão, foi renovar a aliança anglo-borgonhesa. A isto juntou-se o da Bretanha, cujo duque João V, depois de se ter aliado à dupla monarquia em 1420 e ter sido preso no mesmo ano, jurou o tratado de Troyes em 1422. Em

1423, duas irmãs de Filipe, o Bom, foram casado, Ana e Margarida; um com o novo regente da França, o outro com Arthur, conde de Richemont, irmão de João V. A guerra recomeçou com maior força: os anglo-borgonheses venceram em Cravant em 30 de julho de 1423; em La Gravelle, em 27 de setembro, os partidários de Carlos VII tiveram um pequeno sucesso, mas em 17 de agosto de 1424, o exército que Carlos VII reuniu com grandes despesas sofreu uma grande derrota em Verneuil-sur-Avre.

A recuperação da solidariedade anglo-borgonhesa teve vida curta. As disputas dinásticas colocaram Filipe, o Bom, contra o duque de Gloucester, tio de Bedford. Por sua vez, com a mediação de sua sogra, Yolanda de Aragão, e do duque de Sabóia, Carlos VII conseguiu separar por um tempo João V do clã inglês e concluir tréguas de vários anos com a Borgonha. A guerra continuou apenas contra os ingleses. Eles conquistaram o Maine e ameaçaram diretamente as províncias do Loire. Duas possibilidades foram-lhes oferecidas: ou tomar Anjou e depois Tourena e Poitou; ou tomar Orleans e de lá cruzar o Loire na direção de Berri. Contrariando o conselho de Bedford, os líderes militares impuseram a segunda solução. Em 12 de outubro de 1428, um exército de vários milhares de combatentes, quase todos ingleses, empreendeu o cerco à cidade.

Joana D'arc

Qual foi a situação respectiva dos dois adversários nestes anos 1428-1429 que marcou uma viragem decisiva no desenvolvimento da guerra?

Territorialmente, a dinastia Lancaster possuía o reino da Inglaterra, onde o cardeal Henri Beaufort, bispo de Winchester, e Humphrey, duque de Gloucester, seu sobrinho, disputavam o poder. Detinha também uma parte importante do reino de França: Guyenne, Calais e as suas marcas, o ducado da Normandia, sujeito à administração autónoma, os "países da conquista", entre a fronteira normanda e Paris, Maine, Île de France, o país de Chartres, Champagne e Picardia. Além disso, João V da Bretanha havia se aproximado novamente dos ingleses em 1427. Finalmente, eles mantiveram a aliança com Filipe, o Bom, que tinha no reino o ducado da Borgonha e os condados de Flandres, Boulogne, Artois, Rethel, Nevers, Charolês e Mâcon, e no Império, do Franche-Comté, do condado de Namur, de Hainaut, da Holanda e da Zelândia. Henrique VI foi assim oficialmente reconhecido como rei da França numa área que cobria cerca de metade do reino.

Mas a própria Inglaterra - que tinha de proteger a sua fronteira norte contra uma possível ofensiva escocesa - apenas forneceu ao regente Bedford uma ajuda episódica e relutante: não era que a sua opinião fosse desinteressada no progresso da conquista, mas em virtude do princípio da monarquia dupla, era conveniente que os recursos do reino da França fossem suficientes para continuar a guerra. Apenas a guarnição de Calais dependia dos subsídios que chegavam regularmente do outro lado do Canal da Mancha. A Inglaterra sempre forneceu a maior parte dos combatentes, em todos os níveis, mas uma pequena parte dos seus soldados. O duque da Bretanha teve muito cuidado em não fornecer ajuda ativa. Filipe, o Bom, já não tinha interesse imediato em continuar a guerra contra Carlos VII, pois, a partir de 1422, todos os territórios dele conquistados deveriam acabar nas mãos de Henrique VI [1] . Por outro lado, a essência da sua actividade diplomática e militar desenrolou-se nos Países Baixos, onde acabava de obter a submissão da Holanda e já pensava na aquisição do Brabante. Em França, a sua ambição era sobretudo proteger as suas fronteiras ocidentais, ao longo do Loire, a montante de Cosne, e

preservar a parte do domínio real de que tinha administração temporária: Picardia e Champagne. A ajuda que ele forneceu a Bedford foi escassa em comparação com seus recursos reais. O regente só podia contar, portanto, com um quinto ou um quarto do reino; Mesmo aí, os recursos fiscais eram fracos, excepto na Normandia, onde sempre foram obtidos os subsídios mais importantes.

Na França conquistada, a população estava longe de estar inteiramente satisfeita com a dupla monarquia: embora a Guiana permanecesse fiel, e embora boa parte do clero e da burguesia mercantil aceitasse o novo regime, havia muitos franceses, incluindo apoiantes da Borgonha, que secretamente não reconhecia a legitimidade de Henrique VI e considerava os ingleses, na melhor das hipóteses, invasores desconfortáveis e, na pior, os odiava. Atos de hostilidade surgiram por toda parte, e a repressão severa, isto é, selvagem, não conseguiu fazê-los desaparecer.

Apesar de tudo, as receitas fiscais permitiram a Bedford pagar regularmente por um exército disciplinado e bem equipado, controlado de perto pelos agentes do poder. Este exército não era numeroso: no auge do cerco de Orleães, além de um pequeno contingente borgonhese, serviram do lado inglês cerca de 3.500 combatentes, dos quais um quarto eram homens de armas e os restantes arqueiros a cavalo. Se somarmos a isto as forças que protegiam Calais e Guyenne, bem como as pequenas guarnições da Normandia e da Île-de-France, o número de combatentes à disposição do regente pode ser estimado em cerca de 8.000, caso seja necessário um esforço máximo. . Por esta razão, desde 1422, o progresso inglês tinha sido muito lento, e estava praticamente reduzido à submissão do Maine. No contexto militar da época, em que os meios de defesa ainda eram superiores aos de ataque, mesmo que Orleans caísse, Bedford precisava antecipar razoavelmente múltiplas campanhas ao sul do Loire antes de encerrar a conquista. Na sua opinião, o cerco foi um episódio importante, mas não decisivo.

Diante dos Lancaster, o "rei de Bourges", Carlos VII, manteve seus aliados tradicionais - Castela, Escócia - que poderiam lhe fornecer tropas, mas não ajuda financeira: em junho de 1428, por exemplo, ele é visto pedindo ao rei de Castela enviará alguns milhares de homens assalariados por seis meses, propondo-se pagar posteriormente os adiantamentos acordados. Em vão. Ele teve que contar com os únicos recursos de metade do reino que ainda possuía. Felizmente para ele, encontrou nas grandes casas da nobreza - Anjou, Orleans, Bourbon, Foix, Cominges... - um apoio menos hesitante, mais eficaz do que aquele fornecido a Bedford pelos nobres franceses que reconheceram oficialmente Henrique VI. Seu poder foi menos discutido, ele encontrou menos oposição declarada ou latente. Em vez disso, sua corte era um ninho de intrigas incontáveis; a desordem administrativa, o desperdício de recursos públicos chegou ao extremo; Os Estados cansaram-se de conceder subsídios, dos quais não se sabe se foram integralmente arrecadados. Boa parte da nobreza, inclusive os maiores senhores, havia perdido o gosto pela guerra, principalmente depois de Verneuil. A continuação dos combates ficou a cargo de uma centena de “capitães de gente de armas e bestas”, muitas vezes de baixa extração. Cada um deles liderava uma empresa que contava com algumas dezenas de aventureiros. Nenhum salário regular, mas eles pegaram o que puderam pelo país, amigo ou inimigo. Um controle real muito vago e intermitente. Muitos se consideravam homens deste ou daquele senhor. Houve uma guerra de golpes, de emboscadas, de ataques medíocres que um desses capitães, Jean de Bueil, recordou mais tarde, não sem certo sarcasmo, no romance de *Jouvencel*. Em suma, à margem da vida comum, um pequeno grupo social militar bastante tenaz, cruel, ousado, anárquico [2] . Também do lado de Carlos VII, apesar da fraqueza geral, podia-se imaginar que a luta

continuaria, mesmo depois da queda de Orleans. Era inevitável que caísse? O cerco de Montargis não tinha sido levantado no ano anterior, em 1427? Um feito idêntico ainda era possível.

O ponto mais fraco residia, sem dúvida, na pessoa de Carlos VII; indolente, irresoluto, totalmente desprovido de "prestígio carismático". Cansado de ver fracassadas as combinações diplomáticas e militares que tentou durante vários anos, planejou abdicar e falou à sua corte sobre recuar para Dauphiné, Lyon, Languedoc e Aubergne, se essas províncias pudessem ser salvas. Secretamente, ficou ainda mais desanimado: num impulso religioso, na tarde de 1º de novembro de 1428, teria elevado uma oração a Deus, pedindo-lhe a graça de triunfar se fosse realmente filho de Carlos VI, e se não para salvar a sua vida e poderia refugiar-se na Escócia ou em Castela. Para ele, mais ainda do que para os seus súbditos, o resultado do cerco foi fundamental.

O cerco começou muito bem para os defensores: quase imediatamente, um dos líderes do exército inglês, o conde de Salisbury, foi morto. Mas chegaram reforços, liderados por Talbot e Scales, que progressivamente estabeleceram uma rede de fortificações em torno da cidade, sem cercá-la completamente ou por vezes impedir que os suprimentos chegassem aos sitiados. Os franceses tentaram libertar a cidade: em 12 de fevereiro de 1429, interceptaram um comboio de abastecimento inimigo que chegava de Paris em Rouvray, mas foram derrotados por sua escolta (dia do arenque). O desânimo se espalhou entre a população de Orleans. Ele se ofereceu para se render ao duque da Borgonha, Bedford o rejeitou e Filipe, o Bom, irritado, retirou seu contingente. Esta deserção não interrompeu o cerco. A capitulação não demoraria a chegar.

A prova do desânimo geral está na recepção dada a Joana d'Arc pela corte, nada menos que mística, de Carlos VII. A notícia do "desastre do arenque" decidiu, sem dúvida, Robert de Baudricourt, capitão de Vaucouleurs - uma ilhota de resistência na Borgonha que desempenhou no leste da França o mesmo papel que o Mont-Saint-Michel no oeste -, a fornecer uma escolta para os jovens e piedosa camponesa de Domremy. Ela chegou a Chinon no final de fevereiro ou início de março de 1429, encontrou ali o "gentil delfim" - assim chamou Carlos VII até sua consagração - e o convenceu do caráter divino de sua missão e da santidade de sua " vozes." . Era sua responsabilidade levantar o cerco de Orleans e coroar o "verdadeiro herdeiro da França e filho de um rei" em Reims. Uma pesquisa teológica confirmou a ortodoxia da Donzela. Os políticos consideraram-no útil. Outros foram conquistados por sua personalidade. Carlos VII deu-lhe uma comitiva e equipou-a. Assim, ele tinha armas, cavalos, um estandarte e se considerava um líder de guerra. Antes de entrar na campanha, lançou um desafio aos seus adversários, ordenando-lhes em nome do "Rei dos Céus" que "devolvessem a França". Então, em 28 de abril, ele deixou Blois com um comboio de provisões e munições, e entrou em Orleans no dia 29. Outra ajuda chegou em 3 de maio. Decidiu-se tentar uma saída. Uma por uma, três das fortificações foram atacadas e tomadas. Em 8 de maio, o chefe inglês, Suffolk, decidiu levantar o cerco. A primeira parte da previsão se tornou realidade.

Agora era necessário pensar na coroação. Os franceses reuniram novas tropas e tomaram Jargeau, Beaugency e venceram em Patay (18 de junho). Fiel ao seu plano, Joana d'Arc decidiu que Carlos VII se dirigisse a Reims, onde se realizaram a consagração e coroação no dia 17 de julho: uma cerimónia sem alarde, improvisada, mas que incluía o essencial, já que o rei tendo recebido a santa unção, a sua a legitimidade foi manifestada.

A Donzela poderia dizer a Carlos VII: «Gentil rei, foi executado o desejo de Deus que queria que eu levantasse o cerco de Orleans e te levasse a esta cidade de Reims para receber a tua Santa

Unção, mostrando assim que tu és o verdadeiro rei e aquele a quem o reino da França deveria pertencer. Mais tarde, considerou-se que ali terminava a sua missão divina.

O medo invadiu o interior da Inglaterra. Bedford já pensava em retirar-se para a Normandia. Mas Carlos VII carecia de energia. Tomou algumas cidades: Laon, Soissons, Senlis e Compiègne. As negociações ocorreram com o duque da Borgonha, mas não tiveram sucesso. Em 8 de setembro, foi tentado o assalto a Paris, esperando-se uma revolta interna. Mas a capital resistiu. O exército foi dispensado após cruzar o sul do Loire.

Durante o inverno de 1429, Joana, "mal amada, mal apoiada" (J. Michelet) capturou Saint-Pierre-le-Moûtier e fracassou contra La Charité-sur-Loire, que era defendida por Perrinet Gressart, um ex-pedreiro que se tornou capitão a serviço do rei da Inglaterra. Nenhum grande esforço foi planejado para 1430: o estado-maior de Carlos VII queria apenas defender o terreno recuperado no ano anterior. Uma parte da corte real pensava que não era possível fazer nada contra os ingleses sem primeiro conseguir uma reconciliação duradoura com o duque de Borgonha. Nesta perspectiva, o dinamismo de Juana não adiantou nada. Sem levar isso em conta, decidiu ajudar as guarnições das praças reconquistadas. Ele sempre esperou terminar seu trabalho com a tomada de Paris. Compiègne foi ameaçada por um exército anglo-borgonhês: ela entrou nesta outra Orléans em 13 de maio de 1430; No dia 23, ela foi feita prisioneira durante uma surtida do bastardo Wandonne, que a enviou ao seu chefe, João de Luxemburgo. Sabe-se como este último vendeu o seu prémio por 10.000 francos aos ingleses, que a fizeram julgar em Rouen por um tribunal da Inquisição presidido por Pierre Cauchon, bispo de Beauvais. Seu julgamento começou em 21 de fevereiro de 1431. Suas respostas a um questionário pérfido e insidioso revelaram seu bom senso, sua fé, sua alma nobre. Mas isso não poderia salvá-la. No dia 24 de maio teve um desmaio temporário, parecia que renunciava às suas “vozes”, depois se recuperou e mais uma vez reivindicou o caráter divino de sua missão. Seus juízes a condenaram como "herege, apóstata, apóstata, idólatra" e a entregaram aos ingleses, que a queimaram em 30 de maio de 1431. Aparentemente, Carlos VII nada fez para salvá-la.

A paz de Arras

O martírio de Joana d'Arc foi para Bedford um ato político necessário para salvar a dupla monarquia. Para o mesmo fim, cedeu Champagne e Brie ao duque de Borgonha, deixando-o encarregado de reconquistar aquelas duas províncias: Filipe, o Bom, teria assim um importante objetivo de guerra, e a aliança anglo-borgonhesa seria completamente restabelecida (março 1430). Seu cálculo não foi cumprido: em 13 de dezembro de 1431, o Cardeal Albergati, legado do Papa Eugênio IV, conseguiu uma trégua geral de seis anos acordada em Lille entre Carlos VII e o Duque de Borgonha. Em 16 de dezembro, Henrique VI, que havia sido coroado rei da Inglaterra em Westminster dois anos antes, também foi coroado rei da França na catedral de Paris: mas esta cerimônia tardia não apagou os efeitos da consagração de Reims.

O colapso dos ingleses e a abstenção da Borgonha permitiram a Carlos VII preservar as suas conquistas, apesar da fragilidade dos seus meios militares. Nos restantes territórios, a dominação Lancastriana foi cada vez mais contestada: em 1432, uma conspiração esteve perto de entregar Rouen aos franceses; Em 1434, os camponeses do país de Caux levantaram-se contra o ocupante. Mas em Paris, os círculos dominantes recusaram-se a ceder e imploraram aos ingleses que os ajudassem. Carlos VII estava na mesma situação que Henrique V antes do Tratado de Troyes: se quisesse conseguir a expulsão dos ingleses, precisava da aliança da Borgonha. Em 1432, as

negociações foram realizadas em Dijon, Auxerre e Semur. No mesmo ano, morreu Ana da Borgonha, uma mulher de Bedford, que sempre se esforçou para amenizar as divergências entre o marido e o irmão. Em outubro, este último descobriu uma conspiração contra ele por parte de Georges de La Trémoille, então todo-poderoso na corte do rei da França. No ano seguinte, La Tremoille caiu em desgraça em benefício de Anjou e do condestável de Richemont, que defendia a reconciliação com a Borgonha. Novas conferências foram realizadas em Nevers em janeiro de 1435. Depois, em agosto, o primeiro dos grandes congressos europeus reuniu em Arras representantes do papa e do conselho de Basileia (os cardeais Nicholas Albergati e Hughes de Lusignan), enviados franceses (como Carlos de Bourbon, Richemont, o chanceler da França, Regnault de Chartres, arcebispo de Reims), delegados da Borgonha (como o chanceler Rolin), e até uma embaixada inglesa, liderada pelo velho cardeal Beaufort, já que a paz também era pensada entre França e Inglaterra.

Nesse sentido, foi um fracasso: os ingleses propuseram reconhecer como "adversário da França" a metade sul do reino, que Henrique VI manteria como feudo. Nem mesmo uma trégua foi alcançada. Em vez disso, em 21 de setembro, Carlos VII e Filipe, o Bom, chegaram a um acordo. O primeiro condenou o crime de Juan sin Miedo; Comprometeu-se a punir ou banir os culpados, a ordenar a celebração de uma missa diária em Montereau e outra na cartuxa de Dijon pela alma da vítima; Ele prometeu fundar um mosteiro cartuxo em Montereau e erguer uma cruz na cena do crime. Teve de pagar 82.800 escudos de indemnização por diversos motivos. Ele cedeu os condados de Mâcon e Auxerre, os castelões de Bar-sur-Seine, Péronne, Montdidier e Roye, com todas as suas receitas e impostos, a custódia da abadia de Luxeuil, as cidades, lugares e senhorios que pertenciam a um e do outro lado do Somme, como Saint-Quentin, Corbie, Amiens e Abbeville, bem como o condado de Ponthieu; No entanto, manteve a possibilidade de recuperar o controlo do Somme e do Ponthieu mediante o pagamento de 400.000 escudos. Filipe, o Bom, estava isento de toda vassalagem a Carlos VII devido aos feudos que possuía no reino; mas se o rei morresse antes dele, ele estaria sujeito ao seu sucessor, e o mesmo aconteceria com o seu herdeiro se Filipe morresse antes de Carlos VII. O rei da França renunciou à aliança que havia feito com o imperador Sigismundo contra o duque da Borgonha; Ele prometeu a este último sua ajuda no caso de um ataque inglês; os súditos e vassalos do duque não seriam obrigados a obedecer à convocação militar do rei.

Ao contrário do que possa parecer, Carlos VII obteve vantagens importantes com o Tratado de Arras. Certamente cedeu muitas terras, mas estas já estavam na posse do duque e ele não tinha meios de recuperá-las; Assim, ele perdeu o produto dos impostos, mas essa era a prática há muito tempo; ele não poderia obter o serviço militar diretamente da nobreza da Borgonha: esse também era um uso inveterado. A dispensa de vassalagem, por se basear na idade do atual rei e duque, que tinham respectivamente 32 e 39 anos, não poderia razoavelmente durar mais do que cerca de trinta anos. As concessões mais importantes foram de ordem moral, mas naquela altura Carlos VII teria sem dúvida a intenção de não executar as cláusulas de reparação do crime de Montereau. Em vez disso, ele próprio foi reconhecido como rei legítimo pelos mais poderosos dos nobres franceses, quebrou a aliança anglo-borgonhesa e podia esperar que Henrique VI declarasse guerra a Filipe, o Bom, de quem obteria então apoio militar.

Por outro lado, o duque de Borgonha, além de notáveis satisfações de autoestima, obteve sem nenhum esforço as mesmas vantagens que seu aliado da véspera lhe concedera. Ele era praticamente o dono de sua política externa. O tratado deu-lhe a possibilidade, que certamente desapareceria em breve, de recuperar uma posição eminente perto dos Valois, de influenciar

diretamente o fraco Carlos VII, na sua qualidade de príncipe de sangue com a melhor posição no reino e como par da França. por duplo título, como Duque da Borgonha e Conde de Flandres. Estas são as razões que explicam porque se aliou aos seus conselheiros pró-franceses - como Nicolás Rolin - e cedeu às pressões dos seus súbditos flamengos, que há vários anos estavam em competição económica com a Inglaterra.

Quanto ao último grande príncipe do reino que reconheceu Henrique VI, João V da Bretanha, sem ousar realmente quebrar, recuperou cada vez mais a sua independência.

A Paz de Arras, que chegou logo após a morte de Bedford, pôs efetivamente fim à experiência da dupla monarquia. A união das duas coroas contra a natureza estava condenada desde o início ao rápido fracasso? Na época, existiam vários príncipes (René de Anjou, o Duque da Borgonha) que possuíam territórios muito distantes uns dos outros. A partir de 1386, uma união dinástica reuniria sob os Jagellons o Grão-Ducado da Lituânia e o reino da Polónia; O mesmo fenómeno ocorreria desde 1397 entre os reinos da Dinamarca, Suécia e Noruega. Sigismundo, que como imperador e rei dos romanos, detinha as coroas da Alemanha, Arles e Itália, foi também, a título pessoal, rei da Hungria e reivindicou o trono da Boémia.

Embora a dupla monarquia estivesse de acordo com o direito público do século XV , a sua implementação foi especialmente difícil entre a França e a Inglaterra, uma vez que naquela época eram os dois países mais unificados e coerentes do Ocidente. Não poderia durar mais do que respeitar a autonomia dos dois reinos. Certamente, entrando em detalhes, muitas outras interações poderiam ter influenciado, mas os dois países eram demasiado “nacionais” para se fundirem numa comunidade definitiva. Cada um teria seguido o seu próprio destino, primeiro paralelo, depois divergente. Mais cedo ou mais tarde, a separação teria ocorrido.

[1] C.-AJ Armstrong, A dupla monarquia França-Angleterre e a maison de Bourgogne, *Annales de Bourgogne* , t. XXXVII, 1965, nº 146.

[2] As forças presentes, durante o cerco de Orleans, podem ser vistas em Ph. Contamine, Les armées française et anglaise à l'époque de Jeanne d'Arc, *Rev. Soc. Haute Normandie, Lettres et Sciences humaines*, no. 7-33.

6. O FIM DO CONFLITO (1435-1453)

Da paz de Arras às tréguas de Tours

Após a paz de Arras, a luta entre a França e a Inglaterra continuou durante dezoito anos. No entanto, nos primeiros meses que se seguiram à reconciliação franco-borgonhesa, o progresso na reconquista foi rápido: a Île-de-France foi quase completamente desocupada; Dieppe foi tomada de assalto; Em 13 de abril de 1436, o condestável de Richemont entrou em Paris.

A indignada opinião inglesa soube da deserção do duque da Borgonha [1] . Poemas satíricos denunciavam o "criador da nova traição", "capitão da covardia", "reprovação viva a toda a cavalaria". Mas em torno do piedoso e fraco Henrique VI, o Conselho estava mais dividido: Beaufort defendia o apaziguamento; Gloucester, seu sobrinho, a guerra. Esta segunda opção prevaleceu e Filipe, o Bom, foi forçado a lutar. Ele queria tomar Calais com a ajuda das milícias flamengas. Mas a frota deles era pequena demais para bloquear a cidade. Seus súditos holandeses recusaram qualquer ajuda. Conseguiram desembarcar reforços ingleses, saquearam Flandres e o cerco foi levantado imediatamente (julho de 1436). Seguiram-se escaramuças entre os dois adversários e depois os interesses económicos assumiram a liderança; As tréguas foram acordadas em 1438, completadas no ano seguinte com um " *entrecour* de mercadorias e pesca" entre Inglaterra, Irlanda e Calais, por um lado, e Flandres, Brabante e Mechelen, por outro. Carlos VII estava sozinho.

Os ingleses não desistiram de permanecer no continente. Os costumes e as memórias tiveram o seu peso, mas também razões de prestígio, amor próprio e interesse os encorajaram a preservar os seus bens a qualquer preço. A Guiana em particular não resistiu diversas vezes, ao longo do último século e meio, à formidável pressão de um adversário que a cercava por todos os lados? Em 1437, uma dupla resposta, liderada na Normandia pelo Duque de York e na Guyenne pelo Conde de Huntingdon, levou à recuperação de alguns lugares. As forças de Carlos VII estavam estagnadas, ele colocou todas as suas energias na captura de Montereau (1437) e depois de Meaux (1439). Empreendidas com sucesso depois de 1436, as grandes reformas administrativas, financeiras e judiciais não puderam produzir os seus efeitos imediatamente. Quanto às tentativas de reorganização do exército, foram um fracasso: nada pôde impedir a libertação dos *écorcheurs* (esfoladores) que saqueavam livremente de Champagne à Lorena, da Alsácia à Borgonha.

Através da mediação de Isabel de Portugal, esposa de Filipe, o Bom, foram realizadas conferências de paz em Gravelines em julho de 1439. As delegações eram compostas pelos mesmos homens que haviam entrado em confronto quatro anos antes em Arras. As mesmas divergências foram manifestadas. Beaufort sempre deixou a metade sul da França como feudo; Regnault de Chartres concedeu apenas a Guyenne e uma parte da Normandia, com reserva da

prestação de vassalagem. Na ausência de paz, o campo inglês queria tréguas longas, mas os franceses não as aceitariam, exceto se Henrique VI renunciasse ao seu título de rei de França. Separaram-se sem terem concluído nada [2] .

Carlos VII teve de enfrentar um novo perigo: em 1440, vários príncipes franceses, que consideravam os favores reais para com eles insuficientes e o progresso da centralização monárquica demasiado rápido, uniram forças para expulsar a equipa no poder. A coalizão reuniu os duques de Bourbon, Bretanha, Anjou, Alençon, o conde de Armagnac, Dunois, bastardo de Orleans e o próprio filho de Carlos VII, o delfim Luís. Para reduzir esta "Pragueria" - uma alusão às insurreições hussitas, então mal terminadas - foi necessário entrar na campanha em Poitou e Auvergne. No ano seguinte, a conspiração voltou a repetir-se, ainda mais perigosa, uma vez que o duque de Borgonha se juntara a eles. Os príncipes chegaram a negociar secretamente com os ingleses, sem em nenhum caso chegar a uma aliança aberta. A resposta de Carlos VII foi enérgica. Em 1441, Talbot foi expulso de Creil e Pontoise. No ano seguinte, o rei da França empreendeu pessoalmente a "viagem de Tartas", apreendendo Saint-Sever e Dax. Mais uma vez, o Bordeaux foi diretamente ameaçado. Um primeiro esforço, tentado pelo duque de Somerset na Normandia, não deu bons resultados (1443). Os belicistas ingleses cederam e deixaram o poder ao campeão da paz, William de la Pôle, conde de Suffolk.

As negociações foram realizadas em Tours em 1444. A paz permaneceu fora de alcance, mas em 28 de maio foi alcançada uma trégua geral válida até 1 de abril de 1446. Ao mesmo tempo, Henrique VI estava noivo de Margarida de Anjou, filha do rei René e sobrinha de Carlos VII.

A conquista da Normandia e da Guiana

As tréguas de Tours deixaram os bandos de guerreiros a serviço de Carlos VII sem emprego. A pedido de Frederico III, rei dos romanos, e de seu primo Sigismundo da Áustria, ele concordou em enviá-los para lutar contra os suíços, sob o comando do delfim. Ele próprio, com outras forças, acompanhou René de Anjou, duque de Lorena, numa expedição punitiva contra Metz. As negociações entre França e Inglaterra foram retomadas. Falou-se de um encontro entre os dois soberanos. Henrique VI, para obter uma extensão da trégua, teve que prometer entregar o Maine a René de Anjou.

A política de Carlos VII e sua corte, dominada por Pierre de Brézé, apoiada pela favorita Agnès Sorel, tornou-se mais ativa. Após o cerco de Metz, ocorreram importantes reformas financeiras e militares (portarias de Nancy, fevereiro de 1445). Carlos VII dispensou parte de suas tropas, conservando os melhores elementos que confiou a vinte líderes que lhe reportavam diretamente. Cada unidade consistia em um certo número de lanças (*lanças fournies*); Por sua vez, cada lança possuía um homem de armas, um auxiliar armado (*coutillier*) e dois arqueiros, todos montados. De 1446 a 1447, a monarquia contou com cerca de 7.000 combatentes montados, distribuídos por todo o reino, constantemente abastecidos ou pagos pelas populações locais e prontos a reunir-se rapidamente em caso de novas hostilidades. A estas companhias da "Grande Portaria" foram acrescentadas as tropas na fronteira da Guiana e da Normandia. Em 1448, as obrigações militares dos súditos foram especificadas: o serviço dos feudais - em sua maioria nobres - foi completamente reorganizado, enquanto os não-nobres tiveram que designar um combatente de infantaria por freguesia, que serviria o rei em tempo de guerra. um arco ou besta. Esta transformação das antigas *comunas* aplicou-se a grande parte do reino: nasceu assim a milícia dos Franco-Arqueiros, que, isentos de impostos (daí o seu nome) formaram uma

infantaria de reserva de alguns milhares de homens. Finalmente, passados vários anos, sob a hábil direcção de Jean e Gaspard Bureau, formaram-se os *bandos de artilharia de campanha* , capazes de acompanhar os exércitos nos seus movimentos, de empreender imediatamente o cerco dos locais, e se necessário intervir numa batalha campal. . Militarmente, tudo estava preparado para a continuação da guerra.

Sem dúvida, os acontecimentos evoluíram mais rapidamente do que o esperado. Em 1448, foi ocupada Le Mans, que, apesar do compromisso, os ingleses recusaram desistir. Em 1449, o duque da Bretanha, Francisco I, muito mais francófilo que o seu pai, João V, a quem sucedeu em 1442 (reconheceu Carlos VII e deu-lhe vassalagem), queixou-se aos ingleses das acções das suas tropas. . Em vão. Na noite de 24 para 25 de março, um de seus capitães, François de Surienne, chamado de Aragonês, tomou o castelo ducal de Fougères. Os franceses responderam tomando Louviers, Pont-de-l'Arche, Conches e Verneuil. Então Carlos VII decidiu quebrar abertamente as tréguas e recuperar a Normandia. A campanha, conduzida de forma admirável, durou um ano de esforço contínuo: de agosto de 1449 a agosto de 1450. As capitulações negociadas foram tão importantes quanto os assaltos e combates. Três corpos avançaram simultaneamente: no leste, os condes de Eu e Saint-Pol; no centro, Dunois; no oeste, o duque da Bretanha e Richemont. Então Carlos VII reagrupou suas forças antes de Rouen, que os ingleses se renderam em 4 de novembro. Apesar de estar numa época má, as operações continuaram (levando Harfleur e Honfleur). Henrique VI tentou um último esforço: um exército de socorro, comandado por Thomas Kyriel, desembarcou em Cherbourg em 15 de março de 1450. Marchando para sudeste, ele encontrou em 15 de abril as forças reunidas do conde de Clermont, do condestável Richemont e de Almirante Coëtivy. O exército inglês foi esmagado. A reconquista terminou com a tomada de Caen (1 de julho) e Cherbourg (12 de agosto).

A perda da Normandia significou o fracasso da política de Suffolk. Foi acusado de alta traição pelo Parlamento da Inglaterra, tentou fugir e foi assassinado (maio de 1450). A sua queda foi o sinal para uma revolta popular no sudoeste do reino. Jack Cade, um aventureiro, liderou os rebeldes: camponeses, mas também cavalheiros pobres e clérigos. Henrique VI, auxiliado por Somerset, o derrotado da Normandia, formou um exército e esmagou a rebelião (em julho).

Estas circunstâncias impediram a Inglaterra de tentar qualquer coisa para salvar a Guiana. Em outubro de 1450, Bergerac foi perdida e, durante o verão de 1451, Carlos VII reuniu um grande exército, que confiou a Dunois. Bordéus capitulou em 23 de junho. Bayonne sucumbiu à poderosa artilharia e rendeu-se em 19 de agosto. Uma medalha foi então cunhada na Casa da Moeda de Paris, que trazia esta legenda:

« *Quando eu for verdade, sem diferença,*
Au prudente roi, amigo de Dieu,
Em obéissait partout na França,
Fors à Calais, que é Fort Lieu. " [3]

Na verdade, Carlos VII pensou brevemente em tomar Calais, mas o empreendimento militarmente difícil exigiu o acordo de Filipe, o Bom, que se desculpou.

Os gascões não se aliaram voluntariamente aos vencedores. O jugo da administração francesa foi pesado para eles e sobretudo lamentaram a interrupção do comércio com a Inglaterra. Lá Somerset foi acusado de covardia por seus adversários, como Ricardo, duque de York. Confiou uma expedição ao velho Talbot que entrou em Bordéus com o apoio da população (outubro de

1452) e recuperou a maior parte dos lugares perdidos no ano anterior. Carlos VII enviou seu exército. Talbot arriscou a batalha diante de Castillon, sitiado por um corpo francês; mas ele se fortificou e rejeitou e derrotou o adversário. Talbot foi morto (17 de julho de 1453). Bordéus ainda teve que ser sitiado e, não esperando mais ajuda, rendeu-se em 19 de outubro. No mesmo momento, Henrique VI enlouqueceu: a ocasião para uma guerra civil estava aberta na Inglaterra (agosto de 1453).

A Guerra dos Cem Anos terminou com a tomada da província que lhe deu origem. Mas nenhum tratado veio sancionar o seu fim. Os reis da Inglaterra mantiveram Calais até 1558. Eles ostentaram o título de "rei da França" durante vários séculos. Muito depois da conquista da Guiana, os franceses continuaram a temer um retorno ofensivo do adversário. Guarnições permanentes foram estabelecidas no sudoeste e na Normandia. Em Bordéus e Bayonne, foram construídos fortes para proteger tanto os habitantes como os inimigos externos. Houve confrontos por terra e por mar, alarmes. Eduardo IV pensou várias vezes em voltar à guerra na França com o apoio da Borgonha ou da Bretanha. Mas as suas iniciativas falharam ou limitaram-se a pouco. Com efeito, no xadrez europeu, outras disputas chamaram a atenção, outros perigos passaram a ameaçar a França. A vitória de Carlos VII, desde a criação das companhias de ordenança e especialmente de Formigny e Castillon, foi mais incontestável do que a de Carlos V em 1380. Para a França da segunda metade do século XV , as relações com a Inglaterra foram ainda eram importantes, mas já haviam perdido seu caráter primordial.

[1] Contamine, Maître Jean de Rinel (vers 1380-1449), notaire et secretaire de Charles VI puis de Henry [VI] pour son royaume de France, l'une des «plumes» de l'«union des deux couronnes», em *De part et d'autre de la Normandie medieval. Recuperação de estudos em homenagem a François Neveux*, Caen 2009, p. 115-134.

[2] C.-T. Allmand, As Negociações Anglo-Francesas, 1439, *Boletim do Instituto de Pesquisa Histórica* , vol. XL, nº 101, maio de 1967.

[3] "Quando fui feito, o rei prudente, amigo de Deus, foi obedecido sem exceção em toda a França, exceto em Calais, que é uma fortaleza."

CARACTERÍSTICAS DE CONCLUSÃO E CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DOS CEM ANOS

A Guerra dos Cem Anos, se for aceita a cronologia classicamente atribuída a ela, durou cento e dezesseis anos. Alguns historiadores conseguiram mesmo iniciar o conflito franco-inglês em 1294, com o primeiro confisco da Guiana por Filipe, o Belo, e terminá-lo com o Tratado de Picquigny de 1475, entre Eduardo IV e Luís XI: teria então alargado aos cento e oitenta e um anos. Quaisquer que sejam as datas consideradas, a primeira característica do antagonismo franco-inglês foi a sua duração excepcional.

A par do aspecto bélico, pode-se evidenciar a existência de pressões sociais, tendências ideológicas e mentais e necessidades materiais que impulsionaram a reconciliação dos dois adversários e, de forma mais geral, a paz. Todos aqueles que na guerra não passaram de vítimas, ou contribuintes, ou recrutados à força – habitantes das cidades e das planícies, clérigos, mercadores, camponeses, a grande maioria – só podiam regozijar-se com uma interrupção das hostilidades, qualquer que fosse. o contexto político ou diplomático em que ocorreu. O cronista Jean de Venette descreve nestes termos as reações dos parisienses ao anúncio da paz de Brétigny, que, no entanto, foi tão desfavorável para a realeza francesa:

> "Quase todos ficaram felizes, exceto talvez aqueles que, durante as guerras e suas calamidades, obtêm grandes lucros às custas de outros, como os fabricantes de armas e aqueles que, tendo perdido todo o temor a Deus, desejam continuar com seus saques e más ações. "ações" [1] .

Thomas Basin, evocando os dias seguintes às tréguas de Tours, torna-se ainda mais lírico:

> «Quando se soube a notícia de que tinham sido acordadas e confirmadas tréguas entre os reis e os reinos adversários e que os seus aliados também estavam comprometidos, uma alegria imensa e quase indescritível tomou conta de todos os franceses. Trancados durante muito tempo e sem qualquer alívio atrás dos muros das cidades, castelos e fortalezas, vivendo no medo e no perigo e como se estivessem condenados à prisão perpétua, sentiam-se maravilhosamente felizes ao pensar que iriam sair de uma longa e terrível prisão (…). Não eram apenas a burguesia e a multidão de leigos, mas também o povo guerreiro, tanto francês como inglês. Pois foi um alívio para eles terem escapado de todos os perigos e alarmes, em meio aos quais viveram na maior parte, desde a infância até a idade dos cabelos brancos.

De repente, o ódio entre as duas partes desapareceu:

«Nos primeiros tempos da trégua, todos, mesmo aqueles que, poucos dias antes da sua promulgação, pareciam não ter outro prazer senão derramar sangue humano de forma selvagem, desfrutaram da doçura da paz a tal ponto que, esquecendo a sua barbárie e sua crueldade, divertiam-se, festejavam e dançavam com muita alegria na companhia de seus inimigos, pouco antes tão sanguinários quanto eles" [2] .

A ideologia dominante, abertamente reconhecida, adoptada e proclamada pelos dois adversários, visava a manutenção ou o restabelecimento da paz: a trégua de 1444, diz o seu preâmbulo, foi decidida "para honra e reverência de Deus, nosso Criador, que ordenou paz, o amor e a caridade entre os homens, e para impedir o derramamento de sangue humano e para pôr fim aos males, pecados e inconveniências horríveis e execráveis e às opressões, aflições e tormentos duríssimos e insuportáveis do pobre povo cristão, do passado e o que ainda pode acontecer por ocasião das duras e cruéis guerras que duraram por muito tempo neste reino" [3] .

Os soberanos, ingleses e franceses, pensaram com Santo Agostinho que “o objetivo final da guerra é a paz”. Os dois pareciam pensar que estavam em ordem com a consciência e apenas empreendiam uma *guerra justa* , no sentido em que a definiram os teólogos: uma guerra deve ser justa, escreveu Raimundo de Peñafort no século XIII , 1/ como às pessoas que o fazem (leigos e não clérigos); 2/ quanto ao seu objeto (reparar uma injustiça); 3/quanto à sua causa (o recurso às armas não é legal até que todos os meios pacíficos tenham sido esgotados); 4/ quanto à sua intenção (desejo de justiça e não de ódio, concupiscência, orgulho, ambição); 5/ quanto à autoridade que o declara (a Igreja Romana, ou um príncipe soberano, e não uma pessoa privada).

Esta ideologia pacífica, ou pacificadora, foi aplicada principalmente às relações entre cristãos: durante muito tempo, a ideia de lançar os povos do cristianismo reconciliado numa nova cruzada ficou em segundo plano. Essa foi a razão muitas vezes alegada pelo papado para justificar a sua mediação e o envio de núncios ou legados *a latere às conferências diplomáticas* :

«Como nosso santíssimo Padre, o Papa tantas vezes rezou, pediu e exortou em suas cartas e mensagens, e ainda recentemente pelo Reverendo Padre em Deus, o Bispo de Brescia, seu embaixador e mensageiro, ao Rei, nosso mais temido e senhor soberano, que condescende e quer ouvir, por meio de uma longa trégua ou não, em boa paz, união e concórdia..." (preâmbulo à trégua de 1444) [4] .

O mesmo papel de mediação correspondia frequentemente a príncipes ou princesas, mais ou menos neutros ou externos ao conflito, mas ligados por sangue ou amizade aos protagonistas. Porque a Guerra dos Cem Anos, como a maioria das guerras medievais, apresenta todos os aspectos de uma briga familiar. Os deveres recíprocos que devem reger as relações entre parentes e “amigos carnais” permanecem válidos entre os reis; Eles exigem sua reconciliação:

“A favor e contemplando a proximidade de sangue e linhagem entre nós e nosso dito sobrinho [Henrique VI], disse Carlos VII, sempre estivemos e continuamos a estar inclinados, de todo o coração, a toda boa paz razoável, amor e união entre nós.” e ele” [5] .

Neste espírito, o melhor meio de restaurar a concórdia de forma duradoura parecia unir as dinastias rivais num casamento: Ricardo II casando-se com Isabel, Henrique V com Catarina, ou Henrique VI com Margarida de Anjou.

Por mais que sejam batalhas, cavalgadas e cercos, a história da Guerra dos Cem Anos está repleta de conferências, negociações e entrevistas. Os desafios colocados pelos arautos, que marcam a ruptura oficial, são respondidos por tréguas e tratados de paz, fruto de reuniões diplomáticas.

Estas ocorreram frequentemente numa vila ou cidade numa zona fronteiriça (Guînes, Leulinghen, Gravelines), ou num local neutro (Avignon), mas também na casa de um ou outro adversário, no coração dos seus domínios (Londres). ., Paris, Passeios). As negociações eram por vezes simples rotina, enfrentando especialistas e técnicos, que utilizavam os seus *dossiês, memorandos* e instruções à vontade para limpar o terreno e esclarecer a situação; outras vezes, eram congressos mais importantes, reunidos com vistas a resultados duradouros ou definitivos. Cada delegação era frequentemente presidida por um príncipe de sangue; Levou consigo um grande quadro de funcionários, notários e conselheiros, uma comitiva armada, um quadro de *valetes* e criados, enfim vários reis, arautos de armas e seus segundos, também essenciais para garantir o relacionamento entre as diferentes embaixadas, bem como para transportar as mensagens entre combatentes: no total, várias centenas de pessoas, em princípio protegidas por salvo-conduto. As negociações assumiram duas formas principais: ou discursos solenes em latim, apresentando as opiniões oficiais das delegações acompanhando o andamento das discussões, ou conversas mais descontraídas e livres, em que o uso do francês, habitual no século XIV , encontrou oposição de os ingleses do século XV , que preferiam usar a sua própria língua ou o latim [6] . Se fosse celebrado um acordo, a sua promulgação ocorria após missa solene, jurando cada chefe de delegação respeitá-lo, nas relíquias ou no Evangelho, em nome do poder que representava. Então, alguns dias depois, ocorreram as ratificações pelos próprios soberanos. A intervenção do juramento conferiu aos pactos internacionais um significado religioso, que segundo os princípios cristãos deveria ter assegurado a sua solidez: quem os violasse era culpado de poder espiritual e incorria nas penas canónicas previstas para os perjuros.

Se deixarmos de lado o de Troyes, houve apenas um tratado de paz entre a França e a Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos: em Calais, em 1360. Uma parte das suas cláusulas, relativas às renúncias, não tinha aplicação, e a sua duração era apenas oito anos. Mas a actividade dos diplomatas não se limitou a isso: por um lado, conseguiram pôr fim a um certo número de conflitos relacionados (guerras da Bretanha e Castela; conflito franco-borgonhês); Por outro lado, alcançaram numerosas tréguas, não só entre França e Inglaterra, mas também entre os respectivos aliados: em 1396 por exemplo, ao lado de Carlos VI, os reis de Castela, Escócia, Aragão e Navarra, o rei dos romanos , a duquesa de Brabante, a república de Gênova, o conde da Marcha da Escócia, candidato ao senhorio do Homem; do lado de Ricardo II, o rei dos romanos e da república de Génova, de quem também reivindicou a aliança, William le Scrop, senhor de Man, o rei de Portugal, o duque de Gueldre e o senhor de Orkney e Shetland. Estas "tréguas gerais por mar e terra" deveriam interromper todas as rotas de facto e todos os actos de guerra e permitir que os súbditos dos respectivos países comercializassem e se movimentassem livremente. De ambos os lados, autodenominaram-se *conservadores das tréguas* ; cada um deles teve que controlar sua aplicação em um setor específico. Tais suspensões de armas foram tão frequentes no século XIV que a guerra nunca durou mais de sete anos consecutivos; No século XV tornaram-se mais raros: a França de Carlos VII e a Inglaterra estiveram em conflito ininterrupto durante trinta anos, de 1415 a 1444.

Finalmente, em diferentes ocasiões, principalmente nos primeiros anos da guerra, os dois adversários, um após o outro, propuseram-se resolver a sua disputa num único combate entre

eles, sozinhos, "corpo a corpo", ou dez contra dez, ou cem contra cem, verdadeiro julgamento de Deus que traria a paz e evitaria o massacre da população [7] . É inútil dizer que nenhum destes encontros, propostos sobretudo para fins propagandísticos, se realizou: talvez estes projectos, juntamente com uma certa ideia de guerra, concebida como um julgamento de Deus, expressem silenciosamente a má consciência dos protagonistas .

Se a guerra prevaleceu, foi sobretudo porque esta doutrina de guerra justa, muito formal, forneceu argumentos incontestáveis a cada beligerante, que foram facilmente persuadidos da sua boa fé por uma casuística pouco exigente. Deveríamos ver aqui o resultado de uma certa esclerose de sentimentos religiosos que então afetou a própria Igreja? A intervenção do papado teve pouca influência: não porque o interesse pela cruzada tenha sido negligenciado pelos contemporâneos, mas foi menos uma causa do que uma consequência da suspensão dos combates. A paz teria tornado a cruzada possível, mas essa perspectiva não foi suficiente para tornar a paz necessária. A medida da fraqueza do papel desempenhado por Roma ou Avinhão no conflito franco-inglês é vista no facto de as tréguas mais longas terem ocorrido quando os dois beligerantes, por causa do cisma, não reconheceram o mesmo papa.

A mensagem pacífica do Evangelho, lembrada com ardor por alguns pensadores como William Langland ou John Wycliffe, foi combatida pela mentalidade guerreira da cavalaria, que ainda predominava no mundo nobre como um todo.

Os cronistas estavam ali para difundir o gosto pelas façanhas guerreiras e persuadir os jovens “licenciados” de que a sua “honra” e a sua ascensão social dependiam da profissão das armas. Aos seus olhos, a guerra estava vestida com as cores do prestígio: era uma aventura, uma façanha, uma promoção.

Durante a sua duração, o conflito desenvolveu, tanto entre ingleses como entre franceses, uma notável xenofobia e um nacionalismo acentuado, que contribuíram para alimentar e prolongar a luta. Por volta de 1340, a "Copla (*dit)* da rebelião da Inglaterra e da Flandres", dirigida a Filipe VI, proclama:

«Você pode muito bem saber e saber
que o inglês não ama os franceses» [8] .

Mais tarde, o tom ficou mais áspero:

«Quando vejo que [os ingleses] não querem nada mais do que prejudicar e destruir este reino, que Deus protege, e que eles têm uma guerra mortal com todos os seus vizinhos, eu os mantenho com tanta abominação e ódio que amo aqueles que os odeiam e odeio-os aqueles que os amam» (Jean de Montreuil, *À toute la chevalerie de France* , por volta de 1411) [9] . «A guerra que travaram e travam é hipócrita, desleal e condenável, mas são uma seita de pessoas amaldiçoadas, contrárias a todo o bem e a toda a razão, lobos vorazes, orgulhosos, pomposos, fofoqueiros, decepcionantes e sem consciência, tiranos e perseguidores de os cristãos e que bebem e sugam sangue humano, parecendo aves de rapina, que vivem de presa" (Diálogo de *Vérité* e *França* : 1419-1420) [10] .

Por um tempo, os ingleses tornaram-se os “inimigos mortais”. Desde o século XIV , existiram “bons e leais franceses” em oposição aos maus franceses, aos “falsos traidores”, e muito em breve aos franceses renegados e aos franceses ingleses. A ideia de nação não era apenas um slogan, uma fórmula política para líderes, mas uma realidade vivida pelos súditos [11] .

A guerra teve mais atração para os combatentes porque ambas as partes tinham uma concepção análoga: a mesma hierarquia entre os povos da guerra, a mesma escala de valores, os mesmos costumes em relação aos prisioneiros, saques, salvo-condutos e outras imunidades; Um código especial, único embora sujeito a múltiplas interpretações, presidia às relações entre os beligerantes: o *ius armorum* ou *direito de armas.*

Ao mesmo tempo que assinalava o sucesso momentâneo das forças de paz e de conciliação, a interrupção das hostilidades proporcionou aos protagonistas a oportunidade de recuperar o fôlego. Tréguas parciais ou gerais, de jure ou de facto, marcam o ritmo do poderoso sopro da guerra, permitindo o seu prolongamento. Além disso, nunca foram totalmente respeitados; Não suprimiram a intervenção de elementos descontrolados, não puseram fim às devastações das Companhias. Romper uma trégua, regressar à luta no momento em que esta expirou, não significou pôr fim a um período de paz "boa", real, incontestável, mas antes passar de um período de actividade militar desacelerada para outra fase mais violenta; Para um governo, a decisão de romper abertamente foi fácil: tanto em 1369 como em 1449, passou imperceptivelmente da trégua para a guerra.

A diminuição do número de homens, o enfraquecimento económico, a redução dos recursos fiscais não foram suficientes para parar a guerra: apenas foi feita com tropas mais modestas e meios mais limitados.

Apesar dos esforços dos governos, a guerra não poderia ser total, mobilizar todas as energias; Preservou necessariamente um grande setor humano. Tornou-se assim uma actividade importante mas marginal, cuja presença era tolerável para todo o corpo social. Tornou-se, na consciência popular, um mal quase inevitável e natural. Mais do que acabar com isso, tratava-se de preservar-se da melhor forma possível. Os males da guerra retornaram como o ciclo de empregos e dias; A primavera era "a estação da guerra", assim como o outono era a estação da colheita das uvas. Entende-se então que a pressão colectiva sobre os líderes para alcançar a paz foi fraca. Não havia necessidade de questionar os motivos ou objetivos da guerra; Fazia parte dos assuntos reservados aos patrões, aos patrões. Foi, segundo uma expressão cunhada no século XIV , a "guerra do rei".

Guerra, fenômeno social; o estado da economia e das técnicas, a organização da sociedade, a distribuição do poder, a mentalidade religiosa, a psicologia coletiva dos homens, nenhum destes elementos por si só explica a presença e a frequência da guerra no final. Em sua *Arbre des Batailles* , Honoré Bovet escreveu por volta de 1380: "Vejo toda a santa cristandade tão carregada de guerras e ódios, de roubos e dissensões que dificilmente se pode nomear um pequeno país, seja um ducado ou um condado, que esteja com boa saúde. "paz" [12] .

A sociedade daquela época tinha guerra dentro dela.

Estas razões são, no entanto, insuficientes para explicar a duração excepcional e única do conflito franco-inglês: as outras lutas dinásticas que ocorreram no Ocidente ao mesmo tempo foram muito mais curtas. Aqui devemos envolver os acidentes, as circunstâncias, a situação, os indivíduos, o jogo das séries causais, das cadeias de eventos independentes umas das outras: o que se chama acaso histórico. Entre estas causas ocasionais, há pelo menos uma que parece dominante na sua simplicidade: a tentação permanente de que um poder hostilizado - que em princípio tinha uma superioridade imponente nos homens, nos recursos, no espaço, mas mostrando sinais de fraqueza militar prolongada -, destinado a outra potência de ataque muito menor, capaz pelo seu talento guerreiro e político de infligir os golpes mais duros ao seu

adversário, mas sem derrotá-lo completamente precisamente por causa desta superioridade intrínseca.

As consequências da Guerra dos Cem Anos, imediatas ou a longo prazo, foram múltiplas e profundas. Porém, nem todas as alterações ocorridas no período em que ocorre lhe podem ser atribuídas.

Os efeitos da guerra foram sentidos na ordem demográfica. Embora uma eventual queda na taxa de natalidade "legítima" (combatentes fora de casa) possa ser considerada insignificante, compensada por outro lado por um crescimento da natalidade "ilegítima" (será o fim da Idade Média a idade de ouro dos bastardos ?), a guerra, especialmente em batalhas campais – a sua forma mais mortal – levou a uma mortalidade excessiva directa dos combatentes [13] . Provocou também o massacre de populações civis, quer numa acção colectiva (Limoges, 1370), quer através de múltiplas mortes isoladas. Indirectamente, a guerra contribuiu para espalhar epidemias e multiplicar as mortes por fome ou maus-tratos. Contudo, embora a sua influência tenha sido importante no lado francês, foi muito secundária na Inglaterra; Este país conheceu então um despovoamento massivo: o número de habitantes é estimado em 2 100 000 durante a primeira metade do século XV , ou seja, um declínio de 50% em relação aos anos de 1340. A guerra não foi a principal causa da crise demográfica no final da Idade Média: a sua responsabilidade nesta matéria é muito mais ténue do que a das epidemias.

As perdas da guerra tiveram importantes consequências quantitativas num único meio social, a nobreza, ou seja, o grupo que proporcionou o maior número de combatentes. Geralmente eram jovens, em idade fértil. Mesmo tendo em conta o novo casamento das viúvas e a fertilidade das famílias nobres, muitas linhagens, especialmente em França, poderiam ter-se extinguido. Mas o número total de nobres diminuiu? Não vieram outros para ocupar o lugar dos desaparecidos? Não houve uma renovação mais rápida da aristocracia, uma concentração de propriedade em benefício dos sobreviventes? Muitas outras questões poderiam ser levantadas, sem respostas no estado atual da pesquisa [14] .

A Guerra dos Cem Anos favoreceu a mobilidade social, ascendente e descendente, as mudanças na sorte e nas condições, a mistura das populações de país para país, de província para província, da cidade para o campo e do campo para a cidade. Causou a ruptura ou o enfraquecimento das relações sociais. A dificuldade reside em medir com precisão a extensão destes diferentes fenómenos.

As migrações não foram apenas uma consequência da guerra, mas de todas as condições económicas e demográficas. A emancipação dos *vilões ingleses* no final da Idade Média não se deveu à guerra, mas a uma mudança completa no sistema de exploração da terra. Em França, a autonomia dos camponeses em relação aos seus senhores não durou muito: depois da anarquia e da crise, veio a reconstrução, que recolocou as estruturas tradicionais no seu lugar. Mesmo nos piores momentos, a defesa das barreiras sociais, das hierarquias e das ordens foi muitas vezes mais eficaz do que se poderia supor, dada a extensão da desordem. Para além da infinita variedade de situações locais, talvez a Guerra dos Cem Anos tenha sido mais responsável pela mistura acelerada de homens nas estruturas sociais existentes do que pela mudança dessas estruturas. No entanto, determinou a criação ou o desenvolvimento de grupos socioprofissionais directa ou indirectamente ligados à sua existência: soldados profissionais, funcionários da administração militar, armeiros e até pessoas das finanças, pelo menos na medida em que a tributação nasceu como consequência da guerra .

Do ponto de vista económico, parece necessário distinguir os casos de Inglaterra e de França. Na verdade, de 1337 a 1453, a Inglaterra não sofreu os estragos da guerra, com poucas excepções: algumas destruições por marinheiros franceses nas costas meridionais, as insurreições galesas, as incursões escocesas na fronteira norte, os delitos dos camponeses rebeldes. e outras doenças civis raras. Antes e depois, durante o século XIII e durante a segunda metade dos séculos XV e XVI , a ação destrutiva da guerra foi pelo menos comparável em ambos os adversários. Mas, durante a Guerra dos Cem Anos, o Estado inglês destinou somas significativas para financiar as tropas, enquanto os combatentes também gastaram dinheiro para se equiparem. Estas despesas foram compensadas pelos benefícios obtidos nas expedições continentais (saques, resgates, rendimentos dos feudos franceses, salários dos comércios nos territórios ocupados, impostos, capitulações...)? A opinião dos historiadores não é unânime neste ponto [15] . Pode-se pensar num saldo bastante positivo, em benefício sobretudo de alguns aproveitadores da guerra, pertencentes à alta aristocracia. No entanto, esta contribuição monetária não foi suficientemente importante - mesmo que se acrescente o resultado de uma balança comercial geralmente favorável - para provocar um aumento dos preços: isto não aparece antes das últimas décadas do século XV .

Por menor que fosse o poderio dos exércitos ingleses, a Guerra dos Cem Anos não pôde deixar de agravar o défice de mão-de-obra sofrido pela economia. O transporte de tropas para o continente exigia a requisição de marinheiros e navios: daí as frequentes perturbações no comércio exterior [16] . Numa época de contracção económica, a guerra, por sua vez, contribuiu para restringir a produção. No entanto, não impediu que o sector menos afectado tirasse partido da crise, embora seja verdade que apesar da depressão secular da economia ocidental, a Inglaterra conseguiu desenvolver algumas indústrias, melhorar a sua produtividade agrícola, favorecer a posição dos seus marinheiros e comerciantes e, finalmente, garantir uma distribuição de renda menos desigual, em detrimento dos grandes senhores e em benefício das classes médias e dos assalariados [17] .

Na França, a destruição causada pela Guerra dos Cem Anos foi grande, profunda e repetida. Entre a multidão de testemunhos contemporâneos, este de 1419-1420 já levanta na sua ingenuidade a "questão das reparações": os ingleses "destruíram e devastaram todo o reino e causaram tantos danos no passado e no presente que se o reino inteiro Se o país da Inglaterra fosse vendido e convertido em dinheiro, um centésimo do dano causado ao reino da França não poderia ser compensado.

No entanto, mesmo as zonas mais severamente punidas viveram momentos de relativa calma: em Bordéus, de 1350 a 1373 e de 1379 a 1405 [18] ; A região de Paris, onde os saques começaram em 1346, beneficiou no final do século XIV de uma trégua de mais de quarenta anos [19] . Embora numerosas freguesias tenham sido quase abandonadas em meados do século XV , poucas desapareceram definitivamente. Muitas vezes, as áreas arborizadas ou distantes de mercados importantes, com solos indesejáveis demasiado húmidos ou demasiado soltos, suportaram o impacto. Os intervalos deixados pela guerra não foram ocasião para um renascimento agrícola decisivo: a falta de homens, de capitais e de mercados paralisou os esforços. «Depois do choque causado pela interrupção das hostilidades, tudo rapidamente se estabilizou num nível medíocre» [20] . A guerra não é, portanto, responsável por todas as dificuldades do campo francês nos séculos XIV e XV ; outros países onde atingiu com menos intensidade também os conheciam. Começaram antes do início do conflito e só pararam muito mais tarde, quando os preços agrícolas subiram, na viragem do século XV para o século XVI . "No

século 16 todas as feridas foram curadas", escreveu E.-J. Hamilton [21] ; Pelo contrário, durante os dois últimos séculos da Idade Média, todas as feridas causadas pela guerra, as mais dolorosas, as mais visíveis, foram envenenadas. Mas quem é o culpado: a agressão externa ou a condição do paciente? Na verdade, é difícil distinguir os componentes do "complexo catástrofe-depressão" [22] .

Recém emergindo do conflito com a França, a Inglaterra foi abalada pela Guerra das Rosas. É tentador estabelecer uma relação de causa e efeito entre os dois acontecimentos: embora a luta entre os Lancasters e os Yorks seja explicada sobretudo pela organização social e política do baronato, permanece que esta organização é em parte o resultado de a guerra continental e que um governo vitorioso teria menos risco de passar por esta crise de autoridade. Ao mesmo tempo, se apesar da violência das rivalidades internas, a Inglaterra da segunda metade do século XV preservou a sua coesão, isso se deve em parte à luta contra os Valois e às experiências com ela relacionadas.

Em 1450, a França estava mais unificada do que um século antes. A autoridade real – com os seus órgãos judiciais, militares, financeiros e administrativos – era mais forte, o particularismo provincial estava em declínio. Sem dúvida, o movimento foi empreendido antes de 1337, mas a duração e a acrimónia do conflito, que poderia ter causado uma deslocação do poder monárquico, acabaram por favorecer e acelerar o progresso da centralização e a marcha para o absolutismo.

A longo prazo, sem dúvida, a Guerra dos Cem Anos não mudou o curso geral da história. Mas significou, para os protagonistas, fenómenos de atraso ou progresso que afectam a economia, a sociedade e as instituições políticas, isto é, a religião e a cultura. Nesta medida, nada nos impede de pensar que modificou permanentemente o equilíbrio interno da Europa.

[1] Citado por R. Delachenal, *Histoire de Charles V* , t. II, pág. 210, nº 1.

[2] Bacia de Thomas, *História de Carlos VII* , vol. II, pág. 9-11, ed. e trans. Cap. Samaran, col. «Les classiques de l'Histoire de France au Moyen Âge».

[3] *Les Grands Traités de la guerre de Cent Ans*, ed. E. Cosneau, pág. 156-157.

[4] E. Cosneau, *op. cit.*, pág. 154-155.

[5] *Ibidem.* , pág. 157.

[6] Esta mudança pode estar relacionada com o declínio do francês nos escritos oficiais e nas classes dominantes inglesas, que não conseguiu compensar o bilinguismo implementado em França. É também uma expressão de sentimentos nacionalistas. Desde o século XIV , os embaixadores ingleses consideravam-se prejudicados pelo uso do francês (Froissart, *Chroniques*, ed. Kervyn de Lettenhove, vol. XV, p. 114-115).

[7] O mesmo procedimento na diplomacia: a *Chronique des Quatre premiers Valois* , p. 214, mostra-nos Carlos V propondo em vão a Eduardo III submeter-se à arbitragem do papa, ou de quatro reis cristãos, ou de oitenta *prudhommes* , tanto cavaleiros como burgueses, escolhidos ao meio nos dois reinos.

[8] Citado por Dorothy Kirkland, "The Growth of National Sentiment in France before the XV Century", *History*, 1938, vol. XXIII, pág. 12-24.

[9] Jean de Montreuil, *Ópera*, t. II: *L'oeuvre historique et polemique*, ed. N. Grévy, E. Ornato e G. Ouy, Torino 1975, p. 126.

[10] BN, frag. 5059, fº41, rº - 56 rº (texto que devemos a P.-S. Lewis).

[onze] Sobre a existência do sentimento nacional francês, H.-A. Van Vessem emite as suas reservas em *De Engelse parti in het koninkrijk Frankrijk gedurende de honderdjarige oorlog,* Utrecht 1966.

[12] Ed. E. Nys, pág. 1-2.

[13] Do lado inglês, se excluirmos os conflitos relacionados (as Guerras Espanhola e Escocesa), a cavalgada mais mortal foi sem dúvida a do Duque de Lancaster, em 1373; a batalha mais custosa, a de Formigny, em 1450, onde houve, segundo os derrotados, 300 mortos e 900 prisioneiros e, segundo dados oficiais franceses, 774 mortos e 1.200 prisioneiros: entre 50 e 80% das tropas que participaram .

Do lado francês, as maiores perdas ocorreram em L'Écluse, em 1340 (20.000 mortos, a maioria afogados); em Crécy, Poitiers, Azincourt, Verneuil, cada vez vários milhares de mortos.

Particularmente onerosos foram os finais das batalhas, no momento da derrota (cf. Froissart, *Chron.*, ed. SHF, XIV, p. 165-166: "É regra geral que grandes perdas são consequência de derrotas").

[14] Tentativa de resposta em Ph. Contamine, *La Noblesse au royaume de France, de Philippe le Bel à Louis XII. Ensaio de síntese,* Paris 1997.

[quinze] Cf. o debate entre K.-B. McFarlane, Inglaterra e a Guerra dos Cem Anos, *Past an Présent* , no. 22, VII-1962 e M.-M. Postan, O Custo da Guerra dos Cem Anos, *ibid.* , nº 27, IV-1984. Do lado francês, Ph. Contamine, La guerre de Cent Ans en France: une approche économique, *Boletim do Instituto de Pesquisa Histórica,* 47 (1974), p. 125-149.

[16] J.-W. Sherborne, The English Navy Shipping and Manpower, 1369-1389, *Past and Présent,* no.

[17] A.-R. Bridbury, *Crescimento Econômico: Inglaterra no final da Idade Média,* Londres 1962.

[18] R. Boutruche, *La crise d'une société: seigneurs et paysans du Bordelais pendente la guerre de Cent Ans,* Paris 1947.

[19] G. Fourquin, *Les Campagnes de la région parisienne à la fin du Moyen Âge, du milieu du XIIIe siècle au début du XVIe siècle,* Paris 1964.

[vinte] *Ibid.,* pág. 279.

[vinte e um] Citado por F. Braudel, em *Mélanges P. Renouvin,* Paris 1966, p. 76.

[22] *Aldeias desertas e história econômica, século XI e XVIII,* Paris 1965, p. 2. 3. 4.

FONTES

A Guerra dos Cem Anos foi tema de inúmeras histórias de seus contemporâneos. A grande maioria dessas histórias já foi impressa há muito tempo. Entre as edições recentes podemos citar estas:

Jean Froissart, *Crônicas*, ed. G.-T. Diller; *Última redação do primeiro livro, edição do MS. de Roma,* Genebra 1972; *Le Manuscrit d'Amiens, livre I,* Genève 1991, e *Le Manuscrit d'Amiens, livre II,* Genève 1992.

Cuvelier, *La Chanson de Bertrand du Guesclin,* ed. J.-Cl. Faucon, 3 vol., Toulouse, 1990 e 1991.

Les Chroniques du roi Charles VII de Gilles le Bouvier e Héraut Berry, ed. H. Courteault, L. Celier e M.-H-Julien de Pommeroi, Paris 1979.

Para a história diplomática, E. Cosneau (ed.), *Les Grands Traités de la guerre de Cent Ans,* Paris 1889, não encontrou substituto.

Para a controvérsia França-Inglaterra, há muito minimizada pelos historiadores: Jean de Montreuil, *Opera,* vol. II: *L'Oeuvre historique et polemique,* ed. N. Grévy, E. Ornato, G. Ouy, Torino 1975; Jean Juvénal des Ursins, Écrits politiques, ed. PS Lewis, t. II, Paris 1985, e " *L'honneur de la couronne de France." Quatre libelles contre les Anglais (vers 1418 - vers 1429),* ed. N. Pons, Paris 1990; Taylor (Craig), ed., *Debatendo a Guerra dos Cem Anos:* "Pour ce que plusieurs (la loy sali cque) *e* Uma declaração do título trew and dewe de Henrique VIII", Cambridge 2006.

Uma abordagem do que foi "vivido" na segunda parte da Guerra dos Cem Anos em Paris é fornecida pelo *Journal d'unburguesa de Paris de 1405 a 1449,* ed. C. Beaune, Paris 1990.

BIBLIOGRAFIA

La guerre de Cent Ans, de C. Allmand, Paris 1989, fornece a base de referência bibliográfica.

Alguns títulos posteriores

Vale M., *O Legado Angevin e a Guerra dos Cem Anos, 1250-1340,* Oxford 1990.
Fernández E. Mitre, *A Guerra dos Cem Anos,* Madrid 1990.
Sumption J., *A Guerra dos Cem Anos,* 2 vol. publicado, Boston e Londres 1990 e 2000.
Thompson G.-W., *Paris e seu povo sob o domínio inglês: o regime anglo-borgonhês, 1420-1436,* Oxford 1991.
Contamine Ph., Ch. Giry-Deloison e MH Keen, ed., *Guerre et société en France, em Angleterre et en Bourgogne, XIVe —XVe siècles,* Lille 1991.
Curry A., *A Guerra dos Cem Anos,* Londres 1993.
Autrand Fr., *Charles V le Sage,* Paris 1994.
Ayton A., *Cavaleiros e cavalos de guerra. Serviço Militar e a Aristocracia Inglesa sob Eduardo III,* Woodbridge 1994.
Wright N., *Cavaleiros e Camponeses. A Guerra dos Cem Anos no Campo Francês,* Woodbridge, 1998.
Rogers C.-J., *As Guerras de Eduardo III: Fontes e Interpretação,* Rochester 1999.
Clauzel D., Ch. Giry-Deloison e C. Leduc (ed.), *Arras et la diplomatie européenne, séculos XVe-XVIe,* Arras 1999.
Curry A. (ed.), *Agincourt 1415. Henry V, Sir Thomas Erpingham e o triunfo dos arqueiros ingleses,* Stroud 2000.
Curry A., *A Batalha de Agincourt. Fontes e Interpretações,* Woodbridge 2000.
Allmand C. (ed.), *Warm Government and Power in Late Medieval France,* Liverpool 2000.
Moeglin J.-M., *Les Bourgeois de Calais. Essai sur un mythe historique,* Paris 2002.
Ayton A. e Preston Ph., ed., *A Batalha de Crécy, 1346,* Woodbridge 2007.
Ehlers J., *Der Hundertjährige Krieg,* Munique 2009.